

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DO RIO DE JANEIRO
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES (UCAM)
(IUPERJ)**

**SÍSTOLES E DIÁSTOLES NA VIDA DOS ESTADOS: O PENSAMENTO DE
GOLBERY DO COUTO E SILVA**

Golbery do Couto e Silva Neto

2019

SÍSTOLES E DIÁSTOLES NA VIDA DOS ESTADOS: O PENSAMENTO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA

Golbery do Couto e Silva Neto

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), da Universidade Candido Mendes em parceria com o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), como quesito necessário para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientadora: Professora Doutora Camila Gonçalves De Mario.

Rio de Janeiro

Novembro de 2019

À memória de meu avô.

Não interrompa uma pessoa que lhe conta algo que você já sabe. Uma história nunca é contada duas vezes da mesma maneira e é sempre bom ter mais de uma versão. (Golbery do Couto e Silva)

Agradecimentos

Agradeço especialmente a meu avô Golbery do Couto e Silva. Talvez, se não sentisse sobre meus ombros o peso que inexoravelmente seu nome – construído por décadas e décadas de atuação política em nosso País – acarretou em minha própria visão de mundo, de entendimento sobre nossa realidade como povo; se não tivesse tido arremessados em minha direção, admirações encantadoras e ódios implacáveis; interpretações infundadas e até lendas espalhafatosas que o tempo, ao lapidar minha maturidade, as transformaria em deliciosas anedotas inesquecíveis! O impulso que me trouxe para os estudos acadêmicos foi a ânsia em conhecer os fundamentos das infundas interpretações para o mesmo fato. Esse impulso me levou, mesmo que minimamente, ao crescimento, a me separar da estagnação de um caminho fácil e menos doloroso para me conectar com minha ancestralidade. Enfim, agradeço por sentir, hoje, a responsabilidade de carregar com sobriedade um nome que figura em nossa História.

Contudo, jamais poderia deixar de mencionar o meu enorme agradecimento a um dos maiores intelectuais e pensadores de nosso País, o Sr. Candido de Almeida Mendes, pelo grande incentivo e pelas poucas e importantes palavras que me asseguraram que o caminho da minha pesquisa poderia estar correto.

Agradeço a minha orientadora, Professora Doutora Camila Gonçalves De Mario, ao Professor Doutor Paulo Gracino Junior e ao Professor Doutor Fabricio Pereira da Silva por gentilmente terem composto a minha banca examinadora. Agradeço também a minha revisora, Professora Doutora Ana Tereza Andrade (UFRJ). E meus agradecimentos, ainda, a todo o corpo de docentes do IUPERJ.

RESUMO

COUTO E SILVA NETO, Golbery do. **Sístoles e diástoles na vida dos Estados: o pensamento de Golbery do Couto e Silva**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: 2019 (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2019.

Esta pesquisa tem por intuito analisar o pensamento do general Golbery do Couto e Silva, que foi não só um teórico, mas também foi um ator de destaque na política brasileira a partir da década de 1950. Em seus dois livros – *Planejamento Estratégico e Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil* –, o autor, apoiado nos estudos do sociólogo Oliveira Vianna, desenvolve o conceito teórico de Sístoles e Diástoles na dinâmica interna do Estado brasileiro, levando em consideração os reflexos oriundos das relações internacionais e a configuração político-administrativa do País. Sobretudo a partir de 1964, com o movimento de centralização política, e posteriormente, a partir de 1974, com a descentralização político-administrativa até 1986, resultando no fim do Regime Militar e na volta do País ao estado democrático de direito. Dessa forma, observar a dinâmica em movimentos ondulatórios das chamadas quatro expressões do Poder Nacional nos dois períodos destacados, porém em sentidos diferentes, foi o impulso principal deste estudo. Como Golbery do Couto e Silva analisou tais movimentos, primeiro, no sentido da centralização político-administrativa quando dirigia o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), depois, em sentido contrário, quando, a partir do governo do presidente Ernesto Geisel, operou essas quatro expressões do Poder Nacional no sentido da descentralização político-administrativa no País. O resultado é uma análise inédita em termos de teoria de sociologia política, ligada aos fatos históricos exercidos pelo próprio autor.

Palavras-chave: Pensamento político-social brasileiro, conservadorismo, Centralização e Descentralização Político-administrativa, Poder Nacional, Setores: Político, econômico, psicossocial e militar.

ABSTRACT

COUTO AND SILVA NETO, Golbery do. Systoles and diastoles in the life of states: the thought of Golbery do Couto e Silva. Masters dissertation. Rio de Janeiro: 2019 (Master in Political Sociology) - Postgraduate Program in Political Sociology, Candido Mendes University, Rio de Janeiro, 2019.

This research aims at analysing the line of thinking of General Golbery do Couto e Silva, not only a theorist, but also a noteworthy political linchpin from the 1950's on. In his two books – *Strategical Planning* and *National Political Stage: the Executive Power & Geopolitics in Brazil* -, the author, based on the studies of the acclaimed Brazilian sociologist Oliveira Vianna, developed the theoretical concept of Systoles and Diastoles for the internal dynamics of the Brazilian State, considering the reflexes that originated in international relations and the political-administrative configuration of Brazil. Furthermore, his political legacy is considered authoritative since 1964, after a movement of political centralization, and then from 1974 on, as the political and administrative structure decentralized until 1986, resulting in the end of the Military Regime and in the return to the democratic state of the rule of law. Thus, observing the dynamics in wave movements of the so-called four expressions of National Power in the two highlighted periods, but in different directions, was the main thrust of this study. As Golbery do Couto e Silva analyzed such movements, first, towards the political-administrative centralization when he ran the Institute for Research and Social Studies (IPES), then, in the opposite direction, when, from the government of President Ernesto Geisel, he operated these four expressions of the National Power towards the political-administrative decentralization in the country. The result is an unprecedented analysis in terms of the theory of political sociology, linked to the historical facts exercised by the author himself.

Key words: Brazilian political-social thinking, conservatism, Centralization and Political-administrative Decentralization, National Power, Sectors: Political, economic, psychosocial and military.

LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional n.º 5
CEN	Conceito Estratégico Nacional
CPOR	Centro De Operações de Oficiais da Reserva
DOI	Destacamentos de Operação Interna
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
EsNI	Escola Nacional de Informações
FEB	Força Expedicionária Brasileira
GLC	Grupo de Levantamento da Conjuntura
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONA	Objetivos Nacionais Atuais
ONP	Objetivos Nacionais Permanentes
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista do Brasil
PPB	Pensamento Político Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista do Brasileiro
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SNI	Serviço Nacional de Informações
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 11

1. UM MAGO NA POLÍTICA BRASILEIRA: Biografia de Golbery do Couto e Silva, 14

1.1 O Garoto Golbery, 14

1.2 Atuação política e militar do Coronel Golbery do Couto e Silva, 16

1.3 Ipes, 19

1.4 SNI: a Eminência Parda do Regime, 29

1.5 Geisel, Golbery e a descompressão, 34

1.6 A bomba do Rio Centro e o Fim, 39

2. O PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO: simbioses e antagonismos entre o pensamento de Oliveira Vianna e Golbery do Couto e Silva, 43

2.1 O pensamento político brasileiro, 46

2.2 Visconde do Uruguai, 51

2.3 Alberto Torres, 56

2.4 Oliveira Vianna, 58

3. O PENSAMENTO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA, 80

3.1 Intervenção Militar de 1964: A Sístole, 102

3.2 Abertura Política no Brasil a partir de 1974: A Diástole, 113

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 121

PÓS-ESCRITO, 126

REFERÊNCIAS, 129

INTRODUÇÃO

Segundo o sociólogo ainda tratado como ensaísta na década de 1930, Oliveira Vianna, desde o descobrimento do Brasil em 1500 que o País vive sob a dinâmica da centralização político-administrativa e no seguimento da descentralização. Desta forma, o último movimento dessa centralização ocorreu com a intervenção militar em 1964; após vinte e um anos de Regime Militar veio por fim uma nova descentralização em 1985 com a eleição mesmo que indireta de um civil para a Presidência da República e a retirada dos militares da administração política do Brasil.

Sob o título de Sístoles e Diástoles na Vida dos Estados, o general Golbery do Couto e Silva proferiu uma palestra na Escola Superior de Guerra (ESG) na década de 1980 tendo como tema justamente essa dinâmica do sociólogo Oliveira Vianna; contudo, ampliou o foco usando teoricamente as quatro expressões do Poder Nacional, ou seja: política; econômica; psicossocial e militar. Desta forma, Golbery do Couto e Silva procurou ilustrar como essas quatro expressões se comportaram tanto nos anos anteriores a 1964 no sentido da centralização, como a partir de 1974 quando atuando como Ministro-chefe da Casa Civil do Governo do Presidente Ernesto Geisel, coordenou essas mesmas quatro expressões só que naquela conjuntura em sentido oposto, o da descentralização político-administrativa, ou mais comumente chamada de Abertura Política no Brasil.

Esse estudo teve a intenção de trazer luz ao pensamento de Golbery do Couto e Silva. Considerado um dos maiores intelectuais do Exército de todos os tempos Couto e Silva escreveu dois livros importantes que estranhamente ainda refletem no panorama político nacional. Em um primeiro momento a dissertação buscou uma breve biografia do autor que além de estar em foco pelo seu trabalho teórico, também foi um ator político de destaque desde a década de 1950. No segundo ponto, busquei compreender em qual classificação de pensamento político brasileiro Golbery do Couto e Silva poderia ser enquadrado. Como Couto e Silva teve influência considerável do sociólogo Oliveira Vianna, procurei estudar o pensamento de autores classificados como

pensadores conservadores, inclusive do próprio Oliveira Vianna. Desta forma, fica em evidência que Golbery do Couto e Silva pode ser classificado como um pensador conservador, no que concerne ao Pensamento Político Brasileiro (PPB).

No terceiro capítulo me dediquei exclusivamente ao pensamento de Golbery do Couto e Silva em seus dois livros *Planejamento Estratégico* (1955) e *Conjuntura Política Nacional O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil* (1981). Contudo como ponto nevrálgico da pesquisa, coloquei maior ênfase no texto *Conjuntura Política Nacional O Poder Executivo*, onde Couto e Silva trabalhou os conceitos de sístoles e diástoles e de Poder Nacional ampliando a visão de Vianna. E apontando ainda para a variação tentacular em movimentos ondulatórios das quatro expressões do Poder Nacional.

Busquei duas hipóteses nessa fase da pesquisa. Em um primeiro momento, compreender qual seria o perigo de ruptura de um desses quatro aspectos do Poder Nacional na fase da centralização, momentos antes da intervenção militar em 1964. E a outra hipótese seria do mesmo perigo de ruptura, contudo nesta outra fase no sentido da descentralização político-administrativa que se iniciou a partir de 1974, com o Governo do Presidente Ernesto Geisel.

A conclusão foi de que na primeira fase o perigo de ruptura denominado pelo autor como *Retardo Cultural*, ou seja, o perigo de um desses setores se descolar das dinâmicas de centralização e descentralização ocorreu no setor Político. A hipótese do então Presidente João Goulart reagir à centralização com as Forças Armadas que ainda estavam sob seu comando não ocorreu, levando todo o processo de centralização até a sua plena conclusão.

Na segunda fase, a da Abertura Política, o perigo ou a hipótese de ruptura se manifestou nos setores político e militar. Mesmo com fortes impulsos no sentido da descentralização oriundos do Governo na administração do Presidente João Batista Figueiredo o setor militar denominado de linha dura ganhou maior expressão, e ainda; a falta de controle do Governo sobre o Serviço Nacional de Informações (SNI) também podemos apontar como fator interessante para destacar a hipótese de ruptura no setor Político/Militar. O exemplo mais proeminente desse risco foi à chamada Bomba do Rio Centro. Contudo, como aponta Couto e Silva a descentralização aguda nos outros dois setores do Poder Nacional teve força suficiente para por fim, arrastar parte do Setor

Político que ainda se encontrava sem a devida pressão e também impulsionou o Setor militar, a nosso entender o que se enquadrava no conceito de *Retardo Cultural* de forma mais destacada.

Todavia, depois de vinte e um anos de governos militares, o Brasil retomou sua democracia com a eleição do presidente Tancredo Neves para presidente da República em 1985. E por fim, usei como fontes de pesquisa para o trabalho, basicamente análises bibliográficas e reportagens jornalísticas que versaram sobre o assunto em pauta daquela época.

1. UM MAGO NA POLÍTICA BRASILEIRA: biografia de Golbery do Couto e Silva

Golbery do Couto e Silva nasceu no dia 21 de agosto de 1911, na cidade do Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Filho de Jacintho do Couto e Silva Junior e Henriqueta do Couto e Silva, segundo estudo genealógico¹ elaborado pelo próprio Golbery do Couto e Silva em resposta a uma correspondência de Marco Antônio Rabelo do Couto e Silva em oito de outubro de 1981. Seu avô, Manuel do Couto e Silva, teria vindo da cidade do Porto, em Portugal, para o Rio de Janeiro, onde morou com quatro filhas e um filho. No Rio teria concebido mais dois ou três filhos. Após se mudar para o Rio Grande, teria concebido mais um filho, seu pai.

Como aponta Gaspari:

Jacintho deu nomes estranhos aos dois filhos. Ao mais velho chamou Morency, sobrenome de um dos colonizadores de Quebec. Ao segundo, nascido em 21 de agosto de 1911, chamou Golbery, sobrenome de um magistrado metido em eruditos estudos arqueológicos, morto em 1854 e quase desconhecido fora de Colmar, sua cidade natal. (GASPARI, 2003, p. 114)

1.1 O garoto Golbery

Os primeiros anos de educação de Golbery do Couto e Silva foram aplicados pelo próprio pai Jacintho, muito rígido na cobrança das lições e estudos proferidos aos filhos. Contudo, mesmo achando que os filhos seriam mais bem-educados em casa, o pai matriculou Golbery do Couto e Silva “no colégio estadual Lemos Junior, porque o reitor estava interessado numa experiência pedagógica e pediu que lhe entregassem a criança, então com onze anos” (GASPARI, 2003, p. 114). Segundo o historiador rio-grandense Willy Cesar,

Golbery revela fascínio pela leitura e pelos estudos, assombrando professores e coleguinhas de aula com notas acima de nove e muitos dez, nas provas de matemática, português, ciências, idiomas e etc. A única exceção é na disciplina de desenho com humilde nota sete, em dezembro de 1920. (CESAR, 2011)

Golbery do Couto e Silva relembriaria com orgulho dessa época, em que “entre os treze e os catorze anos” havia lido “quase todos os clássicos da literatura portuguesa”.

¹ GASPARI, 2003, p. 113.

Ressaltava que “Camilo Castelo Branco, por exemplo”, havia lido inteiro. Além disso, inventariara “toda a biblioteca e os laboratórios de física e química” do colégio, “equipados com material alemão de muito boa qualidade” (GASPARI, 2003, p. 114-115).

Como aponta ainda Willi Cesar, “O gênio do jovem estudante tem repercussão na cidade com os jornais locais *Echo do Sul*, *O Tempo* e *Rio Grande*, abordando passagens de sua vida escolar”. Cesar destaca que “aos onze anos, Golbery discursa da capela-mor da igreja da Conceição em homenagem ao jurista e ex-ministro da República Ruy Barbosa, doente no Rio”. Ruy Barbosa agradece a homenagem telegrafando aos alunos do Colégio Lemos Jr. (CESAR, 2011).

O historiador relembra que:

Próximo da formatura, Golbery integra a caravana de estudantes do Lemos Jr., em pioneira atividade de preservação do meio ambiente, com reconhecimento e estudos da flora e fauna encontráveis na Vila da Quinta, orientada pelo professor Pedro Goulart dos Santos, das cadeiras de história natural e química. Golbery se forma no bacharelado de ciências e letras do Lemos Jr. em 2 de janeiro de 1926, com 9,3, a melhor média da história do colégio. Um ano depois ingressa na escola militar no Rio. (CESAR, 2011)

Segundo o jornalista Elio Gaspari, Golbery do Couto e Silva gostaria de ter cursado direito ou engenharia, mas, por falta de condições financeiras, seguiu o caminho do irmão mais velho, Morency, e fez provas para Cadete do Exército. Gaspari destaca que Couto e Silva:

chegou à Escola Militar de Realengo com uma cultura acima da média dos colegas. Sabia muita matemática e se encantara com o estudo da história. Ia à secretaria conferir as notas de Luiz Carlos Prestes, transformadas em pedra de meca do irredentismo tenentista. Era o melhor aluno da escola, com notas superiores a 8 em todos os exames, na marca do cavaleiro da Esperança e do Tenente Ernesto Geisel. Saiu de Realengo em dezembro de 1930, na primeira turma de aspirantes do novo regime. (GASPARI, 2003, p. 115)

Em 1931, foi encaminhando para atuar no 9º Regimento de Infantaria em Pelotas. Atuou no ano seguinte no combate à Revolução Constitucionalista, tendo como instrumento, entre pistolas e fuzis, o livro do filósofo alemão Emmanuel Kant, *Crítica da Razão Pura*, na mochila, ocasião em que obteve um elogio por bravura. Segundo Gaspari, “foi a primeira e única vez que atirou em combate”. Já de volta a Porto Alegre, atuou como instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, (CPOR) então com 21 anos de idade. Em 1937, alcança a patente de Capitão, sendo designado para o Conselho de Segurança Nacional, encaminhando-se em seguida para Curitiba com a incumbência de servir na Infantaria divisionária da 5ª Região militar.

Em 1940, foi transferido para o 13º Batalhão de Caçadores em Joinville, Santa Catarina. Em 1941, ingressou no Curso de Estado Maior, sendo o único oficial a ter concluído o curso² e, em 1943, foi enviado para estudar nos Estados Unidos da América – após uma breve passagem pelo Batalhão de Porto Alegre – “para estagiar em Fort Leavenworth, como etapa preparatória para agregar-se às unidades da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que, desde julho, já combatiam na Itália”. Assim, “após o término do curso, seguiu para o *front* como oficial de informações”.³

De volta da Segunda Guerra Mundial ao Brasil, em 1945, Golbery do Couto e Silva havia economizado o suficiente para comprar seu primeiro imóvel, um apartamento em Laranjeiras, Rio de Janeiro.⁴ Fora designado para servir no Sul, “como oficial de seção de operações da 3ª RM, comandada na ocasião pelo general Salvador Cesar Obino”. Em maio de 1946, retornou ao Rio de Janeiro, para servir no (EME) Estado-Maior do Exército. Logo em seguida, Golbery do Couto e Silva foi promovido a Major e designado para atuar no Estado-Maior Geral:

mais tarde Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) — criado naquele ano com a finalidade de “preparar as decisões relativas à organização e emprego conjunto das Forças Armadas e os planos correspondentes”, além de “colaborar no preparo da mobilização total da nação para a guerra, quando for o caso”. Permaneceu nesse órgão até março de 1947, quando foi enviado ao Paraguai, na Comissão Militar Brasileira de Instrução, ali sendo mantido até outubro de 1950, quando foi reintegrado ao EME como adjunto da seção de informações. (ABREU RAMOS, 2010)

1.2 Atuação política do Coronel Golbery do Couto e Silva

² Como capitão, inscrevera-se nas provas livres do curso de admissão à Escola de Estado-Maior e fora o único aprovado. Seu exame mais difícil parece ter sido o de motorista, pois, com trinta anos e sem dinheiro, não sabia dirigir. Três anos depois, embarcou para Fort Leavenworth. Desembarcou em Nápoles no final de fevereiro de 1945, um ano após a entrada das tropas americanas na cidade. (GASPARI, 2003, p. 118)

³ Lucas Figueiredo afirma, sobre Golbery do Couto e Silva: “Duas coisas podem ser ditas sobre ele sem o risco de errar: foi um dos maiores conspiradores do país e o principal formulador do serviço secreto brasileiro. Ambas as Carreiras – larguíssimas – foram desenhadas no compasso da Segunda Guerra Mundial” (FIGUEIREDO, 2005, p. 93).

⁴ Segundo a filha de um vizinho contemporâneo de Golbery do Couto e Silva, o prédio se chama Edifício Nevada, na Rua das Laranjeiras n.º 285. (GASPARI, 2003, p. 118)

Em 1952, após ser promovido a tenente-coronel,⁵ Couto e Silva foi “designado adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG)”. Era um “estabelecimento subordinado ao EMFA, criado em 1948 com a finalidade de desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional”.

Comandava a ESG na ocasião o general Juarez Távora. Em suas novas funções, Golbery encontrou condições favoráveis para impulsionar suas teses, que condicionavam à segurança nacional o êxito de um projeto global de desenvolvimento, em cujas tarefas o Estado deveria associar-se à iniciativa privada mediante o apoio intermediário de uma elite tecnocrática, civil e militar, ideologicamente comprometida com um conjunto de “objetivos nacionais permanentes”. Essas teses depois vieram a constituir-se na essência do programa da ESG. (ABREU RAMOS, 2010)

Nessa quadra da vida política doméstica do Brasil, houve o início de pequenas convulsões sociais e impulsos de antagonismos, tanto de origem civil como militar, ao governo do então presidente da República Getúlio Vargas. Em 1954, essa efervescência atingiu seu primeiro pico no meio militar, por meio de um manifesto⁶ assinado por 82 coronéis e tenentes-coronéis. Os militares contestavam um aumento de 100% no salário mínimo do País dado pelo então Ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart, no dia 1º de maio daquele mesmo ano. O manifesto teve efeito fulminante, e João Goulart foi exonerado do cargo de Ministro do Trabalho do governo de Getúlio Vargas. O documento havia sido redigido por Golbery do Couto e Silva:⁷

Perigosas só poderão ser hoje, portanto, nos meios militares, as repercussões que já se apresentam e anunciam de leis ou decisões governamentais que, beneficiando certas classes ou grupos, acarretarão pronunciado aumento do custo já insuportável de todas as utilidades. (GASPARI, 2003, p. 133)

Um segundo manifesto, intitulado Manifesto dos Generais⁸, exigindo a renúncia do presidente Getúlio Vargas, também foi confeccionado pouco tempo depois, causando a destruição do governo e do próprio presidente Getúlio Vargas. Escrevia novamente Golbery do Couto e Silva:

⁵ O tenente-coronel Golbery saiu da casaca na escola Superior de Guerra em 1952, com uma série de conferências que intitulou *Aspectos Geopolíticos do Brasil*, que é um trabalho metucioso e pedante. Nele, o tenente-coronel procurou mostrar tudo o que sabia, a ponto de misturar, em dois únicos parágrafos, profecias de Zaratustra, teoria dos números e o espaço curvo quadridimensional. Na primeira conferência, em apenas sete páginas, Golbery trabalha na formulação do conceito de segurança nacional. (GASPARI, 2003, p. 128).

⁶ Chamou-se *Memorial do Coronéis* (GASPARI, 2003, p. 133).

⁷ O jornalista Elio Gaspari aponta que Golbery do Couto e Silva reconheceu a autoria desses manifestos em diversas conversas com ele próprio (GASPARI, 2003, p. 133).

⁸ Esses dois documentos foram publicados pela editora UniverCidade em 2003 e, além dos Manifestos, também foram condensados na edição os dois livros de Golbery do Couto e Silva. O livro foi publicado com o título *Geopolítica e Poder*.

Consciente dos seus deveres e responsabilidades perante a Nação [...] e solidarizando-se com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declaram julgar [...] como melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as forças armadas a renúncia do atual presidente da República. (GASPARI, 2003, p. 133)

Após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, Golbery do Couto e Silva, ainda como adjunto do Departamento de Estudos da ESG, passou a figurar mais intensamente no ambiente político do País. Unido ao grupo militar que se colocou de forma mais contundente no cenário político nacional, passou a fazer oposição ao então candidato à presidência da República pelo Partido Social Democrata (PSD), Juscelino Kubitschek:

O inconformismo militar, alimentado pela ESG, agravou-se quando o PSD, em busca do apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ratificou a indicação de Goulart para a vice-presidência. A chapa da coligação PSD-PTB venceu as eleições de outubro, derrotando a candidatura de Juarez Távora, patrocinada por uma coligação encabeçada pela União Democrática Nacional (UDN). A solução extralegal de se impedir a posse dos eleitos pleiteada pelo grupo de que Golbery fazia parte foi derrotada pelo movimento político-militar de 11 de novembro de 1955, chefiado pelo ministro da Guerra de João Café Filho, general Henrique Teixeira Lott, que assegurou a posse de Juscelino e Goulart. Na ocasião Golbery foi mantido preso por oito dias e transferido para o quartel-general da Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (ID/4), sediado em Belo Horizonte. Promovido a coronel em março de 1956, foi logo transferido para o EME, onde permaneceu até setembro de 1960, quando passou a chefiar a seção de operações do EMFA. (ABREU RAMOS, 2010)

Articulador político e conspirador de todas as horas, Golbery do Couto e Silva fazia parte, nesse contexto, de um núcleo anti-Lott, composto por nomes como os generais Juarez Távora e Osvaldo Cordeiro de Farias. Fruto dessa aliança – pelo menos no âmbito da articulação nos bastidores da política – foi a eleição do então presidente da República, o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros:

Com a posse de Jânio em 31 de janeiro de 1961, já em fevereiro o coronel Golbery assumiu as funções de chefe de gabinete da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional, tornando-se em pouco tempo elemento da confiança pessoal do novo presidente, a quem remetia quase que diariamente informações de caráter sigiloso. (ABREU RAMOS, 2010)

Nesse cargo, Couto e Silva teve a oportunidade de passar a coordenar o chamado Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI). Em maços de folhas que eram remetidas ao então eleito presidente da República Jânio Quadros, com o carimbo de Ultrassecreto, Couto e Silva escrevia suas impressões conjunturais:

Em face das medidas de contenção e austeridade administrativa adotadas pelo Governo, sobretudo no campo econômico-financeiro, para saneamento a recuperação do país, bem assim como da nova orientação imprimida à política externa – o que já vem despertando vivos antagonismos da parte de grupos políticos, econômicos e militares – é de admitir-se, a curto prazo, se

inicie um sério período de agitações sociais com possíveis perturbações graves da ordem interna. ([ARQUIVOS DA DITADURA](#), 2019)

Contudo, com a prematura e inesperada renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, essas propostas apontadas pelos estudos de Couto e Silva foram colocadas fora de pauta. Golbery do Couto e Silva lembraria com ironia do episódio da renúncia de Jânio Quadros: “No dia em que Jânio Quadros renunciou, faltou alguém que o trancasse num banheiro do Palácio” (VEJA, 1980, p. 30).

1.3 O Ipes

Com a posse do então vice-presidente da República do Brasil, João Goulart, Couto e Silva pede passagem para a reserva do Exército brasileiro e, com o direito que o contemplava com duas promoções, o lendário coronel⁹ deu lugar ao que se falou muito nos governos militares a partir de 1964. Nascia então a “Eminência Parda do Regime”¹⁰ sob a capa do general Golbery do Couto e Silva. No começo da década de 1960, ele fundou e dirigiu o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes).¹¹

Em seu livro *1964: A conquista do Estado* (2006), René Dreifuss coloca em destaque a transição na configuração da política brasileira que, a partir da Revolução tenentista de 1930, apeia do poder um tipo de “oligarquia agro-comercial, na qual predominavam as elites rurais do nordeste, os plantadores de café de São Paulo e os interesses comerciais exportadores”. Dessa forma, Dreifuss entende que o que chama de “burguesia industrial” teria se formado por influência, política e ideológica dessa oligarquia em questão; além de apontar para uma suposta influência da burguesia britânica que atuou no Brasil colonial. Contudo, o autor aponta para uma dinâmica de antagonismos entre a antiga oligarquia rural que perdia espaço político e econômico no Estado e a ascensão dessa nova burguesia industrial que se firmava como elite econômica, sobretudo após a Revolução de 1930. Todavia, entendia que:

⁹ Desde tenente, em 1959, Heitor correspondia-se afetuosamente com o lendário coronel Golbery, discutindo um novo Exército, um novo governo e um novo país. (GASPARI, 2002, p. 157)

¹⁰ Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR65038-6014,00.html>>.

¹¹ O Ipes transformou-se em uma espécie de governo marginal, publicando estatísticas sobre a economia (não confiava nos números do governo), criando grupos de estudo sobre questões como recursos para a educação, controle da população, reforma da lei trabalhista e desenvolvimento do setor mineral. Sua postura era claramente conservadora, bem à direita da maioria dos membros do Legislativo e muito mais à direita da posição de Goulart no final de 1963. (SKIDMORE, 1989, p. 40)

A burguesia emergente, porém, não destruiu, nem política nem economicamente, as antigas classes agrárias dominantes para impor sua presença no Estado; pelo contrário aceitou em grande parte os valores tradicionais da elite rural. (DREIFUSS, 2006, p. 22)

Desta forma, Dreifuss, já apontando uma análise – ao que parece – de origem marxista, destaca que essa nova burguesia industrial firmada na configuração política do País, “conseguiu identidade política face ao bloco oligárquico”, colocando em voga um novo “compromisso de classe” em consonância com os interesses oligárquicos no poder. Todavia, no trabalho de Dreifuss, fica em evidência sua ótica de uma “ligação umbilical” dessa burguesia nascente com a antiga oligarquia rural, equação social que, para o autor, trazia consequências históricas importantes.

Notório destacar no entendimento de Dreifuss que:

O Estado Novo surgiu porque a burguesia industrial se mostrou incapaz de liderar os componentes oligárquicos do “estado de compromisso” ou para impor-se à nação através de meios consensuais, de maneira a criar uma infraestrutura sócio-econômica para o desenvolvimento industrial. O Estado Novo garantiu a supremacia econômica da burguesia industrial e moldou as bases de um bloco histórico burguês, concentrando as energias nacionais e mobilizando recursos legitimados por noções militares de ordem nacional e de progresso. (DREIFUSS, 2006, p. 22)

O fato é que, no trabalho de Golbery do Couto e Silva, sob uma conjuntura de aguda pressão internacional configurada em uma bipolaridade de Guerra Fria, o autor destacava, por um lado, os perigos de uma ameaça real à soberania nacional, pelas ditaduras totalitárias orientais, principalmente a da União Soviética; por outro lado, evidenciava a incapacidade de nossas elites de se firmarem como governo forte, capaz de satisfazer suas próprias demandas, configurando, assim, um grave quadro, do que chamou de anomia social. Como destacava Golbery do Couto e Silva: “entre a anomia e o totalitarismo”.¹²

Voltando para a configuração do Estado Novo, Dreifuss destaca que:

Sob a égide do Estado Novo, industriais e proprietários de terra tornaram-se aliados. Contudo, a convergência de interesses não se dissolveu uma identidade de interesses. Conflitos e tensões marcaram o seu relacionamento, e foi esse elemento de competição mútua que tornou possível, e até mesmo necessário, que o aparelho burocrático-militar do Estado Novo tivesse um papel de intermediário, o que favoreceu uma interferência contínua das Forças Armadas na vida política da nação. A intervenção do aparelho burocrático-militar na vida política assegurava a coesão do sistema, ao mesmo tempo em que se tornava um fator de perturbação nas tentativas de uma institucionalização política a longo prazo. (DREIFUSS, 2006, p. 23)

¹² BIRKER (2002, p. 74).

Contudo, desta análise sociológica de Dreifuss, podemos já adiantar o que nos interessa nessa pesquisa, a intervenção civil-militar de 1964 tratada como ponto nevrálgico desse estudo; entender que talvez se possa desenhar uma semelhança de pontos, principalmente no que tange à questão da coesão nacional. Porém, mais do que tudo, os estudos de Golbery do Couto e Silva, a questão da conjuntura internacional e a forte preocupação, principalmente do setor militar do País, com a questão da soberania nacional são de grande importância para este trabalho.

Todavia, dentro desse desenho sociológico que Dreifuss nos apresenta, com a consolidação dessa burguesia industrial no período do Estado Novo, com a proximidade do fim da Segunda Guerra Mundial, o autor destaca a divisão dessa burguesia em pauta em dois polos. De um lado:

Uma era considerada entreguista, diretamente ligada ao capital transnacional, e a outra nacionalista, oposta à ação de interesses estrangeiros. A burguesia “nacionalista” era procurada politicamente e considerada, teoricamente, pelos intelectuais nacionalistas como aliada em potencial, se não de fato, das classes trabalhadoras e dos setores das classes médias que se opunham ao imperialismo, em razão do que se esperava fossem as diretrizes políticas dos industriais de reforçar os centros locais de tomada de decisão, e de sua alegada visão do Estado como instrumento de oposição à penetração estrangeira. (DREIFUSS, 2006, p. 25-26)

Desta forma, mesmo dividida, para Dreifuss, a burguesia nacional em seu âmago e essência, no bojo de sua natureza tinha um único objetivo: o capital. Porém, com o suicídio de Getúlio Vargas, em parte pressionado pelo Memorial dos Generais que fora redigido por Golbery do Couto e Silva, mudou-se a tônica da política econômica que marcou seus governos até então. Sob o comando de Eugenio Gudin, a economia brasileira passou a se comportar por uma “diretriz política do governo” que “explicitamente favorecia corporações multinacionais que concordassem em importar equipamento industrial para a produção de bens considerados altamente prioritários para a administração” (DREIFUSS, 2006, p. 27).

Dreifuss destaca que – a nosso entender por uma ótica de luta de classes:

O breve governo de Café Filho, apoiado por uma aliança informal de centro-direita entre empresários, políticos da União Democrática Nacional (UDN) e o do Partido Social Progressista (PSP), visava à contenção das classes trabalhadoras e ao estímulo da penetração de interesses multinacionais através de um entendimento político com setores cafeeiros e financeiros. (DREIFUSS, 2006, p. 33)

Ademais, essa configuração política foi derrotada por uma aliança entre o PSD e o PTB, liderada por uma chapa composta por Juscelino Kubitschek e João Goulart, que

representavam “uma coligação de forças sociais expressando o processo de desenvolvimento nacional baseado na expansão da indústria brasileira”. Para Dreifuss:

João Goulart, herdeiro aparente de Getúlio Vargas, baseava sua campanha no que parecia ser uma continuação dos aspectos mais estatizantes, nacionalistas e abertos a reformas das diretrizes políticas da segunda administração de Getúlio Vargas. Enquanto isso, Juscelino Kubitschek fazia sua campanha em favor de um programa ambicioso de planejamento e desenvolvimento. Porém a administração de Juscelino Kubitschek, embora aparentemente baseada na mesma correlação de forças políticas do regime de Getúlio Vargas, implementou uma política de desenvolvimento que resultou em uma mudança drástica no modelo de acumulação, reforçando um padrão de “desenvolvimento associado” com a realização de seu chamado Plano de Metas de 1956 a 1961. Além disso, a estratégia de desenvolvimento adotada por Juscelino Kubitschek levou a uma redefinição do papel e função da máquina estatal e de seu relacionamento com a sociedade civil, acabando por esgotar as possibilidades de combinação das forças políticas que haviam sido base de sustento original. (DREIFUSS, 2006, p. 34)

Contudo, Dreifuss destaca que, no início da década de 1960, uma nova configuração sociológica se apresentava no Brasil. A pesada industrialização do governo de Kubitschek causou um reflexo no modelo social do País; “a convergência de classes populistas no poder e a forma populista de domínio foram desafiadas por duas forças convergentes”, que no entender do autor se materializavam em “interesses multinacionais e associados e as classes trabalhadoras industriais, cada vez mais incontroláveis”.

Na ótica de Dreifuss, os valores que sopravam da Escola Superior de Guerra (ESG), nessa conjuntura em específico, exalavam um teor de natureza contrária ao populismo ou mesmo antipopular. Para o autor, as concepções que a ESG trazia eram valores, “em linhas gerais, congruentes com os interesses multinacionais associados [...]”. Destaca o autor que, “para evitar os controles do Congresso e a pressão popular, os interesses multinacionais e associados estimularam a criação de uma administração paralela, a qual provia a representação exclusiva de tais interesses”.

Dreifuss entende que:

(...) as classes trabalhadoras industriais, como parte das chamadas classes populares, fizeram do Congresso uma plataforma cada vez mais eficiente para a expressão dos seus interesses em oposição direta ao bloco oligárquico industrial, e contra os interesses multinacionais e associados. Com as crescentes demandas nacionalistas e reformistas pressionando o Executivo e com o Congresso também funcionando como um foco de expressão dos interesses regionais e locais, tornava-se imperativo para os interesses multinacionais e associados ter o comando político da administração do Estado. Isso foi parcialmente conseguido com a ascensão de Jânio Quadros ao poder. Sob grande pressão, ele tentou resolver as contradições do regime através de uma manobra ‘Bonapartista civil’, após somente sete meses no cargo... A sua renúncia não teve a repercussão desejada e João Goulart

tornou-se presidente inesperadamente, liderando um bloco nacional-reformista. (DREIFUSS, 2006, p. 37)

Para Dreifuss, a década de 1950 teve uma forte pressão do setor econômico associado aos interesses multinacionais, se cristalizando em reflexo no setor político do Estado brasileiro. Desta forma, o autor “denunciava” os intelectuais orgânicos desse novo bloco econômico em vigor. Destacando o pensamento de Giovanni Agnelli, de que “de certa maneira, a rede de companhias multinacionais representa de forma embrionária o sistema nervoso central de uma ordem global emergente”. Apontava Dreifuss que:

A estrutura desse sistema nervoso central estava estabelecida no interior das formações sociais nacionais dos países onde as multinacionais operavam. Essas criavam ou favoreciam a formação de ‘elites’ locais ligadas organicamente por laços sócio-culturais, padrão de vida, aspirações profissionais, interesses decorrentes de sua condição de acionistas e atitudes econômico-políticas. Estabelecia-se como resultado uma liderança internacional de empresários e membros das diretorias das empresas, dependentes dos centros transnacionais e afastados, portanto, dos prementes problemas sociais de seus países de origem e de suas soluções básicas. Como membros de uma burguesia internacional, eles se preocupavam com crescimento, e não com independência nacional. (DREIFUSS, 2006, p. 72)

Contudo, segue o autor, destacando a formação dessa chamada “elite”, que deveria atuar como *intelectuais orgânicos* em favor do capital internacional. Eram instruídos através “de seminários e conferências” realizados “na Escola Superior de Guerra, em associações comerciais e industriais, clubes sociais de prestígio e centros culturais e, finalmente, através da criação de organizações” que segundo Dreifuss, “se tornaram os focos de suas atividades ideológicas”.

Segundo o autor:

No final da década de cinquenta o então Coronel Golbery do Couto e Silva, o mais hábil e preparado, teórica e politicamente, dos ‘guerreiros frios’ que lutavam por um desenvolvimento empresarial seguro no Brasil, expôs o problema de forma precisa. Para ele, era necessário evitar, a todo custo, qualquer incoerência do conjunto, de maneira a garantir a inexistência de conflito entre objetivos divergentes, o que finalmente impediria o seu alcance simultâneo ou a sua preservação e destruiria o sistema como tal. (DREIFUSS, 2006, p. 74)

A influência dos militares para essa formatação social indicada por Dreifuss era notória, principalmente no período de pós-guerra. Alguns deles se concentraram na Escola Superior de Guerra. Pode-se listar entre outros desse grupo:

Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Aurélio de Lyra Tavares, Jurandir de Bizarria Mamede, Heitor Almeida Herrera, Edson de Figueiredo, Geraldo Menezes Cortes, Idálio Sardenberg, Belfort Bethlem,

João Bina Machado, Liberato da Cunha Friedrich, Ademar de Queiroz e os generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora. (DREIFUSS, 2006, p. 78)

Dessa forma, o autor entende que esse grupo esguiano comungava com os preceitos oriundos do capital internacional e tinha urgência em “transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista”. Dreifuss aponta para a criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) como uma reação conservadora da classe industrial brasileira, ligada as multinacionais e aos militares da reserva como o então coronel Golbery do Couto e Silva. O autor destaca que:

Os fundadores do IPES do Rio e de São Paulo, o núcleo do que se tornaria uma rede nacional de militantes grupos de ação, vieram de diferentes *backgrounds* ideológicos. O que os unifica, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado. Esses empresários visavam a uma liderança política compatível com sua supremacia econômica e ascendência tecnoburocrática, pois, como foi observado, “a direção do país não podia mais ser deixada nas mãos dos políticos”. O IPES passou a existir, oficialmente, no dia 29 de novembro de 1961. Seu lançamento foi recebido favoravelmente pelos diversos órgãos da imprensa, tais como o Jornal do Brasil, O Globo, o Correio da Manhã e a Última Hora. Contou também com o beneplácito do conservador Arcebispo do Rio Dom Jayme de Barros Câmara, enquanto outras figuras políticas, eclesiásticas e intelectuais aplaudiram da mesma forma o seu aparecimento. Rapidamente o IPES se expandiu até Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e outros centros menores. (DREIFUSS, 2006, p. 163)

Para Dreifuss, o Ipes se apresentava como uma instituição de técnicos e intelectuais que procuravam realizar uma análise da conjuntura social, política e econômica nacional. Desta forma, uma extensiva análise sobre o governo do presidente João Goulart se fazia necessária, principalmente pela polêmica, e mesmo pela ameaça ideológica das propostas de reforma de base, que o governo de Goulart passava a propagar agressivamente na transição do ano de 1963 para o de 1964. O autor ressalta que o Ipes ainda se mostrava como uma instituição que se dedicava a disseminar cultura e se ocupar a combater o analfabetismo no País.

Contudo, ainda de acordo com Dreifuss, o Ipes teria um outro lado:

O lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar. Os fundadores do IPES, avidamente dedicados à manipulação de opiniões e guerra psicológica, organizavam e recrutavam um núcleo de 50 membros, cada um encarregado de trazer cinco outros, e eles, por sua vez, outros cinco. (DREIFUSS, 2006, p. 164)

Outra Instituição ligada ao Ipes era o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Segundo Dreifuss, o Ibad “agia como uma unidade tática e o Ipes operava como centro estratégico” para a condução de seus objetivos.

É importante destacar que, em nenhum momento de sua análise sociológica, muito bem documentada, por assim dizer, Rene Dreifuss traz à baila a conjuntura internacional; ou seja, a grave crise internacional que se desenvolvia desde o fim da Segunda Guerra Mundial, sob a nomenclatura de Guerra Fria. Em 1962, diante de uma aguda hipótese de cataclismo nuclear, o Planeta Terra por pouco não foi destruído com a chamada Crise dos Mísseis em Cuba. É claro que toda essa configuração internacional de ameaça ao mundo ocidental, do qual o Brasil fazia e continua fazendo parte, trazia fortes reflexos, não só em parte da sociedade conservadora brasileira, mas, principalmente, entre as Forças Armadas do Brasil.

Dessa forma, com o intuito de contextualizar o presente estudo, trazendo o pensamento teórico de Couto e Silva, destacamos a ótica do autor sobre as questões marxistas em determinada conjuntura. A esse respeito, ele afirma:

Sem dúvida, o marxismo, tal como o formularam Marx e Engels em meados do século passado, constituiu-se numa crítica devastadora e cerrada ao capitalismo clássico, cujo reinado se instaurava por toda a Europa, e que aqueles lhes fora dado apreciar muito de perto na Inglaterra de seu tempo. Ajudou-o, mais tarde, Lênin, às condições do início do século vinte, com suas novas teses do imperialismo – e deu-lhe, sobretudo, com seu superior senso pragmático e alto espírito de organizador, vida real e eficiente inigualável ao contexto revolucionário que encerra em seu bojo. As sutilezas da dialética hegeliana, entre o sim e o não de um princípio da contradição expressamente renegado, seriam exploradas ao máximo como fundamento e inspiração de uma flexibilidade tática sempre surpreendente, a serviço de uma estratégia inflexível e de linhas singelas bem definidas. (COUTO E SILVA, 2003, p. 523)

Ele assinala, a respeito da proposta de revolução do proletariado, que:

A contribuição de Stalin, apesar de toda a altissonante propaganda de seu largo consulado, nunca chegou a alcançar um vulto apreciável, muito menos profundidade, e só com Mao Tse-Tung chegar-se-ia a desenvolvimentos realmente originais, embora quase inteiramente confinados ao setor da estratégia aplicada no que se refere ao papel a desempenhar pelas massas camponesas na dinâmica revolucionária e na implantação da ditadura comunista. Nada disso porém, nem o brilho dialético dos teóricos, nem as vitórias impressionantes de uma estratégia e tática revolucionárias, nem o acelerado progresso industrial, nem as estupendas realizações no campo da ciência e da técnica, deveriam encobrir a verdade palmar de que todas as profecias de Marx sobre a evolução do capitalismo e a necessária tomada de poder pela classe proletária vierem a ser desmentidas, em toda linha, pelos fatos subsequentes. (COUTO E SILVA, 2003, p. 524)

Por fim, conclui, com uma comparação entre comunismo e “neocapitalismo”, que: O inimigo contra o qual a doutrina comunista ainda hoje deblatera, manejando argumentos sedícios e todo um arsenal enferrujado de críticas repisadas sempre, até mesmo num jargão invariável, de há muito abandonou o cenário nas áreas mais progressistas do Ocidente, ultrapassado e sepulto por nova forma de estruturação econômica, um neocapitalismo muito diferente e muito mais evoluído, como o que assegura o bem-estar crescente do povo norte-americano e acaba de fundamentar o impressionante salto para frente da economia europeia, na Alemanha Ocidental e na Itália, sobretudo. (COUTO E SILVA, 2003, p. 524)

Neste ponto, propomos uma mudança de foco; mais especificamente de uma análise sociológica estritamente brasileira, para uma conjectura mais ampla, incluindo, dessa forma, a dinâmica das relações internacionais em dado contexto. Talvez, com esse exercício, consigamos destacar o que podemos entender como crônica miopia na análise das dinâmicas que circundam o fenômeno 1964.

Após a Segunda Guerra Mundial, contudo, a dinâmica de poderes no Sistema Internacional teve uma mudança perpétua e apocalíptica, podemos assim apontar. Desde que Einstein e seu revolucionário cálculo da equivalência massa-energia ($E = mc^2$) abriram caminho para uma nova tecnologia a ser posta a serviço das guerras, as relações internacionais jamais voltariam a ser as mesmas.

Hiroshima e Nagasaki certamente foram os primeiros exemplos de que o Planeta tinha uma nova e poderosa “Senhora”. A partir desse momento, ou o mundo optava por uma “paz” nauseante em uma conjuntura chamada Guerra Fria,¹³ abrigada em um sistema de Balança de Poder¹⁴ – nesse caso, bipolar –, ou enfrentaria uma guerra nuclear. Estando o Planeta dividido entre as duas grandes superpotências que possuíam arsenais nucleares com capacidade para destruir todo o planeta, a tensão oriunda do real perigo que assolava aquela conjuntura, extrapolava os limites do suportável.

Para os EUA, a partir de 1959, a “Revolução Cubana” acendeu o alerta vermelho para o continente americano. Contudo, foi a partir da declaração de Fidel Castro de adesão ao marxismo-leninismo, apontando para um alinhamento mais sólido com o

¹³ Período da história contemporânea, após a Segunda Guerra Mundial, no qual duas superpotências, de um lado, os EUA, e do outro, a União Soviética, disputavam impor seus sistemas políticos e econômicos ao mundo. Por uma dinâmica de armas atômicas.

¹⁴ Equilíbrio de poderes, ou da balança de poder. Ele rege as relações entre as potências, estipulando que todas devem ter mais ou menos a mesma quantidade de poder, umas em relação às outras, de modo que se mantenha uma relativa paridade, que exista um certo equilíbrio entre todas. O fundamento de tal princípio é que, assim ocorrendo, todas mutuamente se neutralizarão e nenhuma aspirará a dominar as demais. (LACERDA, 2000, p. 61)

Kremlin, e a chamada Crise dos Mísseis em Cuba,¹⁵ em 1962, que a possibilidade de uma destruição planetária ficou mais proeminente. Assim, o continente americano ganhou maior importância estratégica na contenção do totalitarismo socialista. Esses fatos trouxeram a Guerra Fria, de maneira aguda para nosso continente e tiveram reflexos importantes nas políticas externa e doméstica do Brasil. Desde a Intentona Comunista,¹⁶ acreditava-se que a ameaça do socialismo internacional já assombrava as liberdades da Nação. Contudo, foi com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, e a posse do Sr. João Goulart na presidência da República do Brasil que provocaram uma grave crise endógena no País.

Destacando o pensamento teórico de Golbery do Couto e Silva, a respeito de suas diretrizes no âmbito da geopolítica:

Os objetivos geopolíticos internacionais do Brasil, frente a essa ameaça, seriam então (a) combater o subdesenvolvimento, de preferência com o apoio dos Estados Unidos, que deveriam acordar para essa tarefa urgente, caso não queiram o estabelecimento do poder soviético no continente¹⁷; (b) vigiar a África Atlântica, tanto contra a subversão, quanto contra possíveis avanços soviéticos, e (c) fortalecer o pan-americanismo, para que o continente mostre uma face única para o mundo em relação ao confronto Leste-Oeste. Além disso, a estratégia brasileira tem que se inserir nos quadros sucessivamente mais amplo, de uma geopolítica e geoestratégia para o bloco latino-americano, de uma geopolítica e geoestratégia continentais, de uma geopolítica e geoestratégia de todo mundo ocidental. (CARVALHO, 2009, p. 101)

Poucos anos depois desse artigo¹⁸ de Couto e Silva, a União Soviética instalaria mísseis e ogivas nucleares em Cuba, com a intenção de bombardear o território norte-americano, na chamada “Crise dos Mísseis”, em 1962, como aponta Carvalho¹⁹ (2009, p. 101). Para os militares, e sobretudo para Golbery do Couto e Silva – um teórico –, o desenvolvimento econômico seria primordial, com forte reflexo nas questões de segurança na região latino-americana. Daí o binômio: “Segurança e Desenvolvimento”.

Como aponta Couto e Silva:

Segurança e Bem-Estar e, em plano mais elevado, Segurança e Liberdade são dilemas decisivos com que sempre se viu defrontada a humanidade, nunca, porém, como hoje, em circunstâncias tão dramáticas e tão imperiosas assim. E, como dilemas da vida social, ambos, em ambos se manifesta uma bipolaridade não exclusiva, cada um dos termos opostos dependendo, em verdade, do outro pela função anteriormente descrita. (COUTO E SILVA, 1980, p. 14)

¹⁵ Em 1962, Fidel Castro autorizou a União Soviética a instalar mísseis e ogivas nucleares em solo cubano, com o intuito de bombardear os EUA.

¹⁶ Foi a tentativa por militares ligados à Aliança Nacional Libertadora, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro, de derrubar o governo de Getúlio Vargas.

¹⁷ Grifo do autor.

¹⁸ COUTO E SILVA (2003, p. 14-28).

¹⁹ “O que ocorreria, pouco tempo depois do artigo de Golbery, em Cuba.” (CARVALHO, 2009, p. 10)

Voltando ao âmbito da história política do País, no qual Couto e Silva atuou, com a grave crise que se abriu na política nacional, Couto e Silva, que atuava na direção do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) pede passagem para a reserva, nauseado com a posse mansa do vice-presidente João Goulart. Explicaria Couto e Silva:

Olhe, eu devo muito ao Exército, mas quando fui para a reserva, a pedido, em 1961, fiz isso por asco. Asco do medo, da pusilanimidade, que foram os fatores essenciais para permitir a posse do João Goulart na Presidência, depois da renúncia do Jânio. (GASPARI, 2004, p. 24)

Couto e Silva retomou atuação no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), instalado no 27º andar do Edifício Avenida Central no Centro do Rio de Janeiro. Podemos destacar que o Instituto funcionava como base do empresariado nacional aliado aos militares, que tinham uma enorme preocupação com os rumos do governo do presidente João Goulart, diante da grave conjuntura que se desenvolvia no plano internacional. Como exemplo da congregação de parte do chamado setor econômico do Poder Nacional, estavam em comunhão com os preceitos oriundos da manutenção da democracia e da contenção do socialismo na região sobrenomes como:

Guinle de Paula Machado, Jacobina Lacombe, Ermínio de Moraes, Toledo Piza, Quartim Barbosa, Dumont Vilares. Poucos negócios juntaram tantos logotipos: Esso, Mesbla, Rhodia, Arno, Sul América, Antactica Paulista. Poucos Ministérios reuniram tanto talento: Delfim Netto, Mario Henrique Simonsen, Augusto Frederico Schimit, Miguel Reale, José Rubem Fonseca. E ainda, o magnata do manganês, Israel Klabin, refinado diretor do império dos azulejos e do papel de imprensa. (GASPARI, 2004, p. 159)

O Instituto procurava disseminar o desenvolvimento cultural no País. Nomes como Raquel de Queiroz e Rubem Fonseca eram colaboradores do Ipes. Havia doações em espécie para “alfabetizar crianças e adultos pobres” (FIGUEIREDO, 2005 p. 107). Foi estimado que o caixa do Ipes girava em torno de “900 mil dólares mensais” (GASPARI, 2004, p. 157). Dessa forma:

Nas quatro salas de Golbery funcionava um serviço de informações. Nele produziam-se desde uma Amostra da infiltração Comunista no Brasil, listando nomes e cargos ocupados pelo PCB, até um Levantamento da infiltração Comunista na imprensa, de circulação reservada. (GASPARI, 2004, p. 161)

No 27º andar do edifício Avenida Central no Centro do Rio de Janeiro, Couto e Silva montou um serviço secreto paralelo, inclusive utilizando-se de estratégias militares. Ali funcionava o Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC). Esse Serviço

tinha como premissa básica o combate ao comunismo. A atividade de infiltração de agentes nas esferas públicas, em meios estudantis, na mídia, e em diversos setores importantes para a alimentação das informações necessárias ao objetivo do Instituto foram cirurgicamente executas.

A chamada Guerra psicológica foi também instrumento utilizado pelo serviço paralelo, para monitoração do espraiamento comunista no País. Nesse contexto, houve o acirramento dos discursos presidenciais de João Goulart, de cunho fortemente socialista, divulgando as chamadas “Reformas de Base”, pelas quais deveriam se consolidar mudanças radicais na Constituição, assim como uma radical reforma agrária e a estatização de refinarias de petróleo. Além disso, em 1962, o Planeta quase fora destruído, na chamada Crise dos Mísseis, instalando fortemente a crise no governo Goulart. O objetivo de Couto e Silva era o de que João Goulart terminasse seu mandato e novas eleições fossem procedidas. A esse respeito, fontes trouxeram à tona uma conversa de Golbery do Couto e Silva com o então secretário de Estado norte-americano do governo Nixon, Henry Kissinger.²⁰

Em contrapartida, o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola,²¹ que encarnava a liderança do nacionalismo radical, ameaçava fechar o Congresso. Já o presidente João Goulart, que tentara um golpe de Estado em outubro de 1963 por meio da decretação do Estado de sítio, quando percebeu que perdera a direção de sua administração, começou a inflar que a solução seriam as chamadas “Reformas de Base”, de viés radical. Frente a isso, parte da Nação se pronunciou como a chamada classe média, a Ordem dos Advogados do Brasil, assim como a classe artística, quase em sua totalidade, imploraram veementemente pela deposição do presidente da República, inclusive a mídia.

1.4 Serviço Nacional de Informações (SNI)

No dia 31 de março de 1964, os militares brasileiros se tornaram a parte administrativa do Poder Executivo do Brasil. Diante de uma aguda crise internacional, denominada Guerra Fria, o Brasil, tendo João Goulart como presidente do País, encontrava-se em uma prévia convulsão social, econômica e principalmente política.

²⁰ Artigo publicado no Jornal *Folha de São Paulo*.

²¹ Brizola era Governador do Rio Grande do Sul e cunhado do presidente João Goulart.

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros – o que, em parte, catapultou o Brasil para essa aguda crise –, Jango, como era carinhosamente chamado por seus admiradores, assumiu a presidência, sob circunstâncias peculiares. Como aponta Skidmore:

Goulart assumiu o governo com seus poderes reduzidos e encontrou credores do Brasil em estado de profundo ceticismo. As negociações tiveram que ser recomeçadas e os credores haviam tomado boa nota da desagradável luta política que precedera a posse do novo presidente. Não deixaram de notar também sua orientação esquerdista – um grave risco aos olhos dos banqueiros internacionais. (SKIDMORE, 1989, p. 36)

Nesse contexto, o presidente Goulart “passou a defender com crescente entusiasmo um conjunto de ‘reformas de base’ que incluíam reforma agrária, educação, impostos e habitação”. Então, a oposição mais conservadora, transfigurada pelo partido União Democrática Nacional (UDN), assim como o então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, proferiam ataques violentos ao presidente da República. Contudo, diante da pressão da maior parte da sociedade civil brasileira, assim como a mídia local,²² amparada pelas Forças Armadas, João Goulart articulou sua fuga, que culminou com a eleição do Marechal Humberto Castello Branco para a presidência, pelo Congresso Nacional. Como aponta Vianna Filho:

O próprio general Castello Branco, até então cingido a um estado de contenção, não só visando a preservar o Exército, mas também a conservar-se leal aos ideais democráticos da Constituição, reconheceu que a observância da legalidade conduzia ao comunismo. Realmente, um regime de tipo fidelista batia às portas do país. Posteriormente, falando a O Estado de S. Paulo, o embaixador Lincon Gordon incluiu a revolução de 64 entre os acontecimentos mais importantes para o Ocidente, lado a lado do Plano Marshall, o bloqueio de Berlim, e a derrotada dos comunistas na Coréia. (VIANNA FILHO, 1975, p. 19)

Em seus estudos na década de 1950, no livro *Planejamento Estratégico*, Golbery do Couto e Silva já destacava a importância de um serviço de inteligência, bem articulado e plenamente operante para a salutar instauração de substancial aparato de segurança para o Estado brasileiro. Afirmava o autor:

Na verdade, porém, dada a reconhecida importância de todos aqueles fatores na estratégia das Nações, medidas de segurança rigorosas são hoje tomadas por todos os países no sentido de evitar sua divulgação, pelo que – a não ser para levantamentos muito superficiais de áreas de reduzida importância – só um Serviço de informações, *centralizado*, bem dotado de meios e recursos, valendo-se de agentes e órgãos de busca de toda espécie, poderá coligir os

²² A Revolução de 1964 foi entusiasticamente festejada pela maior parte da mídia brasileira. Jornais importantes como *O Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* pugnavam abertamente pela deposição do governo Goulart. Não ficavam atrás na oposição a cadeia de revistas, jornais e estações de rádio e TV dos “Diários Associados”. O único jornal importante que combateu o golpe foi o *Última Hora*, cujo diretor e fundador, Samuel Wainer, teve que fugir (SKIDMORE, 1989, p. 63).

dados necessários à preparação de Levantamentos Estratégicos suficientemente completos e atualizados. A Informação Estratégica volta-se, assim, instrumento de capital importância na Estratégia Nacional, tanto na paz como na guerra. (COUTO E SILVA, 1981, p. 195)

Com a fuga de João Goulart para o Uruguai e a tomada da presidência da República pelos militares, Couto e Silva passou a criador e chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), no primeiro governo militar do presidente Humberto Castello Branco. A lei 4.341 criou, em 1964, o Serviço Nacional de Informações. Sendo referendada pelo Senado, Golbery do Couto e Silva foi nomeado para dirigi-lo.

O decreto que criou o Serviço definia o seguinte: 1. O SNI é um órgão da Presidência da República. 2. O objetivo do SNI é supervisionar e coordenar as atividades de informação e contrainformação, com destaque e atenção à questão da segurança nacional, em todo o território brasileiro. 3. O SNI deve informar o presidente sobre os assuntos que dizem respeito à segurança nacional, assim como sobre a atividade dos ministérios, das empresas estatais e das organizações paraestatais. 4. O SNI deve criar o Sistema Nacional de Informações e acertar as conexões necessárias com os governadores dos estados, com empresas privadas e com as administrações municipais. 5. O SNI deve recolher, avaliar e integrar a informação e, além disso, atuar como assessor do Conselho de Segurança Nacional e coordenar o planejamento das atividades da secretaria geral Conselho de segurança nacional (CSN). 6. O SNI deve promover a difusão da informação necessária aos ministérios.²³

Desta forma, o Serviço foi criado com autonomia mais ampla do que os principais Serviços de Inteligência da época. O SNI só prestava referências ao presidente da República. Todavia, Couto e Silva advertia para a linha que o Serviço deveria seguir:

O SNI é um órgão nitidamente introvertido, por definição sempre voltado para dentro, e ao qual não está afeta a qualquer atividade de divulgação pública, de propaganda ou contrapropaganda, limitando-se a promover a difusão de informações e, quando for o caso, avaliações e estimativas, apenas no âmbito governamental e com a adequada salvaguarda o sigilo. Com isso restringe-se o risco de que o Serviço, órgão sobretudo de auscultação, se deixe impressionar pelos ecos de suas próprias elaborações, acrescentando as dificuldades já de si tão grandes, de toda observação participante. Ou, o que é pior ainda, passe a enxergar apenas o que confirme ao ponto de vista externo ao grande público, num desejo, até mesmo inconsciente, de se não deixar mentir pelos fatos, salvando sempre a face. Daí porque um Serviço como esse nunca deve, por outro lado assumir responsabilidades operacionais, sob pena de tornar-se um observador diretamente 'engajado' no êxito da operação que tomou a si. Fora assim como manda a tradição e o bom senso, o Serviço norte-americano, a celebrada CIA, não teria arcado com o lamentável fracasso na *Baía de los Cochinos*. (GASPARI, p. 2004, 156)

²³ STEPAN (1986, p. 26-27).

Nascia então o “Ministério do Silêncio” (GASPARI, 2004, p. 156), órgão que tinha *status* de ministério, ligado diretamente à Presidência da República. Em fevereiro de 1965, o presidente Castelo Branco criou na Escola Superior de Guerra o curso de Informações. Houve contato do SNI com a CIA²⁴ ainda em 1964. Em 1966, ocorreu uma reunião de Couto e Silva com o expressivo subdiretor para Assuntos de Informações da CIA, Ray Claine.²⁵ Dessa maneira, o SNI expandiu seus contatos pelo mundo; antes mesmo de 1965, o SNI já articulava um intercâmbio entre a inteligência brasileira e o MI5²⁶ da Grã-Bretanha. Em Portugal também houve esse contato, com referência às ações anti-guerrilha.

Argentina, França e Itália também participaram dessa aproximação da Inteligência brasileira. O Mossad de Israel e a Inteligência alemã também foram objetivos do espraiamento do Serviço. A estimativa da expansão do setor de Inteligência era a de que, já em 1982, o Serviço contasse com mais de seis mil funcionários, “formando aquilo que se denominou de Comunidade de Informações”.²⁷

[...] nela se reuniram, além do SNI, os serviços secretos do Exército, Marinha e Aeronáutica, uma parte da Polícia Federal, as divisões de informações montadas em todos os ministérios, as delegacias estaduais de Ordem Política e Social e, finalmente, os serviços de informações das polícias militares. (GASPARI, 2002, p. 158)

Assim, Couto e Silva “concebeu um órgão de elite. De um elitismo parecido com o da CIA nos primeiros anos do pós-guerra” (GASPARI, 2004, p. 158). A criação da Escola Nacional de Informações (EsNI), uma década depois do nascimento do SNI, trouxe um aprimoramento de primeira linha para o Serviço, pois a EsNI foi uma das mais bem aparelhadas escolas de inteligência do mundo:

[...] equipada com um dos melhores laboratórios de línguas do Brasil, academia de tiro subterrâneo e uma completa emissora de televisão. Na Agencia Central do Serviço montou-se um avançado sistema de computadores em torno de um modelo IBM-360/115 trazido ao país ilegalmente. Nele guardaram-se as fichas Levantamento de Dados Biográficos, ou LDBS, na linguagem burocrática. Sob o guarda-chuva do Serviço funcionou também uma fábrica de componentes eletrônicos, a Prologo. Em 1981 ela contava com 350 funcionários. Destinava-se a produzir equipamentos de criptografia e a desenvolver aparelhos de escuta. As máquinas fabricadas pela Prologo poderiam permitir que uma parte dos

²⁴ Central Intelligence Agency.

²⁵ Em outubro de 1962 Claine fora o autor do memorando que assegurara ao presidente John Kennedy a existência, em Cuba, de pelo menos oito mísseis soviéticos de médio alcance capazes de atingir o território americano. (GASPARI, 2002, p. 166)

²⁶ Military Intelligence, section 5.

²⁷ A expressão “Comunidade de Informações” aparece pela primeira vez na linguagem política brasileira em 1967, no livro *A Produção de Informações Estratégicas*, do general americano Washington Platt. (GASPARI, 2002, p. 158)

arquivos do SNI fosse programada de forma a manter-se intacta, e indecifrável, mesmo que o governo mudasse de mãos. Pela estrutura logística, o SNI ficou entre os dez mais bem equipados serviços de informações do mundo. (GASPARI, 2002, p. 169)

Todavia, a partir de 1964, houve o recrudescimento da guerrilha urbana no País, com o Marechal Costa e Silva na presidência da República e o general Emílio Garrastazu Médici na chefia do SNI. Nesse momento, foi decretado no Brasil o chamado Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que centralizava de forma aguda o Estado nacional sob a administração daquele governo. Entre as diretrizes do AI-5, estavam em destaque: o fechamento do Congresso Nacional, assim como a censura à imprensa; a cassação de direitos políticos de cidadãos de destaque no cenário nacional; a suspensão do *habeas corpus* no País.

Voltando à gênese da criação do SNI, Couto e Silva pensava em criar um órgão que mesclasse civis e militares da reserva. Contudo, com a mudança de governo, o SNI se militarizou fortemente. A análise de Stepan pode ajudar a entender melhor a hipertrofia do órgão:

O SNI começou como um órgão que deveria recolher, coordenar e avaliar as informações, embora não contasse com uma grande equipe própria e independente de colaboradores. De 1968 em diante, cresceu ao ponto de se transformar na quarta força armada, embora não uniformizada. A diferença não é irrelevante, considerando-se o funcionamento de órgãos de inteligência. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Conselho de Segurança Nacional é o órgão de assessoria presidencial sobre assuntos de segurança, mas não controla um grande número de funcionários. (STEPAN, 1987, p. 28)

Na visão de Couto e Silva sobre o Regime Militar,²⁸ seria necessária a volta do Brasil aos preceitos democráticos assim que fosse possível. A chamada “Abertura Política”, que teve início a partir de 1974, no governo do quarto presidente militar, Ernesto Geisel, simboliza o momento em que o fenômeno da descentralização político-administrativa dominada pelo setor militar começou a ganhar real substância e se tornar concretamente uma política de governo. Citando Juan Linz, autor de *Authoritarian Brazil*, uma centralização demasiadamente dilatada fatalmente perderia legitimidade. O autor apontava ainda, alguns outros perigos que a centralização aguda, desde o governo Costa e Silva, poderia acarretar para o processo político e social do País.

Nesse sentido, Couto e Silva pensava que os radicais da chamada “linha-dura”²⁹ – maioria nos órgãos de inteligência –, legitimados pela ação contra a guerrilha

²⁸ O autor Alfred Stepan se refere em seu livro, *Os Militares: da Abertura à Nova República*, ao sistema político brasileiro daquela conjuntura como “regime militar” (STEPAN, 1986, p. 12).

²⁹ Denominação designada aos militares mais radicais, que estavam contra a reforma política da descentralização.

revolucionária que ocorria naquela conjuntura, ganhariam autonomia desproporcional a sua função original. Dessa forma, com o aniquilamento da guerrilha, cujos exemplos emblemáticos talvez sejam a guerrilha do Araguaia e a morte de Carlos Marighella, essa autonomia tornara-se claramente desnecessária.

Outro ponto relevante foi o perigo de uma ameaça dupla para os próprios militares: a fragmentação e as influências ideológicas nas correntes militares regionais. Outra questão a destacar é que essa autonomia dos órgãos de inteligência poderia criar um hiato entre os militares e a sociedade brasileira. Para Couto e Silva, “a comunidade de segurança prosperava numa atmosfera de trevas e mistério. Os abusos não eram documentados, os excessos não eram checados” (STEPAN, 1986, p. 48) *A Revista Veja* de outubro de 1981 dizia que, Couto e Silva:

[...] criticou duramente os órgãos de informação, se referiu claramente à questão do Rio Centro, mostrou a hipertrofia da comunidade de segurança e condenou a interferência desses serviços na administração e na atividade das pessoas. Finalmente advertiu que essa expansão levaria inevitavelmente a um controle maior do país pelos serviços de informações e resultaria num colapso desses mesmos serviços, repudiados nos seus exageros pelo próprio país. (FIGUEIREDO, 2005, p. 330)

1.5 Geisel, Golbery e a Descompressão

Com a ascensão do general Ernesto Geisel à presidência da República, em 1974, em substituição ao presidente general Emilio Garrastazu Médici, formou-se uma nova onda política no País, rumo à chamada Abertura Política. Surfando nessa onda, Couto e Silva volta ao centro do poder político no Brasil:

O homem que enfeixava o maior poder político do Ministério era o general Golbery do Couto e Silva, chefe do gabinete civil da presidência. Após deixar o Planalto em 1967, Golbery trabalhou para a Dow Chemical, primeiro como consultor e depois como seu presidente para o Brasil. (SKIDMORE, 1989, p. 319)

Segundo o jornalista Elio Gaspari, quando Couto e Silva foi substituído no Serviço Nacional de Informações pelo general Emilio Garrastazu Médici, seguiu por indicação do ex-presidente Castelo Branco para o Tribunal de Contas da União. Ele exerceu o Cargo de Ministro, até sua indicação por Roberto Campos para trabalhar na multinacional Norte-americana Dow Química, onde “inicialmente o general trabalhou como consultor. Depois, tornou-se presidente da companhia” (GASPARI, 2003, p. 111).

O governo do presidente Geisel vinha com ideia de “liberalização a partir de dentro”, ou seja, “Golbery e Geisel queriam liberalizar o regime autoritário que herdaram” (SKIDMORE, 1988, p. 322). Essa ideia se conectava com as ideias da chamada “Revolução de 1964” que, plasmada na figura do Marechal Castello Branco, “após um limitado período governamental de emergência, conduziria a um pronto retorno à democracia representativa”. Contudo, como aponta Skidmore,

Essas questões começaram a ser discutidas mesmo antes do fim do mandato de Médici. Leitão de Abreu, chefe do gabinete civil de Médici, em meados de 1972 tomou a iniciativa de discutir como a repressão podia ser desativada em favor de um sistema mais aberto. Dessas discussões também participou o professor Cândido Mendes de Almeida, influente líder católico e cientista político. Por iniciativa de Cândido Mendes, o professor Samuel Huntington, cientista político de Harvard especializado nas políticas dos países em desenvolvimento e dos militares, visitou o Brasil em outubro de 1972 para demorados contatos com Leitão de Abreu e Delfim Neto. (SKIDMORE, 1989, p. 323)

O tema da chamada descompressão também foi abordado pelo setor acadêmico do País, ainda segundo Skidmore:

O trabalho de Huntington estimulou o debate imediato entre intelectuais e estudiosos. Wanderley Guilherme dos Santos, cientista político com estágios na Universidade Stanford, deu a mais completa resposta em *Estratégias de Descompressão Política*, documento apresentado em um seminário realizado em setembro de 1973 e patrocinado por um instituto parlamentar não partidário de pesquisa de Brasília. (SKIDMORE, 1989, p. 324)

Destacando uma entrevista que teve com o general Ernesto Geisel no Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1985,³⁰ o brasilianista e cientista político Alfred Stepan, com relação à chamada “distensão”, apontava de forma explícita o que poderia ser o ponto nevrálgico, em termos políticos, da maior dificuldade nesse processo:

A entrevista confirma minha impressão prévia de que Geisel e Golbery foram ambos cruciais para a distensão, mas que dado o equilíbrio de forças intramilitares que eles enfrentavam, e a antiga falta de confiança que Golbery tinha junto aos círculos militares, Golbery (que em nenhuma entrevista se referia a ele próprio como chefe) precisava de Geisel como uma pré-condição para Golbery se tornar “Golbery, o mágico da abertura”. (STEPAN, 1986, p. 47)

Ao que parece, Golbery do Couto e Silva, no começo de sua carreira, tendia a ter interesse pela ideologia socialista. Gaspari destaca que Couto e Silva já havia lido “alguns trabalhos sobre Lenin e via na revolução bolchevique ‘uma nova aurora, um estágio superior da revolução Francesa’”. Ele se autodenominava “criptocomunista

³⁰ STEPAN (1986).

literário” e gostava de seguir a ideia da frase de Mussolini: “é preciso viver perigosamente” (GASPARI, 2003, p. 115).

E perigosamente viveu, principalmente na segunda fase de sua atuação política no País, a partir do governo do presidente Ernesto Geisel em 1974, quando, atuando no processo de abertura política que desamarraria o País e traria o Brasil de volta às normalidades democráticas, sofreu diversos ataques e, com alguma frequência, ameaças de morte³¹ e também ameaças de atentados a sua família.³²

Foi também nessa fase de sua atuação política, como Ministro-chefe da Casa Civil do governo Geisel, que Golbery do Couto e Silva começou a sofrer ataques dos militares mais voltados para a chamada linha-dura, por meio de panfletos contra ele. Gaspari destaca que:

Os primeiros manifestos surgiram durante o período em que Golbery disputou (e perdeu) a questão dos desaparecidos. Eram a parte estridente de um ressentimento militar contra o general. Ampliara-se de tal forma que o encarregado da seção política do consulado americano em São Paulo dissera a um oficial que a desavença unira os quatro comandantes de exército contra o chefe do Gabinete Civil. Golbery recebeu um papel que atribuía ao chefe do CIE, general Confúcio Dantas de Paula Avelino, o comando de uma campanha para destruí-lo. (GASPARI, 2014, p. 69)

Todavia, destaca Gaspari, na fase inicial de sua carreira, “havia um namoro entre Golbery e o PC”. Contudo, não há fontes consistentes sobre essa aproximação. Porém, Gaspari destaca que, “Entre 1933 e 1934, Golbery encontrou-se com um oficial que servia no Paraná”. “Miranda era o ex-sargento Antonio Maciel Bonfim, secretário geral do PCB”. Contudo, ao que consta, Couto e Silva decidiu não enveredar pelo caminho da esquerda; no seu entender não havia substância contundente para atuar sob a égide de tal ideologia.

Todavia, “seu nome foi achado no caderno de endereços de um major” ligado à esquerda brasileira. Houve denúncia do que Gaspari chamou de “burocracia da repressão” contra Golbery do Couto e Silva, contudo, “salvou-o o coronel gaúcho (de Bagé) Salvador César Obino, que lera um artigo do tenente Golbery defendendo o

³¹ No DOI de São Paulo os presos ouviam o seguinte: “Você sabe onde está? Aqui é o porão do regime! Agora, seu filho-da-puta, sai daqui e vai falar lá com aquele comunista de Brasília, aquele puto do Golbery! Vai se queixar lá com aquele comunista, porque a gente não vê a hora de pendurar ele aqui também!” (GASPARI, 2004, p. 171)

³² Em julho de 1975, enquanto Couto e Silva se recuperava de um deslocamento de retina que o deixou entre a vida e a morte em um hospital na Espanha, seu médico o Dr. Américo Mourão “contou: ‘Dois sujeitos me disseram, mais ou menos com as mesmas palavras: ‘Deixa ele morrer’. Era gente da linha dura. Não digo os nomes’”. (GASPARI, 2014) Documento que comprova as ameaças a sua mulher Esmeralda do Couto e Silva disponível em: <<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/ameacas-familia-golbery>>.

anarquista Bakunin”. Relembra Couto e Silva: “ele achou que se eu escrevia aquilo claramente, não devia estar metido em levantes”.

Curiosamente, em consonância com a volta de Couto e Silva ao cenário político brasileiro³³ – já com a ideia da descompressão política³⁴ –, o autor apontava o governo militar do general Ernesto Geisel como vigoroso em seu discurso compromissado com a diástole, embebida, todavia, já nos estudos de Oliveira Vianna.

Trabalhando no sentido da descentralização político-administrativa, Couto e Silva, em fevereiro de 1974, “convidou Samuel Hantington a vir novamente ao Brasil para discussões adicionais ao seu documento de 1973” (SKIDMORE, 1981, p. 326). Golbery do Couto e Silva procurava normalizar o País com a tática de aumentar gradualmente a participação de determinados órgãos da sociedade brasileira no sistema político do País:

Referia-se ao que chamava de “órgãos intermediários”, como a Igreja, a imprensa, as universidades e a classe trabalhadora. Achava ele que o governo tinha que estabelecer canais de consulta com esses grupos incorporando-os ao sistema político um de cada vez. Golbery tinha também uma lista de questões mais específicas, como, por exemplo, a maneira de fortalecer o Congresso e os partidos políticos, como limitar a influência do dinheiro nas eleições e como expandir o eleitorado. (SKIDMORE, 1989, p. 324)

Contudo, os movimentos de refutação ao processo que começara a se desenhar na direção do desmonte do Regime Militar eram veementes pela chamada linha-dura: militares que eram radicalmente contra o fim daquele sistema de governo centralizado que vigorava desde 1964, principalmente os ligados ao SNI. Skimore (1989, p. 324) destaca que:

Numa entrevista de julho de 1985 com Alfred Stepan, Geisel explicou que em 1974 sua tarefa se complicou pelo fato de que os militares ligados aos órgãos de segurança eram veementemente contrários à liberalização. Geisel estava determinado a não perder o controle do governo (como ele achava que acontecera tanto com Castelo Branco como a Costa e Silva) e estava convencido de que o essencial era impor forte liderança sobre as forças armadas. Não estabeleceu um cronograma para a liberalização, embora pretendesse abolir o AI-5 antes do fim do seu mandato. Em outras entrevistas com Stepan, o general Golbery deu detalhes de como o governo tentava proceder, especialmente em relação à Igreja.

No que tange à ala esquerdista da Igreja, Couto e Silva apontava para o relacionamento do governo de Geisel com a Igreja. Mas, sendo otimista, Couto e Silva via nessa relação maior facilidade de comunicação porque, na Igreja, havia “lideranças

³³ O general Golbery assumiu o Ministério da Casa Civil.

³⁴ É usual nos tratados teóricos de ciências sociais e na própria História atribuir ao General Golbery do Couto e Silva o processo de abertura política no País, a partir do governo Geisel, em 1974.

visíveis, hierarquizadas – e até lideranças em oposição umas a outras” (COUTO E SILVA, 1981, p. 521).

A maior oposição ao processo de liberalização do Regime e ao próprio presidente Geisel parecia ser oriunda do Ministro do Exército general Sylvio Frota.³⁵ O fato é que, “nos primeiros meses de governo Geisel os linha-dura deram mostras de que ainda controlavam o aparato de repressão e o estavam usando para enfraquecer os esforços visando à liberalização” (SKIDMORE, 1989, p. 329). Como destaca Skidmore:

O Cardeal Arns chefiou uma delegação que apresentou ao general Golbery uma lista de 22 “pessoas desaparecidas”, com farta documentação fornecida por aqueles que as tinham visto pela última vez, muitas na prisão. Das 22 da lista, 21 tinham desaparecido a partir da posse de Geisel. A pergunta subentendida era óbvia: não estava o governo controlando o aparato de segurança? Golbery prometeu investigar todos os casos e responder prontamente. (SKIDMORE, 1989, p. 331)

Ao que parece, o momento crucial no âmbito político do Regime Militar que teve reflexo direto no processo de descentralização, foi a demissão do Ministro do Exército general Sylvio Frota. Para Skidmore, “o ministro do Exército, general Sylvio Frota, era agora o líder da linha dura, e para isso tinha certamente credenciais”³⁶ (SKIDMORE, 1989, p. 385). O general “Frota acreditava que o Brasil corria perigo iminente de subversão comunista” (SKIDMORE, 1989, p. 385).

No dia 12 de outubro de 1977, um feriado em louvor a Nossa Senhora Aparecida, o presidente Ernesto Geisel exonerou o seu Ministro de Exército general Sylvio Frota, restabelecendo sua posição de chefe do Poder Executivo e colocando fim ao processo de anarquia que começava a ganhar vulto, no seio da chamada linha-dura, liderados pelo Ministro do Exército. Assim, no aspecto político, esse fato mostra a importância para a condução até o fim do processo de abertura política do País. Segundo Gaspari, logo após a exoneração, o presidente Geisel pediu para chamar seu ministro-chefe da Casa Civil Golbery do Couto e Silva:

E veio o *Bruxo, Satã, Satânico Dr. Go, Corcunda, Dr. Gol, Corga, Genedow* – Golbery, aos 66 anos, era a eminência parda do governo. Não falava em público, não dava entrevistas, deixava correr a lenda segundo a qual não conversava com jornalistas. Estava por trás de tudo, inclusive das coisas com as quais nada tinha a ver. Por trás da queda de Frota, estava. (GASPARI, 2004, p. 23)

³⁵ Era claro desde o início que a meta de liberalização de Geisel-Golbery os levaria a um confronto com os torturadores e o SNI. (SKIDMORE, 1989, p. 328)

³⁶ Em 1955, ainda oficial inferior, juntou-se aos seus colegas mais graduados em oposição ao “golpe preventivo” do ministro da Guerra Henrique Lott, garantindo a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. (SKIDMORE, 1989, p. 385)

No governo Geisel, Couto e Silva propôs e concluiu o fim do bipartidarismo e a volta ao pluripartidarismo, com o intuito de fazer uma grande reforma política no País. Ele também apontava para o desmonte do Ato Institucional número cinco (AI-5),³⁷ como instrumento de descentralização política e jurídica do Poder Executivo. Em 1979, por influência de Couto e Silva, o governo do presidente João Batista Figueiredo decretou a anistia política no Brasil. Em entrevista ao brasileiro Alfred Stepan, na década de 1970, Golbery dissera que: “para desmilitarizar-se o Brasil precisaria ter uma oposição viável e partidos políticos fortes. Divertido, ele afirmou em seguida: ‘A primeira coisa eu consegui. A segunda está difícil’”.

Em 1974, o governo Geisel permitiu que houvesse eleições diretas para o Senado Federal, assim como para deputados e prefeitos. O partido de oposição ao governo, MDB obteve vitória na maioria dos cargos que disputou. Desta forma, a diretriz política adotada pelo governo, certamente com o intuito de fortalecer o processo de descentralização político-administrativa iniciado no começo do governo Geisel, não agradou mais uma vez a ala mais radical dos militares daquele contexto (a chamada linha-dura). No entanto o presidente Geisel manteve sua conduta frente a tais diretrizes e a legitimidade do processo consumado. Diria ele: “Nós não fizemos uma eleição? É isso e pronto!”.

1.6 Figueiredo no Rio Centro e o fim

João Baptista de Oliveira Figueiredo foi o quinto general a assumir a presidência do Brasil, desde 1964.³⁸ “O quinto general-presidente seria eleito em outubro de 1978 por 581 parlamentares e delegados das assembleias legislativas, um Colégio Eleitoral em que o governo tinha maioria assegurada” (GASPARI, 2016, p. 25).

Quando estava para ocorrer a sucessão presidencial, na qual o general Geisel substituiria o presidente Médici, em 1974, o presidente Médici procurou o general Figueiredo para se informar sobre as relações pessoais entre o general Ernesto Geisel e

³⁷ “REGIME DO AI-5 ACABA À MEIA-NOITE DE HOJE.” (O GLOBO, 1978, Capa)

³⁸ Durante os sete meses da presidência de Jânio Quadros, em 1961, Figueiredo trabalhou sob as ordens do general Golbery no Conselho de segurança Nacional. Foi um dos conspiradores da primeira hora contra João Goulart, e depois do golpe de 1964 voltou a trabalhar com Golbery no Serviço Nacional de Informações (SNI), o recém-criado e poderoso órgão de inteligência com jurisdição em todo o país. Golbery, seu criador e primeiro titular, colocou Figueiredo na direção do escritório do Rio de Janeiro. (SKIDMORE, 1989, p. 409)

o general Golbery do Couto e Silva. ³⁹Prontamente, o general Figueiredo garantiu ao presidente que não havia mais ligações de amizade entre o general Ernesto Geisel e o general Golbery do Couto e Silva. Geisel ascendeu ao posto de presidente da República, e uma de suas primeiras providências no cargo foi chamar o general Golbery do Couto e Silva para ser seu Ministro-chefe da Casa Civil.

Com o presidente João Batista Figueiredo (1979), então, Couto e Silva continuou atuando como chefe do Gabinete Civil da presidência da República, e dando continuidade ao processo de abertura política no País. Representantes da chamada “linha dura”, queixavam-se “a Figueiredo: ‘O Sr., melhor do que eu, sabe que a aproximação do Ministro Golbery com os setores da Igreja, com o prof. Candido Mendes são objeto de violentas críticas [...]’” (GASPARI, 2004, 109).

Muito se falou do poder que Golbery do Couto e Silva teve nos governos militares e no próprio País. Todavia pouco se publicou sobre a estrutura que operava como ministro-chefe da Casa Civil. Golbery do Couto e Silva ocupava um discreto gabinete no 4º andar do Palácio do Planalto. Como destaca o jornal *O Globo* de 09/08/1981:

As dimensões do acanhado gabinete do 4º andar do Palácio do Planalto, que o Ministro Golbery utilizou por mais de sete anos, são inversamente proporcionais aos poderes que absorveu nesse período em grande parte em função da figura de Golbery, que deu ao Gabinete Civil um toque pessoal, convertendo-o em extensão de sua própria imagem e temperamento. (O GLOBO, 1981, p. 5)

No gabinete trabalhavam dezesseis auxiliares. Couto e Silva “se apoiava, na verdade, num corpo funcional discreto e ágil, que cumpria tarefas e missões sem fazer alarde”:

Essa equipe do Gabinete Civil, da qual cada integrante foi escolhido pessoalmente pelo Ministro-Chefe, para compor um esquema de acompanhamento e decisão que, em sete anos, se transformou em terminal obrigatório para todas as questões mais importantes do Governo. (O GLOBO, 1981, p. 5)

Dessa forma:

Todos os atos e decretos governamentais passavam obrigatoriamente pela mão de alguns dos auxiliares do ministro Golbery, para que o titular da pasta recebesse afinal o sinal de que a Presidência da República havia aprovado ou não suas exposições de motivos ou minutas de decretos. Golbery coordenava também o tráfego dos avisos ministeriais – correspondências oficiais entre os

³⁹ Existiu uma falta de afinidade mútua entre o general Médici e o general Golbery do Couto e Silva. Quando o segundo presidente do Regime Militar, Marechal Artur da Costa e Silva, encaminhou o general Médici para dirigir o SNI, Couto e Silva, criador e chefe do Serviço, foi recepcionar o novo diretor. Espantou-se com a postura altiva e inadequada de seu sucessor. Golbery do Couto e Silva, como forma de retaliação, no momento da passagem oficial do cargo, não apareceu e, dessa forma, criou-se esse antagonismo até o fim de suas vidas.

ministros, geralmente para solicitação de liberação de verbas – e supervisionava a pauta dos conselhos interministeriais, principalmente o CDE, O CDS e o Conselho Político, já que todos estão sob a presidência do Chefe do Governo. (O GLOBO, 1981, p. 5)

Couto e Silva, diante de uma forte demanda de trabalho e fluxo de questões a serem resolvidas, seguia para exercer o poder a seguinte retórica: “a arte de selecionar prioridades e coordenar esforços governamentais para cumpri-las” (O GLOBO, 1981, p. 5). O fato é que Couto e Silva havia começado a ser perseguido pela linha-dura ainda no Governo do presidente Geisel. E a perseguição passou a exercer maior pressão a partir do governo do presidente Figueiredo. Nesse novo governo, um novo polo de oposição a Couto e Silva surgira na figura do general Octavio Medeiros, chefe do SNI de Figueiredo; o general Medeiros, assim “como Figueiredo, era de outra geração e, como ele, começara a servir ao regime no Serviço que Golbery fundara em 1964”. Com o avanço do fim do governo de Figueiredo, e a descentralização político-administrativa conduzida por Couto e Silva já em fase avançada, aumentou a resistência dos miliares contrários à liberalização do Regime:

O CIE foi o cérebro e a mola da repressão da ditadura, respondendo diretamente ao ministro do Exército. O presidente Castello Branco opusera-se às primeiras propostas para sua criação. Entendia que a coleta de informações deveria continuar no Estado-Maior do Exército, a instituição militar tradicionalmente encarregada desse serviço e do planejamento de operações. (GASPARI, 2016, p. 184)

No começo do governo do presidente Figueiredo, o terrorismo associado à direita brasileira teve um substancial aumento. Nesse contexto, “no Rio de Janeiro, colocaram uma bomba no carro do jornalista Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa*, o último diário a ter sua censura prévia suspensa” (GASPARI, 2016, p. 1986). Como destaca Gaspari, “pode-se estimar que foram explodidas mais de cem bancas de jornal em uma dezena de cidades. As distribuições e os jornaleiros recebiam listas com os nomes das publicações que não deveriam vender” (GASPARI, 2016, p. 187). Essas medidas visavam ao combate do perigo “comunista” no Brasil da década de 1980. Nessa ocasião:

Luiz Carlos Prestes continuava na secretaria-geral por astúcia cerimonial. Havia sido derrotado por uma maioria moderada do comitê central e seu herdeiro presuntivo, José Salles, fora afastado da direção, acusado de envolvimento num rocambolesco episódio de tráfico de drogas. Segundo Anita Leocácio, filha de Prestes, a operação destinava-se a “angariar recursos financeiros para o trabalho de reorganização do partido no Brasil e, certamente, para fortalecer sua posição dentro do comitê central. (GASPARI, 2016, p. 188-189)

Com relação ao surto de explosões de bombas no País, Couto e Silva, “numa de suas raras aparições públicas, alertou para o risco de atentados mais graves, ‘se, por acaso, não se conseguir descobrir os autores em prazo curto’” (GASPARI, 2016, p. 2016). Coincidência ou não, o fato é que, “às 21h15 de 30 de abril de 1981, uma bomba explodiu dentro de um Puma no estacionamento do Riocentro, onde o Cebrade realizava mais um show comemorativo do 1º de maio” (GASPARI, 2016, p. 195). O resultado foi que, no Puma onde a bomba foi detonada:

estavam o capitão Wilson Machado, Doutor Marcos, chefe da seção de operações do DOI do I Exército, e o sargento Guilherme Pereira do Rosário, o Wagner, que carregava o explosivo. O sargento morreu na hora, com a bomba no colo. O capitão, estripado, sobreviveu. (GASPARI, 2016, p. 195)

O general Medeiros, que ganhara expressão no governo Figueiredo, em março de 1981, avisaria ao presidente que “se planejara um atentado contra o novo show do Cebrade no Riocentro” (GASPARI, 2016, p. 198). Para Gaspari, “O atentado do Riocentro entrou para a história com uma capa de mistério e suspeitas alimentadas pela versão absurda que os comandantes militares impuseram ao país” (GASPARI, 2016, p. 203). Certamente, Couto e Silva acreditou com veemência na participação de militares no episódio da bomba do Rio Centro. Em carta enviada ao presidente Figueiredo, Golbery do Couto e Silva denunciava:

Exagero, o seu tanto ridículo, foi a tentativa de apresentar os dois participantes como vítimas de criminosos desconhecidos e embaçados... a convicção generalizada do envolvimento certo dos dois militares na prática de ação terrorista frustrada, mas altamente temerário... quem sabe, como nós, com base em informações de fonte altamente fidedigna (...), que tal convicção tem fundamento real mesmo – problema muito mais grave e que não é apenas um problema de consciência, exige decisão lastreada no conhecimento da verdade dos fatos. (GASPARI, 2016, p. 208)

Golbery do Couto e Silva pediu exoneração do cargo de Ministro-chefe da Casa Civil “no dia 5 de agosto, um mês depois da chegada de sua carta a Figueiredo”. Após o rompimento com o governo e com o presidente, Couto e Silva “recolheu-se ao sítio que comprara em Luziânia, a cinquenta quilômetros de Brasília. Lá, pela primeira vez na vida, conseguiu arrumar direito sua biblioteca” (GASPARI, 2016, p. 210).

Couto e Silva foi embora, mas sem antes jogar sua última maldição:

Em uma discussão com Medeiros, Golbery explodiria: “Vocês pensam que vão controlar o país cometendo crimes e encobrindo seus autores, mas estão muito enganados. Vão ser postos daqui para fora com um pé na bunda”. (GASPARI, 2016, p. 1985)

Pouco depois de sua exoneração, Couto e Silva se tornou diretor do Banco Cidade, de propriedade de seu amigo Edmundo Safdiê até 1987, ano em que faleceu em São Paulo, por consequências de um câncer de pulmão.

2. PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: Simbioses e Antagonismos entre os Pensamentos de Oliveira Vianna e Golbery do Couto e Silva

Neste capítulo, a pesquisa focará em alinhar o pensamento de alguns autores considerados como representantes do Pensamento Político Brasileiro (PPB). Estão em pauta o pensamento de Visconde do Uruguai, Alberto Torres, Oliveira Vianna e o do próprio Golbery do Couto e Silva.

Paulino José Soares de Souza, ou Visconde do Uruguai, nasceu em 1807 e morreu em 1866. No final da “década de quarenta do século XIX”, esteve trabalhando no então Ministério dos Negócios Estrangeiros. Naquela conjuntura, após duas décadas de conturbada e belicosa convivência, segundo Octávio Tarquínio de Souza, “o certo é que o país, pela classe que ascendera à direção política, se apoderou de um cansaço de lutas tão ásperas, um grande desejo de ordem e estabilidade” (TORRES, 2011, p. 13).

O Visconde do Uruguai entendia, então, que, para ter-se uma transição de uma monarquia absolutista para um governo orientado por uma Constituição, ou seja, um governo representativo, seria preciso “copiar as instituições de um país e aplicá-las a outro, no todo ou em parte [...] conhecer o seu todo e o seu jogo perfeito e completamente”. E concluía que, para um pragmático sucesso nesse objetivo, os governantes deveriam “não copiar servilmente como o temos copiado, muitas vezes mal, mas sim acomodá-lo com critério, como convém ao país” (URUGUAI *apud* TORRES, 2011, p. 14).

Seu livro de maior destaque talvez tenha sido o *Ensaio Sobre o Governo Representativo* (1862), no qual versa sobre a:

Caracterização das instituições do governo representativo, no arranjo especial que a experiência permitir-lhes. Esse arranjo, ainda que extremamente complexo, não só mostrou ser de todo perfectível, como facultaria ao país meio século de estabilidade política – bem maior da convivência social – feito que não mais se repetiu em nossa história. (TORRES, 2011, p. 14)

Alberto Torres também foi um autor que respirou a atmosfera da transição, e foi definido por Monzani como um pensador ou ideólogo “autoritário-conservador” (MOZANI, *apud* SOUZA, 2005, p. 302-323). Já Saldanha entedia que Torres figurou como ponto basilar para o fim “do ciclo do liberalismo oitocentista brasileiro”,

imprimindo na ótica intelectual nacional uma concepção de caráter mais conservador (SALDANHA *apud* SOUZA, 2005, p. 302-323).

Monzani afirma que:

Para esse pensamento não se tratará, é claro, de propugnar a volta pura e simples do regime monárquico, mas sim de pensar a República forte, que escapasse exatamente destas tão flagrantes deficiências da República Liberal. (MAZONI *apud* SOUZA, 2005, p. 302-323)

Já Alberto Torres pode ser visto como:

Um autor que assinala a transição do predomínio de ideias liberais para a articulação de um ideário republicano que nascia em contraste com a ideologia liberal ainda vigente durante a República Velha, consolidando-se como pensamento dominante apenas a partir dos anos 30. (TORRES, 2005, p. 302-323)

Alberto Torres exerceu, entre outras funções, a de “ministro do Interior e, entre 1896 e 1900, presidente do Rio de Janeiro”. Contudo, participando da vida política do País diretamente, Torres concebeu de vez seu antiliberalismo e assumiu em tintas fortes seu pensamento conservador até mesmo no sentido do autoritarismo institucional, como ele mesmo destaca por intermédio da pesquisa de Costa:

A solução é, pois, eminentemente política, e a sua forma é necessariamente institucional: o Estado autoritário é o único meio de substituir o “círculo vicioso” da representação dos interesses oligárquicos pelo “círculo virtuoso” da representação dos interesses nacionais. (COSTA, 1992, p. 221 *apud* SOUZA, 2005, p. 302-323)

Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em Saquarema, no estado do Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1883, e morreu em Niterói, também no estado do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 1951. Segundo Fontana,

Oliveira Vianna foi um importante representante da *intelligentsia* brasileira no período em que viveu e construiu o seu legado intelectual; além das atribuições supracitadas, ele também integrou o corpo efetivo de membros e pesquisadores de distintas instituições e organizações, são elas: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seus congêneres do Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará; a Academia Fluminense de Letras; a Société des Américanistes, Paris; o Instituto Internacional de Antropologia; a Academia de História de Portugal; a Academia Dominicana de História; e por fim, a Sociedade de Antropologia e Etnologia do Porto. (FONTANA, 2014, p. 116)

Entre suas principais publicações, podemos destacar:

Populações Meridionais do Brasil (1920), *Pequenos Estudos de Psicologia Social* (1921), *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República* (1922), *Evolução do Povo Brasileiro* (1923), *O Ocaso do Império* (1925), *O Idealismo da Constituição* (1927), *Problemas de Política Objetiva* (1930), *Raça e Assimilação* (1932), *Problemas do Direito Corporativo* (1938) e *Instituições Políticas Brasileiras* (1949). (FONTANA, 2014, p. 116)

Vianna foi contemporâneo e observador do período da Primeira República de 1889 a 1930 e ainda perpassou pelo “Primeiro Governo de Vargas (A Revolução de 1930 e o Governo Provisório, O Período Constitucional e O Estado Novo) – 1930-1945; e o início da república Nova [...]” (FONTANA, 2014, p. 117). Segundo Fontana, Vianna:

Considerava o estado Novo como um momento de fundamental importância para desenvolver e modernizar o país, ou seja, um momento propício para romper com as amarras coloniais que impediam nossa modernização através de uma ação interventora guiada por um Estado Forte e Centralizado (uma ação efetiva do Estado capaz de romper com as oligarquias locais e regionais existentes no Brasil que, por sua vez, foram extremamente atuantes e imponderadas durante a Primeira República Brasileira – 1889-1930). (FONTANA, 2014, p. 118)

Para Oliveira Vianna, de acordo com a genuína formação social, política e econômica do Brasil, relativos à chamada herança rural, ao espírito de clã e mesmo ao patriarcalismo, seria de notória necessidade um Estado Centralizado, pois a Nação possuía “uma extrema dificuldade de respeitar leis abstratas e atuar de modo impessoal em meio aos espaços públicos e à vida pública”. Partindo dessa premissa é que, como aponta Fontana, Vianna apostava na “necessidade de edificar de maneira artificial em nosso País um Estado forte, Centralizado, Interventor e de predisposições Corporativas que fosse regido por uma elite técnica”, que se configurasse como “altamente especializada e burocratizada” (FONTANA, 2014, p. 123).

Por fim, destacaremos o pensamento de Golbery do Couto e Silva. Ele foi um militar e considerado um dos geopolíticos mais influentes da América Latina. Participou dos Governos do Regime Militar a partir de 1964, com o Presidente Castelo Branco, e posteriormente, a partir de 1974, nos Governos dos presidentes Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo.

Para Birker, a influência do chamado “determinismo da filosofia” teve relevante impacto no pensamento de Golbery do Couto e Silva. Foi lendo autores como Arnold Toynbee, Oswald Spengler, Karl Popper e Oliveira Vianna que o autor “justificou teoricamente as suas proposições intervencionistas no processo democrático brasileiro [...]” (BIRKER, 2002, p. 15).

Birker afirma que:

No percurso de seus dois livros, o general Golbery sustenta a tese que vincula um projeto global de desenvolvimento a um planejamento de segurança nacional. Tal estratégia dá à obra o caráter de um planejamento capaz de elevar o Brasil à condição de país desenvolvido, objetivo de época equissonante à sua inserção no chamado “Primeiro Mundo”. A viabilidade desse projeto dependeria da capacidade político-administrativa do Estado em

organizar uma elite tecnocrata civil militar para orientar este desenvolvimento com o auxílio da iniciativa privada e o apoio financeiro internacional. O guia do projeto seria fornecido por uma doutrina de segurança nacional que preconizasse o apoio do Brasil à liderança dos Estados Unidos na defesa dos valores e interesses ocidentais, contra as pretensões universalistas do expansionismo soviético. (BIRKER, 2002, p. 21)

Todavia, Couto e Silva, diante de uma aguda crise internacional, a Guerra Fria, que refletia na composição político-social e econômica dos Estados que habitavam o Planeta, apontava para uma terceira via em termos de planejamento, com ênfase no setor econômico. Como que em raciocínio dialético entre a tese do liberalismo e a antítese do Estado totalitário é que Couto e Silva apostava todas as suas fichas no Planejamento de Segurança Nacional. É nesse sentido que “Karl Mannheim, cuja obra *Liberdade, Poder e Planificação Democrática* mereceu apreciável atenção de Golbery” (BIRKER, 2002, p. 96).

O planejamento do governo pensado por Golbery está distante dos ditames convencionais da estatização. É explícito a sua preocupação em apontar uma alternativa de governo que congregue as forças ativas do país para uma saída não unilateral via Estado [...]. Esta é a tônica da discussão sobre as inadequações de um Estado Liberal e do intervencionismo estatal. Entre as brumas do Laissez faire e do Estado totalitário Golbery vislumbra a saída no Planejamento de Segurança Nacional. (BIRKER, 2002, p. 99)

Foi com sua atuação como ator político no governo do presidente Geisel, a partir de 1974, que Golbery do Couto e Silva colocou em prática a Teoria da Abertura Política e destacou com discrição a dinâmica que habitaria a oscilação em períodos de abertura e fechamento ou centralização e descentralização político-administrativa desde de 1500 no Brasil, já estudada por Oliveira Vianna. A saber, o movimento ondulatório das quatro expressões do Poder Nacional (naquela conjuntura). Dessa forma, colocaremos em pauta o trabalho do autor ou, como destaca Birker, “o mais intelectual dos militares no poder”, e sua trajetória na condução do Estado brasileiro ao ponto de redemocratização, em 1986.

2.1 O pensamento político brasileiro

Segundo Ferreira, “os anos 20 e 30 deste século XX abriram uma fase fecunda no pensamento social brasileiro, marcada pela produção de interpretações globais do Brasil

nas quais predominaria, com linhas e estilos variados”, segundo a autora, “a questão da formação nacional, aliada à da modernização” (FERREIRA, 1996).

Nesse sentido, podemos destacar o trabalho de Gildo Marçal Brandão sobre a Linhagem do Pensamento Político Brasileiro, estudo que busca resgatar os chamados ensaístas das décadas de 1920 e 1930, apontados como pensadores periféricos. Para o pesquisador,

Como se trata de uma área de fronteira, acolhendo orientações intelectuais provindas das diversas ciências humanas, o estudo do ‘pensamento político-social’ estabeleceu-se aqui, como em todo o mundo, no cruzamento de disciplinas tão variadas como a antropologia política e a sociologia da arte; a história da literatura e a história da ciência; a história das mentalidades e a sociologia dos intelectuais; a filosofia e a teoria política e social; e a história das ideias e visões de mundo. Essa superposição – por vezes conflituosa na medida mesma da indiferenciação – talvez fosse inevitável no caso de país de capitalismo retardatário como o nosso, uma vez que o tratamento da literatura, da arte, da cultura e das ciências aqui praticadas acaba tendo uma importante dimensão política por força da relação urgente que se estabelece entre formação da cultura e formação da nação. (BRANDÃO, 2005, p. 232)

Na sequência do trabalho, Brandão destaca três correntes de pensamento político brasileiro a partir da década de 1920. O idealismo orgânico, tendo como fluxo de emanção o chamado pensamento conservador, o idealismo constitucional, que se vê representado pela corrente liberal, e o materialismo histórico, representado pelos socialistas.

Então Brandão entende que:

É bem verdade que se poderia apontar aqui similaridade também com as teses de Os Donos do Poder, cuja primeira edição passou quase despercebida. De fato, do ponto de vista analítico, o idealismo orgânico de Oliveira Vianna e o idealismo constitucional de Raymundo Faoro coincidem na afirmação da centralidade do papel do Estado na formação histórica da sociedade brasileira. Com a importante diferença, entretanto, que um explica o Estado a partir da sociedade e o outro explica a sociedade a partir do Estado; e disso derivam estratégias políticas distintas. (BRANDÃO, 2005, p. 257)

O conceito de pensamento conservador, oriundo de Vianna, é ressaltado por Brandão, quando ele entende que

a imagem que emerge do pensamento conservador é a de que esse é um país fragmentado, atomizado, amorfo, e inorgânico, uma sociedade desprovida de laços de solidariedade internos e que depende umbilicalmente do Estado para manter-se unida. (BRANDÃO, 2005, p. 246)

Dessa forma, Brandão destaca que o autor profere sua crítica ao pensamento liberal no sentido de se tentar impor um modo de organização social, política e econômica que foi concebido para outra sociedade; para Vianna, seria preciso, antes de

tudo, estudar a anatomia social brasileira para, dessa forma, construir um planejamento de organização social que se adequasse a essa sociedade singular.

Neste ponto da pesquisa, buscando os primeiros estudiosos ensaístas da sociologia brasileira, procuramos a compreensão do pensamento de Oliveira Vianna. Enquadrado na corrente de pensamento conservador, ele é autor bastante requisitado por Golbery do Couto e Silva, nosso principal objeto de estudo. Contudo, é notória a refutação da ideologia liberal no pensamento de Vianna.

Cyril Linch (2016) defende a ideia de que, sob o prisma da ciência política, existe um crescimento de demandas por estudos do pensamento político brasileiro (PPB),⁴⁰ pelo menos nos últimos vinte anos. Segundo o autor, “Duas foram as teses de doutorado defendidas ao longo da década de 1980, número que subiu a doze na década de 1990 e chegou a dezoito em 2000. Prevê-se que se aproxime de trinta em 2020” (LINCH, 2016, p. 75).

O autor detecta, assim, um vácuo de releituras mais substanciais que se atenham “às tradições ou linhagem do PPB”. Para Lynch (2016), toda sociedade tem seu pensamento político singular, relativamente de acordo com a própria anatomia social de cada grupo de indivíduos. Assim, no que tange ao Brasil, também não poderia deixar de existir um pensamento político que, na definição do autor, seria um “conjunto de ideologias e discursos que confirmam suas respectivas culturas e políticas, apresentando entre si, tanto semelhanças como especificidades” (LINCH, 2016, p. 81).

Todavia, qual seria o motor que impulsionaria o PPB? Qual a gênese do Pensamento Político Brasileiro? Em que direção estariam nossos autores clássicos quando tentaram pensar um País novo? Para Lynch,

Toda ou quase toda a sua produção intelectual está assim relacionada de alguma forma com a constatação do atraso existencial do país diante de outra realidade, aquela do “Primeiro Mundo”, identificado como o polo positivo dessa relação especular, porque associado ao moderno. Em decorrência disso, o eixo temático do PPB gira basicamente em torno do diagnóstico do atraso, da barbárie, do retardo ou do subdesenvolvimento nacional e do imperativo do progresso, da civilização, da evolução ou do desenvolvimento, meios conducentes à transformação das estruturas herdadas da colonização para alcançar a modernidade cêntrica. (LYNCH, 2016, p. 81)

⁴⁰ Para Lynch, “encara-se o PPB então como uma teoria política e/ou a ‘velha’ ciência política, elaborada antes da institucionalização universitária. Por essa última expressão, deve-se entender ‘qualquer estudo dos fenômenos e das estruturas políticas, conduzido sistematicamente e com rigor, apoiado num amplo e cuidadoso exame dos fatos expostos com argumentos racionais’ (LYNCH, 2016, p. 80 *apud* BOBBIO, 1997 p. 164).

Para Lynch (2016), o chamado “estilo periférico”⁴¹ tinha como raiz muito mais a realidade local em termos de espaço e tempo; nele, nossa realidade era posta em primeiro plano de forma menos abstrata em relação à forma como era produzida na região centrista. Mantendo essa linha de pensamento, como aponta Lynch (2016), é que Oliveira Vianna via na inspiração pelos autores estrangeiros a continuidade para traduzir aquela realidade para a nossa própria.

Como aponta Lynch, seria essa tendência que reluz das ideias de Oliveira Vianna, que se coloca como “responsável pela terceira característica do estilo periférico: a tendência de os autores nacionais se apresentarem como pioneiros da modernidade Cêntrica”; dessa forma, “obscurecendo as relações de continuidade intelectual com seus predecessores nacionais” (Lynch, 2016, p. 84).

Definiremos melhor as três correntes do Pensamento Político Brasileiro destacadas por Brandão (2016, p. 246): o idealismo orgânico – conservadorismo; o idealismo constitucional – liberalismo e o materialismo histórico – socialismo.

Delineando de maneira mais clara o debate entre conservadorismo e liberalismo, Brandão (2001) aponta para a possibilidade – seguindo o trabalho dos autores aqui em análise, Oliveira Vianna e Golbery do Couto e Silva – de o pensamento político e social, e porque não geopolítico, de Oliveira Vianna, ter continuidade – por meio do trabalho de Golbery do Couto e Silva:

qualquer tentativa de definir a visão do país e o programa político da corrente conservadora brasileira – que foi responsável no século XIX pela construção do Estado e pela manutenção da unidade territorial, forneceu no século XX a diretriz básica da ação dos grupos políticos e das burocracias dominantes no país (do tenentismo e do primeiro varguismo ao geiselismo, de Agamenon Magalhães a Antonio Carlos Magalhães), e cuja origem intelectual remonta em boa medida ao visconde de Uruguai e a Oliveira Vianna (Carvalho, 2002) – reconhecerá que eles se assentam na tese de que não é possível construir um Estado liberal (e democrático) em uma sociedade que não seria liberal. Sua consequência prática é que esta precisa ser tutelada e a centralização política e administrativa afirmada. (BRANDÃO, 2016, p. 246)

O autor destaca que Vianna profere sua crítica ao pensamento liberal no sentido de se tentar impor um modo de organização social, política e econômica que seja adequado a outro tipo de sociedade, não à sociedade brasileira em formação. Essa colocação de Vianna nos remete ao entendimento de que o Brasil precisaria, antes de tudo, entender a

⁴¹ A primeira característica desse estilo periférico do PPB é o menor grau de generalização e maior sentido prático de reflexões políticas. Na periferia, não se cogita que a elaboração intelectual local tenha alcance universal (Lynch, 2016, p. 83).

anatomia social de sua própria sociedade, e então construir uma organização social que estivesse de acordo com a realidade brasileira em questão:

Seu aparato institucional pesado, lento e ineficiente e corrupto não dá (daria) conta dos dinamismos e desafios do mundo moderno, sua subserviência ao sufrágio universal e aos partidos – que não passam de quadrilhas irmanadas contra o bem comum -, apenas entrega o Estado de pés e mãos atados aos interesses privatistas e aos coronéis, sua crença no poder local promove as curriolas e sumidades de aldeia. (VIANNA, 1933, p. 247)

Para Oliveira Vianna, a formulação da dinâmica centralizadora concebida nos tempos do Império brasileiro seria, não só importante, como também primordial para a catalisação da unidade nacional naquele contexto. O Estado brasileiro poderia, assim, funcionar como um pedagogo na empreitada de educar sua elite, além de proporcionar a ineficácia dos antagonismos entre as classes sociais.

Ao que parece, porém, seguindo o pensamento positivista de August Comte, dando maior ênfase ao direcionamento ordeiro da constituição nacional em detrimento da liberdade desmedida e limitando o espraiamento de poder dos estados-membros da federação, Vianna colocaria o Estado-nação na direção da centralização político-administrativa de forma mais segura e eficaz. Com o Estado firmemente constituído e robusto, poderia, portanto, desaguar a sociedade em algum tipo de democracia político-administrativa mais relaxada (Brandão, 2016, p. 247).

Brandão afirma que seria essa a base do pensamento conservador brasileiro:

A predominância da autoridade sobre a liberdade resultaria também, e principalmente, da ignorância e atomização da sociedade: sem um Estado forte, tecnicamente qualificado, imune à partidocracia e à política dos políticos, capaz de subordinar o interesse privado ao social, controlar os efeitos disruptivos do individualismo possessivo, do mercado, etc., ambas não sobreviveriam. Além disso, em um território cuja geografia conspira contra a política, a nação só tem chance sobre os escombros da federação. Liberdade civil, unidade territorial e nacional garantida pela centralização político-administrativa, e Estado autocrático e pedagogo, eis o programa conservador. (BRANDÃO, 2016, p. 247)

No que diz respeito a essa perspectiva, Brandão aponta, com propriedade, alguns aspectos nessa dinâmica que podem ser úteis para este estudo e nos leve a entender melhor os antagonismos entre os pensamentos conservador e liberal. Seguindo o pensamento de Tavares Bastos (1976), Brandão ressalta que, para esse autor, a sociedade brasileira deveria buscar “o maior progresso de sociedade pela maior expansão da liberdade individual” (BRANDÃO, 2016, p. 247).

O autor ainda destaca que:

Todo o dilema tem a ver com a distinção entre centralização política e descentralização administrativa em um país que sempre teve dificuldades em separa-las, com as relações que devem ser estabelecidas entre o poder central e os poderes provinciais a serem revigorados, entre as instituições eletivas e as nomeadas, entre um Legislativo soberano de um lado e um Executivo responsável do outro, com o papel que deve caber a um Judiciário forte em uma ordem política encimada por um – explícito, como no Império, ou Implícito, como quase em toda a República – Poder Moderador. Nesta ótica, a questão determinante é, pois, a da forma do governo, sem cuja resolução a democracia brasileira continuará um lamentável mal-entendido. (BRANDÃO, 2016, p. 248)

Para Brandão (2016, p. 258), “o conservadorismo parece ter sido capaz de plasmar inteiras formações intelectuais, como a dos saquaremas do Império ou do pensamento autoritário dos anos 1930 [...]”.

2.2 Visconde do Uruguai

Seguindo a tese das características de cada organização social, para Visconde do Uruguai, fica em evidência a peculiaridade de cada povo, assim como as questões geográficas e ambientais, e também as considerações de espaço e tempo, para que se possa adentrar uma análise sobre o aspecto da centralização político-administrativa de uma dada organização política, social e econômica. Uruguai cita como exemplo a queda do império Romano:

O Império Romano, na época em que se dissolveu, legou ao futuro de três grandes fatos sociais. 1º Um poder central único que teve durante a Realeza, a República e o Império. 2º A administração das Províncias Romanas por delegados do Poder Central. 3º O regime das suas municipalidades. O Poder central e soberano desapareceu com a invasão dos Bárbaros, e a vigorosa organização e centralização Romana, base principal da grandeza do Império, sumiu-se nas obscuras profundezas da anarquia da idade média. (URUGUAI, 1862, p. 159-160)

Uruguai destaca em seu estudo a ausência de organização social dos séculos V ao X. Para ele, “nada se encontra que fixo seja e estável, quer na ordem social quer na intelectual”, e entende que nesse período imperava a total “ausência de espírito público e nacional e de autoridade central. E um estado permanente de incerteza e de transformação”.

Uruguai prossegue a análise, afirmando que, na baixa Idade Média, a anarquia e a falta de um “centro forte [...], o retalhamento do território e do poder”, impediam que se configurasse uma unidade política organizada socialmente de forma mais sólida e

catalisada. Portanto, “somente do décimo século por diante, com a fusão dos elementos cristão e germânico, começou o desenvolvimento da civilização moderna, cuja qualidade essencial é a unidade e a centralização”.

Após o término do feudalismo e o fortalecimento da unidade territorial em organização social, política e econômica cada vez mais centralizada nas mãos da chamada Realeza, começa o processo de descentralização dessas unidades. A partir da concepção do Estado moderno, seu ponto máximo de centralização pode ser exemplificado com Revoluções de quilate liberal, assim como as Revoluções Gloriosa, na Inglaterra, e Francesa, na França. Como destaca Uruguai:

(...) o movimento progressivo do espírito humano, a Revolução Francesa, trouxeram a reação contra a excessiva unidade e concentração do Poder Real, isto é, contra o poder absoluto. A divisão dos Poderes foi uma das maiores conquistas em prol da liberdade. (URUGUAI, 1862, p. 162)

Em relação ao Brasil, Uruguai aponta que o reflexo dessa dinâmica influenciou a forma de organização centralizada do País, por intermédio da Monarquia Portuguesa. Com o fim da Monarquia Portuguesa e a Independência do Brasil, passamos a ser regidos pela Constituição vigente. Segundo o autor, nossa herança portuguesa de administração política não nos habilitara a governar de forma autônoma como os Ingleses e os Norte-americanos, por extensão. Todavia, houve uma divisão de ideias. Para Visconde do Uruguai,

Os homens mais adiantados em ideias liberais, tinham ido bebe-las nas fontes as mais exageradas, e tendiam a tomar por modelos as instituições dos Estados-Unidos, como a mais genuína e pura expressão do liberalismo. (URUGUAI, 1862, p. 163)

Em contrapartida, Uruguai aponta para uma tendência conservadora:

Por outro lado, os homens chamados para o poder manifestavam tendências de conservar o que existia, e somente tinham estudado e conheciam, em lugar de se porem a frente de justas e razoáveis reformas práticas, acomodadas as circunstancias do país, que operassem a transição. (URUGUAI, 1862, p. 163)

Segundo Uruguai,

A centralização [...] é a unidade da nação e a unidade do poder. É ela que leva às extremidades do corpo social aquela ação, que partindo do seu coração, e voltando a ele, dá vida ao mesmo corpo. A unidade na administração, diz Cabantous, é designada com o nome de centralização. Consiste na subordinação dos administradores locais à autoridade central, a qual os nomeia e demite, e reserva para si a decisão dos negócios mais importantes. As consequências da centralização foram porém exageradas, exigindo-se a intervenção central para negócios locais de muita medíocre importância. (URUGUAI, 1862, p. 165)

Nesse ponto, procuraremos nos ater um pouco mais à descrição anatômica de Uruguai, da forma como se organiza um Estado centralizado. Ele diz que:

(...) o pensamento de uma Constituição, de uma organização, cujo princípio consiste em que cada um dos elementos que a compõe parte do mesmo ponto central ou para ele converge, a fim de concorrer pela combinação de suas ações respectivas para um fim comum (...) Está por efeito organizada por modo, que todos os elementos de sua organização, quer política, quer administrativa, podem ser considerados como raios que prendem ao mesmo ponto central, ou porque dele partem, ou porque nele se veem reunir; que recebem dele a vida, e o movimento, e vem depois restituir. (URUGUAI, 1862, p. 165)

Para o autor, Tocqueville aponta dois outros tipos de centralização, tão importantes quanto diversas, para acrescentarmos à análise: “a centralização política ou governamental, e a administrativa”. Como destaca Uruguai, o pensamento de Tocqueville pode “concentrar em um mesmo lugar ou na mesma mão o poder de dirigir” todos que compõem a nação, e “fundar o que se chama de centralização política ou governamental”. De outra forma, “concentrar do mesmo modo o poder de dirigir” seguimentos da área administrativa da nação, como empresas e setores de infraestrutura, “é fundar o que se chama centralização administrativa”.

Conforme o autor, seria fundamental para a coesão de um Estado-nação, e pela própria sobrevivência de sua nação, um Estado centralizado politicamente:

A centralização política é essencial. Nenhuma nação pode existir sem ela. Nos governos Representativos obtêm-se a unidade na legislação e na direção dos negócios políticos pelo acordo das Câmaras e do Poder Executivo. Por meio do mecanismo constitucional convergem os poderes para se centralizarem em uma só vontade, em um pensamento. Se esse acordo, essa unidade, essa centralização não existe, e não é restabelecida pelos meios que a Constituição fornece, a máquina constitucional emperra a cada momento, até que estala. (URUGUAI, 1862, p. 167)

Para Montesquieu,⁴² na separação dos três poderes em sua justa medida, Legislativo, Executivo e Judiciário,⁴³ estaria o antídoto para uma possível hipertrofia do Poder Executivo de um Estado. Com a Teoria de Montesquieu, obteríamos uma condução política e administrativa de forma mais igualitária e democrática. Em seu

⁴² O pensamento de Montesquieu (1689-1755), filósofo francês, nascido em uma família nobre, com formação iluminista, mostra-se desde cedo dotado de senso crítico severo e irônico da Monarquia, bem como do Clero. Em sua obra mais importante, *Do Espírito das Leis*, desenvolveu uma teoria de governo por meio do Constitucionalismo. Foi um grande estudioso das questões atinentes ao Poder, e deu origem aos pilares da tripartição do Poder em Legislativo, Executivo e Judiciário. Figurou como grande pensador da sua época, em que se abominava toda forma de despotismo e se almejava a igualdade e a liberdade para seus semelhantes (BINDER, 2018).

⁴³ A teoria de Montesquieu teve extraordinária repercussão na Filosofia Política e nas constituições que se promulgaram nos fins do séc. XVIII, tornando-se um dogma na ciência constitucional (AZAMBUJA, 2003, p. 179).

estudo *Do Espírito das Leis*, Montesquieu destaca pelo menos cinco pontos que não podemos deixar de colocar em relevo. Portanto, “a distribuição dos Estados em três poderes” seria a escolha fundamental como forma de governar entre a republicana, a despótica ou a monárquica.

O autor enfatizava também a “manutenção das regras e leis”, a “preservação da liberdade”, e lutava pela “abolição da escravatura”. Na verdade, essa ideia já havia sido concebida bem antes. Em Aristóteles, segundo Azambuja (2003), podemos detectar uma espécie de gênese desse pensamento. Como destaca Azambuja, Aristóteles, “na *Política*, dizia que na organização do Estado há três partes, que devem merecer especial cuidado”. Nas chamadas cidades-estados, Aristóteles entendia que a assembleia dos cidadãos deveria ser a primeira dessas três partes, seguida pela magistratura e pelo corpo judiciário. Azambuja destaca, contudo, que Aristóteles poderia ter confundido as funções dessa divisão, “pois deu à assembleia o conjunto de todas as atribuições, sendo os dois outros órgãos simples delegações suas, sem atribuições bem definidas”.

Esse pensamento tornou-se mais consistente no trabalho de John Locke. Ainda seguindo os apontamentos de Azambuja, “Locke é o primeiro escritor que realmente elabora uma teoria da divisão dos poderes. Inspirado na Constituição inglesa, diz ele em seus *Ensaio*s que é necessário que as funções do Estado sejam exercidas por órgãos diferentes”. Como já apontado, “coube, porém, a Montesquieu, jurista e filósofo francês”, em seu estudo *Do Espírito das Leis*, “não somente elaborar uma teoria completa da divisão dos poderes como também difundir-la por toda a Europa, vindo a constituir um dos maiores fatores na organização dos Estados modernos”.

Ao analisarmos a descentralização, percebemos que Uruguai elabora um novo conceito para a dinâmica:

A palavra – descentralização – tem dois sentidos que muito importa distinguir. Descentralizar no primeiro sentido consiste em renunciar a que a ação do centro esteja concentrada em um ponto, na Capital por exemplo; e disseminá-la pelas Províncias e Municípios, entregando-as ao Presidentes e outros agentes do Governo que o representam. (URUGUAI, 1862, p. 170)

Fica bem delineado no pensamento de Visconde do Uruguai que o impulso da descentralização parte de uma única vontade:

Nesse caso, por mais geral que seja a descentralização, há sempre uma única vontade, embora essa vontade se apresente em muitos lugares, isto é, em todos aqueles nos quais se ache funcionários que assim representam o Poder central, e obra segundo as suas instruções e espírito. (URUGUAI, 1862, p. 170)

Em seu tempo, Visconde do Uruguai já esboça o que podemos entender como a gênese do que chamamos de Poder Nacional e a importância da geopolítica para o processo, tanto de centralização como de descentralização.

As condições topográficas de um país; a dispersão ou concentração da população; as divisões territoriais; a sua extensão; a facilidade, ou dificuldade das comunicações; o maior ou menor número de homens habilitados para a gerência dos negócios na localidade; a maior ou menor confiança que, em geral, podem inspirar; a maior ou menor harmonia entre os interesses econômicos das diversas frações do território, são circunstâncias de alto valor, que muito cumpre consultar e atender para a maior ou menor centralização. (URUGUAI, 1862, p. 174-175)

Destacamos a interessante análise de Uruguai relativa à dinâmica de centralização e descentralização estatal:

A centralização é um princípio, cujo tipo se encontra na natureza orgânica. Existe em criaturas viventes um centro de ação e de vida, cujas numerosas ramificações, por meio do benefício de um movimento contínuo, levam o sangue a todas as partes do corpo, e o tornarão a trazer incessantemente ao coração, de onde saem de novo mais nutriente, mais substancial e mais puro. (URUGUAI, 1862, p. 180)

Para o autor, “a centralização tem grandes vantagens. Os seus excessos e abusos grandes inconvenientes”. Nesse ponto, parece pertinente abrir parênteses para o pensamento sociológico de Durkheim, no que tange à ótica historicista e à concepção filosófica da sociedade. Esses conceitos durkheimianos, além de convergirem com os apontamentos de alguns autores aqui já estudados no que concerne à característica singular de cada sociedade e sua concepção de organização social, também nos remete ao pensamento de Golbery do Couto e Silva e sua crença nos estudos de Arnold Toynbee e sua saída dramática para o problema que o historiador e filósofo germânico Oswald Spengler vaticinava:

Cada povo tem uma fisionomia específica, uma constituição especial, um direito, uma moral, uma organização econômica que só ela se adapta sendo quase impossível qualquer generalização. Para o filósofo, pelo contrário, todos esses grupos particulares a que se chama tribos, cidades, nações, constituem meras combinações contingentes e provisórias destituídas de realidade própria. A única coisa real é a humanidade e é dos atributos gerais da natureza humana que provem a evolução social. (DURKHEIM, 1978, p. 125)

Desta forma, para Durkheim,

[...] a história é unicamente uma série de acontecimentos que se encadeiam sem se reproduzirem; para o segundo, estes acontecimentos só têm valor e interesse como ilustrações das leis gerais que estão inscritas na constituição do homem que dominam todo o desenvolvimento histórico. (DURKHEIM, 1978, p. 125)

2.3 Alberto Torres

No caso do pensador social brasileiro Alberto Torres, em seus estudos publicados no livro *A Organização Nacional* (2002), nas primeiras eras da civilização, nos locais onde foi possível assentar a corrente das tendências e dos interesses no auge de uma evolução relativamente normal, espíritos geniais de homens práticos conceberam a arte de governar os povos, com sua feição vital e orgânica. Com a possibilidade de previsão, a arte de governar tornou-se uma arte de observação, de previsão, de superintendência dos fenômenos reais da vida coletiva (TORRES, 2002, p. 232).

Torres esclarece que:

Coordenar, por ação consciente, esses movimentos da sociedade, é o grande encargo da Política; eis porque não será jamais ocioso repetir: um país não é realmente uma nação, se não tem uma política, a sua *política*, a política de sua terra, de sua raça ou de suas raças, de sua índole, de seus destinos; esta política, superior às políticas doutrinárias, e sempre falazes, dos partidos, é instintiva, tradicional, costumeira, nos velhos países. (TORRES, 2002, p. 244)

Para Torres, o culto à descentralização, em seu tempo, era uma consequência da cultura política. Os políticos, temendo a perda de seu poder regional, configurado em estados ou municípios, tinham a descentralização como salutar para a manutenção da autonomia política no País. Torres destaca:

A autonomia estadual e a municipal são os nervos mais sensíveis da nossa política. Nenhuma questão apasiona mais os espíritos do que está; uma das mais fortes crenças dos políticos militantes é que a autonomia estadual, tal como está constituída, é uma das colunas da nossa organização constitucional; o zelo por ela é virtude teologal, para os políticos. Teme-se a intervenção e a autoridade da União, como se esta fosse o gênio mau da vida política do país. (TORRES, 2002, p. 251)

Segundo Torres, essa tendência autônoma dos estados e municípios só viria a enfraquecer o Estado nacional. Todavia, para ele, os antagonismos e as rivalidades decorrentes dessa tendência à descentralização da União e o fortalecimento das outras esferas dificultariam a circulação comercial, questão de grande importância para o desenvolvimento econômico do Estado. Curioso notar que, também em Alberto Torres, podemos encontrar concepções que nos remetem a questões de gênese da disciplina Geopolítica, que encontraremos mais desenvolvidas a partir da década de 1950 nos trabalhos de Golbery do Couto e Silva.

Seguindo a tendência geopolítica, o pensamento de Alberto Torres parece refletir nos trabalhos de Couto e Silva, tanto na teoria quanto na prática – no período em que foi Ministro de três dos cinco presidentes militares que governaram o Brasil –, a partir de 1964:

Não é um simples caso de relações econômicas e comerciais – e tanto bastaria para tornar dependentes as nossas populações desses países estrangeiros, na falta de idênticas relações, entre as nacionais – mas um caso de subordinação da economia nacional à economia estrangeira, em objeto orgânico vital. Um país, vastíssimo em território e despovoado, carecendo dos primeiros elementos da nutrição popular, que tem condições para produzir, não pode imputar essa falta, depois de quase um século de vida independente, senão à inconsciência da política nacional. (TORRES, 2002, p. 254)

O exemplo citado aponta para as relações comerciais entre Brasil e Argentina e para a possibilidade de uma crise no abastecimento de alimentos, no caso de haver uma guerra declarada entre o Brasil e a Argentina. Nesse sentido, Torres alertava:

Prever a guerra e prevenir os meios de defesa nacional é, sem dúvida, dar provas de patriotismo; não há porém, como resistir à reflexão de que esse patriotismo revela-se puerilmente aéreo, em confronto com a nossa incúria, em face da subordinação nacional à economia estrangeira. (TORRES, 2002, p. 255)

Confirmando a tendência de gênese da geopolítica brasileira, Torres, nesse trabalho, segue confeccionando um amplo estudo geográfico sobre o território nacional. Ele aponta os reflexos da materialidade telúrica⁴⁴ nas questões ligadas à economia e ao próprio comportamento social da época. Assim, acena, mais uma vez, para a necessidade de organização,

[...] não como instituição jurídica, segundo os modelos de outros, mas como nacionalidade, como corpo social e econômico, não devendo copiar nem criar instituições, mas faze-las surgir dos próprios materiais do país: traduzir em leis, suas tendências, dando corretivos a seus defeitos e desvios de evolução. (TORRES, 2002, p. 263)

Com uma linha de pensamento similar à de Oliveira Vianna, tanto na tendência geopolítica de singularidade territorial como nas questões que envolvem essa singularidade, evidenciava reflexos na economia, por exemplo, assim como na formação da sociedade brasileira, e de todas as outras do planeta, em sua inexorável singularidade. Alberto Torres também parece um pensador conservador no âmbito da política quando defende que o Estado deva se constituir de forma mais centralizada e

⁴⁴ Reflexo da geografia na economia e na formação social do Brasil.

coesa, dando concretude e segurança a sua população, ainda em frágil formação, no contexto ao qual o autor se propôs a analisar.

2.4 Oliveira Vianna

A concepção da dinâmica de centralização político-administrativa concluída por Oliveira Vianna foi utilizada por Golbery do Couto e Silva para construir sua Teoria do Movimento Ondulatório das Quatro Expressões do poder Nacional, que consiste nos seguintes movimentos: no sentido da Centralização, a partir da década de 1960, e em sentido contrário, na descentralização, a partir da década de 1970. Ele também desenvolve sua visão geopolítica do Estado brasileiro, levando em consideração a possibilidade de fragmentação devida ao vasto e extenso território. Contudo, para Vianna, fica mais em evidência a necessidade de um Estado centralizado pela própria constituição da sociedade brasileira que moldou a anatomia de Nação, no sentido de uma concepção mais paternalista que levaria à necessidade de um Estado Centralizado.

Para os dois autores, não se poderia ter uma visão unilateral em ciências sociais. Contudo, para Couto e Silva, a necessidade de um Estado Centralizado deveria auxiliar no desenvolvimento econômico do País, levando em consideração a conjuntura da Guerra Fria e a ameaça à soberania nacional. Nesse ponto, o pensamento dos dois autores seguem em sentidos diferentes. Para Vianna, seria a constituição do povo que tenderia à centralização até que se pudesse chegar a uma democracia liberal. Para Couto e Silva, a Guerra Fria seria o motivo dessa centralização em favor da Segurança Nacional. Os dois acreditavam em uma elite tecnocrata para dirigir o Estado. Contudo, o conceito de autoritarismo instrumental se enquadraria de forma diferente na visão dos dois autores.

Todavia, no que concerne ao trabalho intelectual de autores brasileiros a partir da década de 1930, havia como conjuntura doméstica o reflexo de uma demanda social forte por modernização e industrialização, como aponta Birke:

A modernização industrial do país pós-30 provocara intensa urbanização e rápido crescimento de camadas sociais urbanas que criaram um volume de demandas urgentes que o Estado procurava atender na mesma proporção de seu surgimento e urgência. (BIRKER, 2002, p. 78)

Concentraremos nossa análise em Oliveira Vianna, tendo como motivação primordial estabelecer uma comparação com o pensamento político e social de Golbery do Couto e Silva. O general atuou mais vigorosamente na história intelectual do País a partir da década de 1950 como principal formulador da Doutrina de Segurança Nacional⁴⁵ na Escola Superior de Guerra (ESG). Como vimos, Couto e Silva passou a atuar também como ator político a partir da intervenção militar no Poder Executivo federal em 1964, como criador e chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Uma vez detectado o sociólogo Oliveira Vianna na genealogia bibliográfica de Golbery do Couto e Silva, influenciando o autor nos livros *Planejamento Estratégico e Geopolítica do Brasil*, tanto no âmbito da geopolítica como da própria sociologia política, torna-se relevante buscarmos uma elucidação mais substancial da anatomia intelectual de Oliveira Vianna. Também são importantes as influências de autores do chamado Pensamento Político Brasileiro, que contém essência conservadora.

Birker afirma:

O autor deixa explícito aquilo que Oliveira Vianna já havia explicitado trinta anos antes. Assim, considerar as especificidades brasileiras significava, no fundo, admitir uma cultura política autoritária e democraticamente instável. Mas que isto, significava respeitar os ensinamentos da história que revelavam uma estrutura política marcada por vários momentos de centralização e descentralização. (BIRKER, 2002, p. 34)

É curiosa essa colocação de Birker porque, mesmo que o nome de Golbery do Couto e Silva seja comumente associado ao pensamento conservador brasileiro, e até mesmo antidemocrático, no País, a maior parte dos seus textos escritos na década de 1950 – momento em que o Planeta se encontrava dividido ideologicamente pela chamada Guerra Fria – é composta por uma perspectiva primordialmente democrática.⁴⁶

Golbery do Couto e Silva confessaria ao então Secretário de Estado norte-americano do governo Nixon, Henry Kissinger, minutos antes da intervenção militar, em 1964, quando estava à frente do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes): “Nós estávamos esperando. Nós queríamos manter a presidência de Goulart até o último

⁴⁵ A Doutrina de Segurança Nacional foi elaborada na ESG da década de 1950. Na conjuntura da ameaça das ditaduras socialistas sob os auspícios da Guerra Fria, as Forças Armadas começaram a elaborar uma Doutrina que tivesse, por um lado, uma inspiração nos aspectos de segurança de Estado norte-americana. Por outro lado, ela deveria ser genuinamente esculpida para a realidade brasileira; dentre os militares que trabalharam nessa época na DSN, figura com destaque o General Golbery do Couto e Silva.

⁴⁶ Golbery não nega as vantagens do totalitarismo: “na dura competição de poder em que os Grandes se veem empenhados, nada mais natural, pois, que o sistema totalitário leve, de imediato, indiscutíveis vantagens”. Contudo, entende que “a repressão da liberdade consegue progresso mais acelerado devido à concentração da atenção, mas logo exaure-se; enquanto a democracia, seguindo um caminho mais pleno, não corre esse risco” (BONFADA, 2010 p. 88).

instante”. E Kissinger respondeu: “Eu fui solidário com o que vocês fizeram”.⁴⁷ Essa conversa se referia às eleições presidenciais, que estavam próximas, e à preferência pela permanência do então presidente João Goulart até o fim de seu mandato.

Aponta Bonfada de Carvalho:

O general Golbery é ferrenho defensor do planejamento econômico estatal, é crítico do liberalismo econômico clássico, tratando extensamente do tema em seu livro de 1955, *Planejamento Estratégico*. Afirma primeiro que o planejamento tornou-se slogan, conseguindo adesões e repúdios irracionais. Mais uma vez defende que “planejamento e controle centralizado ou autoritário da economia e da sociedade não são, em absoluto, conceitos que se impliquem”. Porém, ele é claro quanto às limitações à liberdade por ele exigidas, e que envolvem até a camuflagem do plano por parte do governo frente a sociedade. (BONFADA, 2010, p. 87)

Como forma de destacar melhor essa polêmica sobre a natureza democrática de Golbery do Couto e Silva, parece ficar ilustrado, pela ótica do autor, seu reconhecimento sobre as “contribuições” de um totalitarismo que afirma ter sido pragmático para um “progresso insofismável na Rússia”. Contudo, essa dinâmica teria lançado “um desafio crucial [...] às próprias convicções democráticas de todos os povos do Ocidente”. Bonfada (2010) destaca, dessa maneira, que Couto e Silva defendia que um Estado-Nação não poderia se voltar apenas para o desenvolvimento de seu setor econômico em si.

Por entender o Estado nacional pela ótica do chamado Poder Nacional, Golbery do Couto e Silva mostrava que essa

[...] perspectiva tão estreita e estrábica de um materialismo indisfarçável e malsão, que fere mesmo a fundo a consciência cristã, precisamos opor, firmemente, a visão global de um desenvolvimento, nunca apenas econômico, mas desenvolvimento social em toda a sua amplitude. (BONFADA, 2010, p. 88)

É clara a influência do trabalho de Oliveira Vianna, tanto nos escritos de Couto e Silva quanto na prática desses conceitos. Sob essa influência, na década de 1980, em pleno processo de Descompressão do sistema político, psicossocial, econômico e militar do Estado Brasileiro, Couto e Silva proferiu uma célebre palestra na Escola Superior de Guerra (ESG), sob o título de *Sístoles e Diástoles na Vida dos Estados*, na qual procurou explanar, em teoria, a dinâmica ocorrida na região endógena do Estado brasileiro nas últimas duas décadas (1960 - 1970).

A partir do texto da conferência de Couto e Silva na ESG, em 1980, pretendemos aprofundar no terceiro capítulo deste estudo a simbiose entre teoria e prática. Ao que

⁴⁷ Reportagem na *Folha de São Paulo* sobre o trabalho do Internacionalista Mathias Spektor.

parece, o General Golbery do Couto e Silva operava o que se pode chamar de “as quatro expressões do Poder Nacional”, ou seja: política, econômica, psicossocial e militar.

Em um primeiro momento, ele atuou no sentido da Centralização estatal a partir da década de 1960, quando era diretor do Ipes⁴⁸. Em seguida, em sentido contrário à descentralização do Estado brasileiro, a partir de 1974, com a chegada do então presidente Ernesto Geisel à cadeira presidencial.

Contudo, por hora, nos concentremos no pensamento do sociólogo Oliveira Vianna. Estudando minuciosamente o livro *Evolução do Povo Brasileiro* (1933), abrindo caminho para os estudos das sociedades modernas, há mais de um século, reluziam as ideias de pelo menos três grandes nomes da corrente denominada evolucionistas, que almejava entender o que chamavam de “as leis gerais da evolução dos povos”.

Nesse sentido, Oliveira Vianna apontava os três grandes nomes dessa geração. Para o autor, “Spencer havia estabelecido as leis da evolução universal, Darwin descoberto as leis das seleções das espécies e Haeckel lançado os fundamentos da teoria transformista” (VIANNA, 1933, p. 11).

Segundo Oliveira Vianna, uma febre fervilhante levou estudiosos da seara da moral e da política, da história e da sociedade a se debruçarem ostensivamente sobre todas as sociedades conhecidas do Globo, usando o método ortodoxo do evolucionismo revolucionário. Posteriormente, uma minuciosa análise revelou que os alicerces dessa nova metodologia não se apresentavam devidamente herméticos e que estudos mais profundos advertiam que essas “leis gerais” não necessariamente “comportavam toda a realidade da evolução das sociedades e das instituições” (VIANNA, 1937, p. 12).

Uma aplicação generalizada de tal metodologia a contextos sociais heterogêneos, conseqüentemente, não seria eficaz, no sentido de traduzir a singularidade de cada dinâmica social e poderia impossibilitar o entendimento da real anatomia da sociedade que, efetivamente, procura-se entender.

Como destaca Vianna (1933), foi com a refinada erudição de um Eduardo Meyer, de um Mellet ou com a estatura de um Camillo Jullian que se pôde desmistificar os dogmas evolucionistas que apregoavam que as sociedades eram originárias do próprio núcleo familiar. Ou seja, a ideia de que uma constelação de famílias teria dado origem às tribos, e que, finalmente, poderia ter dado consistência ao que se chamou de povo, ou

⁴⁸ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, uma espécie de Think Thank fundado e dirigido por Golbery do Couto e Silva até os minutos finais do governo de João Goulart.

seja, a origem das nações. Todavia, esses eruditos estudiosos demonstraram que não era genérico esse tipo de evolução dos povos, e que, diante disso, os estudos sobre as sociedades humanas eram muito mais complexos do que essa primeira fórmula pudesse definir.

Nesse ponto, Vianna remete aos estudos de Gabriel Tarde. Para o autor, Tarde foi um dos mais importantes pensadores a se contraporem aos dogmas impostos pelos evolucionistas das “leis gerais da evolução das sociedades”. Vianna comenta sobre o pensamento de Tarde (1973, p. 17) que “[...] a esse velho e falho concerto da ‘evolução linear’ ele contrapôs o novo e fecundo conceito da ‘pluralidade das linhas de evolução’”. Ele conclui que, a partir desse movimento de contradição aos evolucionistas, Tarde denominou essa nova metodologia de “o heterogêneo inicial”, indo contra a denominação de Spencer de “homogêneo inicial”.

E nessa esteira de pensamento, a respeito de qual método se adequaria melhor a uma análise mais fidedigna de provável realidade social, seguiu-se uma geração de estudiosos que se firmaram – na linha de Tarde – como contrários às teorias evolucionistas, e entenderam, assim como Tarde, que existiam “numerosos tipos de evolução independente”.

Como aponta Vianna:

É tamanho o espírito da liberdade, que está presidindo a investigação científica contemporânea, que já se começa a dar lugar, entre os fatores determinantes da evolução dos povos, a uma causa, que há cinquenta anos, parecia ser incompatível com qualquer explicação científica da sociedade e da história: o acaso [...] (VIANNA, 1933, p. 18)

Para Oliveira Vianna, partindo do “heterogêneo inicial”, qual seria o ponto de partida para entender essa gama múltipla de sociedades humanas em suas complexas diferenças? Como o autor aponta, “fatores étnicos, fatores econômicos, fatores geográficos, fatores históricos, fatores climáticos, que a ciência cada vez mais apura e discrimina, isola e classifica”. Vianna entende, então, que todos os grupos humanos são a apuração desses e de outros infinitos fatores que ajudam a constituir essa formação. Como destaca o autor, “Todas as teorias, que faziam depender a evolução das sociedades da ação de uma causa única, são hoje teorias abandonadas e peremptas: não há atualmente monocausalistas em ciências sociais” (VIANNA, 1933, p. 21).

Fica claro para Vianna que toda força motriz que direciona essa decantação social em composição heterogênea e a própria velocidade de sua evolução em agrupamentos

humanos provêm das forças cósmicas do universo. Primeiramente, a imposição telúrica da geografia, “principalmente o solo que é base física dessa sociedade”.

Contudo, esse debate entre o determinismo geográfico de Ratzel e o possibilismo de Vidal de La Blache, “que faz do homem uma força inteligente, reagindo contra o determinismo do meio físico (...)”, parece-nos a gênese do trabalho sociológico de Vianna. É assim que o autor aponta que “cada sociedade tem, na verdade, a sua maneira própria de arranjar-se no seu habitat, de adaptar-se a ele” (VIANNA, 1933, p. 22).

Vianna afirma que:

Os trabalhos dos investigadores da escola antropogeografica de Vidal de La Blache, como os de Sion sobre a Normandia e o Var, os de Demangeon sobre a Picardia, os de Blanchard sobre as Flandes, os de Vallaux sobre a Bretanha, os de Sorre sobre os Pyreneus e os de Lavainville sobre o Morvan, e as luminosas e belas monografias dos discípulos da escola de Le Play mostram, da maneira mais impressiva e frisante, como os menores acidentes do terreno, as peculiaridades do relevo geográfico, a estrutura geológica, as condições espaciais da insolação, o regime das precipitações pluviais e das correntes atmosféricas influem sobre as condições sociais e políticas das regiões. Uma pequena diferença nos aspectos topográficos do modelado, uma variação qualquer, embora aparentemente insignificativa, na direção das correntes atmosféricas, no coeficiente pluviométrico, na composição do solo arável basta para introduzir, na vida do agregado humano sujeito à sua influência, um elemento de diferenciação local, que, com o tempo, pela lei do *consensus*, acabará repercutindo por toda a estrutura social – desde os métodos de trabalho até a organização dos poderes políticos. (VIANNA, 1933, p. 22-23)

Ainda no âmbito do determinismo de Ratzel frente ao possibilismo de LaBlach, Vianna destaca, “como os agregados humanos são organismos extremamente susceptíveis à ação dos fatores cósmicos”, nos quais as questões meteorológicas, além das mudanças de estação, “o grau de humidade do ar, o índice das pressões barométricas”, enfim, toda essa influência do ambiente natural como fator determinante na concepção das sociedades humanas se faz verdadeira.

Diante do entendimento de que a metodologia evolucionista realmente não pode ser útil nas análises das sociedades humanas – por vezes, mais complexas do que poderiam imaginar os estudiosos das ciências naturais, que tentaram transplantar suas concepções e seus dogmas para o plano dos estudos sociais –, Vianna conclui que “o que se procura hoje como objetivo imediato da investigação social são os estudos locais, os trabalhos monográficos, a análise particularista de cada agregado humano” (VIANNA, 1933, p. 24-25).

Para Vianna, só após a aplicação desse método de maneira singular a cada agrupamento humano, por todas as sociedades do planeta, é que as Ciências Sociais poderão “elevar-se às grandes sínteses gerais sobre a evolução do homem e da

sociedade”. Contudo, no que concerne à evolução do povo brasileiro, Vianna (1933) afirma que “o mais sábio caminho seria tomar como ponto de partida o nosso povo. Desta forma, e estudando sua gênese e as leis de sua própria evolução” (VIANNA, 1933, p. 29).

Fica muito nítida, nos estudos do autor, sua concepção da história como elemento fundamental na formação anatômica de um povo. Apontando os historiadores alemães Ranke e Mommsen, Vianna entende que “cada povo tem [...] sua maneira própria de ser e de existir – e essa maneira só a história, pela comparação das diversas fases evolutivas de cada um, é capaz de definir com precisão” (VIANNNA, 1933, p. 30).

A esse respeito, o autor insiste em um estudo mais minucioso e singular de nossa história e de nosso povo, para que se possa entender precisamente o *ethos* da nação brasileira afastando-se, dessa maneira, de modelos de interpretação aplicados a outros povos do mundo, principalmente os europeus.

Essa motivação partiria da mesma gênese que envolveu os intelectuais brasileiros das décadas de 1920 e 1930. Oliveira Vianna buscava o entendimento de sua realidade para que então se pudesse formular um programa de desenvolvimento específico para a realidade brasileira, como aponta o autor:

Nunca será demais insistir na urgência da reação contra esse preconceito secular; na necessidade de estudarmos o nosso povo em todos os seus aspectos; no imenso valor prático destes estudos. Somente eles nos poderão fornecer os dados concretos de um programa nacional de reformas políticas e sociais, sobre cujo êxito poderemos contar com segurança. (VIANNA, 1933, p. 31)

Para exemplificar essa forma de entender a melhor metodologia indicada aos estudos das ciências sociais, Vianna destaca seu objeto de estudo:

Há, por exemplo, para nós, povo de transplantação, em cujo solo confluem tantas raças exóticas, um formidável problema prático, que interessa fundamentalmente a orientação dos nossos destinos. É o conhecimento das reações de nosso meio cósmico sobre o ádvena, aquilo que Huntington chama “conhecimento de como adaptar o homem à natureza, ou adaptar a natureza ao homem”. É um problema central, de que está dependendo o futuro e a grandeza da civilização do Ocidente... Ora esse problema não pode ser resolvido com formulas feitas fora daqui, mas sim com o estudo local e particular do nosso meio e da gente, que habita. Entretanto, eis aqui um problema fundamental, que está na raiz de todos os outros – dos problemas econômicos aos problemas de educação, dos problemas de educação aos problemas políticos e administrativos. (VIANNA, 1933, p. 32)

É de interesse para este estudo detectar o que, talvez, nas análises de Vianna, seria a gênese de uma geopolítica genuinamente brasileira, que mais à frente seria lapidada por Golbery do Couto e Silva. Porém, constituída em uma outra conjuntura nacional e

internacional. Para Vianna, a “densidade da população é um fator poderosamente influente na gênese e no funcionamento das instituições sociais, desde as cooperações de consumo, produção ou crédito até o quadro geral dos poderes públicos” (VIANNA, 1933, p. 34-35).

No âmbito da sociologia, Vianna define bem as diferenças da sociedade brasileira – no contexto em que escreve – e a sociedade europeia:

Essa dissemelhança de estrutura, derivada da nossa dispersão demográfica, agrava-se com a dissemelhança de estrutura, derivada da nossa defectiva organização de classes. Somos um povo que, por motivos particulares à nossa evolução, não temos, no quadro das nossas classes sociais, uma classe média à maneira europeia, nem as classes existentes, populares ou dirigentes, possuem a coerência, a integração, a unidade das classes correspondentes nos grandes povos civilizados. Falta-nos, por exemplo, uma aristocracia local, com a educação, o prestígio, o civismo da *gentry* saxônica: é sabido que todo o jogo das instituições do self-government inglês repousa exclusivamente na capacidade e na atividade desta classe. É esse um ponto de dissemelhança irreduzível entre a sociedade inglesa e a nossa – e mais uma vez o desconhecimento deste fato nos tem valido decepções lamentáveis. (VIANNA, 1933, p. 35)

Oliveira Vianna é contundente ao apontar para os antigos historiadores de nossa sociedade e sua forma imparcial de entender a dinâmica de nossa evolução como povo e sociedade. Destaca pelo menos duas questões:

A primeira é o povo, a massa humana sobre qual atuam os criadores aparentes da história: vice-reys, governadores gerais, tenentes-gerais, funcionários de graduação, diretamente despachados das metrópoles. A segunda é o meio cósmico, o ambiente físico, em que todos se movem, o povo e seus dirigentes, e onde um e outros achem o ar que respiram e o alimento que lhes nutre as células, e que age com o seu relevo, a sua estrutura, o seu subsolo, a sua hidrografia, a sua flora, a sua fauna, o seu clima, as suas correntes atmosféricas e as suas intempéries. Tudo isso influi, tudo isto atua, tudo isso determina as ações dos homens na vida cotidiana – e entretanto, nada disso parece se refletir na explicação da nossa história e influir na evolução da nossa gente. (VIANNA, 1933, p. 41-42)

Nesse ponto, o autor se preocupa em deixar em relevo sua conduta imparcial diante dos estudos dos historiadores que analisa. Talvez mostrando um certo tipo de imparcialidade durkheimiana e uma metodologia que podemos detectar nos estudos de Gilberto Freire,⁴⁹ Oliveira Vianna aponta que, “nesse empenho de trazer para a nossa

⁴⁹ Segundo Nunes Ferreira: “Para entender melhor o pensamento de Gilberto Freyre, é preciso antes tentar para a singularidade e as implicações da própria metodologia utilizada por ele na sua análise da sociedade brasileira, a partir de *Casa-Grande & Senzala*, de 1933: trata-se da chamada ‘sociologia genética’ ou ‘histórica’. Élide Rugai assim define esta linha metodológica: ‘O (seu) traço fundamental é a compreensão. Esta proposta funda-se no rompimento com a historiografia convencional que usa somente os documentos como fontes. Gilberto Freyre inova outra vez ao propor o estudo da vivência e da convivência cotidianas dos indivíduos como base para a reconstrução do passado das sociedades’ (NUNES FERREIRA, 1996).

história o que ela tem de vivo e humano”, o autor se define como objetivamente imparcial ou, como ele próprio destaca:

Como nestes, o que me inspira é o mais absoluto sentimento de objetividade: somente os fatos me preocupam e somente trabalhando sobre eles é que infiro e deduzo, nenhuma ideia preconcebida. Nenhuma preocupação de escola. Nenhuma limitação de doutrina. Nenhum outro desejo senão o de ver as causas como as causas são – e dize-las realmente como as vi. (VIANNA, 1933, p. 43)

Oliveira Vianna aponta que, desde o princípio de nossa existência como sociedade, somos essencialmente “um povo de agricultores e pastores”. Toda a emanção ibérica lusitana que exalava o português comerciante e navegador dos descobridores se esvai, diluindo-se ao longo dos séculos. Assim, a gênese dessa sociedade demonstra sua característica essencialmente rural, sua concepção urbana começou a se delinear há pouquíssimo tempo.

Na formação social agrícola, o autor destaca que a característica que aparece desse fenômeno é a formação da “grande cultura em grande propriedade”. Os estudos de Vianna apontam, então, para o fato de os primeiros colonizadores a se embrenharem por essas terras tropicais eram, em sua total maioria, oriundos da pequena e até mesmo da grande nobreza e caçadores de fortuna; longe estariam das características de homens do povo, ou mesmo plebeus. Como destaca Vianna:

Nos primórdios, os elementos preponderantes da sociedade colonial não são, com efeito, de modo algum, como se há dito, essa escorralha de criminosos e desagregados, varridos das masmorras peninsulares para o vasadouro americano. Estes elementos terciários, esses detritos humanos não valem nada como elemento colonizador, como contingente formador do nosso povo, diante dos elementos sadios que para aqui afluem nos primeiros dias da colonização. (VIANNA, 1933, p. 53)

É nesse ambiente aristocrático apontado por Vianna que se constituem os primórdios da sociedade brasileira. Todavia, são “esses sentimentos aristocráticos, introduzidos pelos primeiros aventureiros fidalgos”, segue o autor, “que, nesses remotos tempos, vêm ‘fazer a América’, torna o ambiente colonial o menos próprio à instituição da pequena propriedade e da pequena cultura” (VIANNA, 1933, p. 55). Nessa sociedade em constituição, Vianna aponta a emergência de uma nova classe que se cristalizaria por suas características psicológicas e econômicas: os latifundiários pastoreiros.

Vianna entende que,

No meio dessa população de proletários e nababos, há homens de pequenos cabedades, mas de temperamento ambicioso, que não se contentam com uma condição humilde e aspiram ingressar nos círculos dessa rigorosa aristocracia pouco numerosa dos senhores de engenho. São naturalmente ativos, enérgicos, organizadores, emergindo da massa informe da plebe colonial para

conquistar o seu lugar ao sol. Se nessa nova sociedade em embrião, só a posse da terra classifica, eles querem classificar-se. Para as fundações açucareiras faltam-lhes, porém, os meios suficientes. Daí apelarem para o latifúndio pastoril. (VIANNA, 1933, p. 63)

Contudo, para o autor, os criadores de animais foram fundamentais para a solidificação da sociedade colonial no Brasil. Pela facilidade de se construírem os chamados currais, fez-se uma veloz expansão dessa atividade por grande parte do território, “levando o povoamento às regiões mais profundas dos nossos sertões do sul e do norte” (VIANNA, 1933, p. 63). Vianna aponta que “na obra da colonização do nosso interior sertanejo não há agente mais poderoso e eficiente do que o pastoreio”, e entende que “ele é a vanguarda da nossa expansão agrícola. O curral precede a fazenda e o engenho”.

Nessa conjuntura descrita por Vianna, chamam atenção os reflexos que influenciaram a nossa tardia industrialização brasileira. O autor aponta que “já no IV século, em pleno período colonial os senhores de engenho ainda fabricavam quase tudo que necessitavam consumir”. Ele descreve que, “no período colonial, essa prodigiosa capacidade produtiva do grande domínio é ainda mais acentuada, dado o rudimentarismo do nosso primitivo aparelho comercial e industrial” (VIANNA, 1933, p. 69).

Nessa perspectiva de centros autônomos, que são os latifúndios, passa a existir uma complexa dinâmica social, “heterogênea, poderosamente estruturada”, que leva a uma espécie de atomização social nesse momento da vida do Estado brasileiro. O autor demonstra que:

Dada a sua extrema independência econômica, derivada, como vimos, do seu regime uniprodutivo, e dada a extraordinária extensão da sua base geográfica, essas pequenas sociedades rurais vivem quase sem nenhuma relação com as outras convizinhas, pois entre umas e outras medeiam distâncias de muitas léguas. De maneira que formam verdadeiros núcleos autônomos, tendo a sua economia própria, a sua vida própria, a sua organização própria: e dão à sociedade colonial um aspecto ganglionar e dispersivo, de extrema rarefação. (VIANNA, 1933, p. 72)

Nessa configuração, o autor destaca que, “na sua estrutura social, esses latifúndios possuem três classes perfeitamente distintas: a classe senhorial; a classe dos homens livres, reideiros de domínio; e a classe dos escravos, que são os operários rurais” (VIANNA, 1933, p. 72). Contudo, o autor classifica essa configuração social como um

clan fazendeiro.⁵⁰ Já no século XX, bastante desfigurado, “nos tempos da colonização, porém, sua estrutura é poderosíssima”.

Como ensina Vianna:

Toda essa multidão heterogênea está presa ao senhor do engenho pelo dever de fidelidade e obediência. Dele recebe em paga, a proteção e a defesa, não só contra o arbítrio das autoridades e a violência dos poderosos, como também contra os assaltos do gentio indomado ou do flibusteiro saqueador. (VIANNA, 1933, p. 72)

Para o pesquisador, esse recorte social tem forte influência no período colonial, e “é ele, sob a direção do grande senhor rural, que se constitui no centro dinâmico de toda a nossa história e nos dá a chave da sua interpretação” (VIANNA, 1933, p. 74). Enveredando por um prisma mais geopolítico, podemos entender a preocupação do autor com a questão da coesão nacional, já que Vianna mostra um cenário social em que aponta para forças centrífugas que impediriam a catalisação da nação e o fortalecimento do próprio Estado.

Os colonizadores brancos oriundos das penínsulas encontram na região da América do Sul uma forte hostilidade e um quadro de agudo antagonismo. Uma configuração de tribos selvagens nas quais, segundo Vianna, “um estado de guerra generalizado e contínuo se estabelece, de norte a sul do país, desde os primeiros dias da colonização”. Ele também destaca “a necessidade de organizar a defesa dos domínios” (VIANNA, 1933, p. 74).

Para o autor,

Os poderes públicos nessa época longínqua, não tem força suficiente para realizar, de maneira eficaz, esta defesa. Os domínios têm que se defender a si mesmos. Eles são obrigados a se organizar militarmente. Dentro de cada engenho, no interior de cada latifúndio, na solidão de cada fazenda criadora, vive, por isso, sob a chefia do senhor, um pequeno exército, perfeitamente organizado. (VIANNA, 1933, p. 76)

Sob a perspectiva conjuntural, a importância do valor da terra é fundamental para o enxerto do País no seu interior. É nesse sentido que Vianna destaca que os exércitos particulares dos engenhos foram essenciais na ocupação geoespacial do Brasil. Contudo, com relação a essas organizações marciais, o autor aponta que, “quando a pressão incoercível das circunstâncias econômicas a propela para o interior, ela está

⁵⁰ Nele se agregam, então, todos os serviços do domínio, todos os seus reideiros e mais as classes que habitam as pequenas Vilas, aldeias e povoações, disseminadas pelo interior: pequenos comerciantes de aldeia, os raros pequenos proprietários existentes, os oficiais de ofícios manuais, os chefes de pequenas indústrias urbanas e os pequenos funcionários da administração local (VIANNA, 1933, p. 73).

soberbamente adestrada para romper, pela força das armas, a massa hostil da burguesia exasperada” (VIANNA, 1933, p. 79).

Vianna destaca que “na sociedade colonial, o único meio de classificação social é a posse da terra, é a exploração de um grande domínio”, por isso essa “incoercível expansão da população colonial para o interior” (VIANNA, 1933, p. 80).

No que concerne à expansão do povoamento do País, Vianna destaca que “os primitivos núcleos coloniais localizam-se nas zonas das costas, na região da faixa agrícola ou para o interior, nas margens dos rios navegáveis que desaguam no oceano”. Além disso, ele mostra que, “desses núcleos primitivos, os da Bahia, Pernambuco e S. Paulo são os mais poderosamente dotados de energia colonizadora”. E demonstra que “no delimitar das suas respectivas áreas de expansão teremos delimitado toda a área do Brasil atual” (VIANNA, 1933, p. 100).

No que se refere à formação de uma nova elite administrativa empresarial e política no Brasil, porém, o autor entende que a produção do café e a produção do açúcar são empreitadas que exigem do administrador polidez e destreza singulares de recorte apurado. Dessa forma,

só prosperam, com efeito, na cultura cafezaes as naturezas solidamente dotadas de aptidões organizadoras, afeitas à direção de grandes massas operarias e à concepção de grandes planos de conjuntura. O tipo social dela emergente é, por isso, um tipo social superior, tanto no ponto de vista das suas aptidões para a vida privada, como no ponto de vista das suas aptidões para a vida pública. Daí formar-se, nas regiões onde essa cultura se faz a base fundamental da atividade econômica, uma elite de homens magnificamente providos de talentos políticos e capacidades administrativas.⁵¹ (VIANNA, 1933, p. 104)

O ponto nevrálgico para nossa pesquisa, portanto, é a contribuição de Oliveira Vianna em relação à formação anatômica⁵² de nossas instituições:

Com estes homens e com os que lhe fornecem os latifúndios açucareiros, distribuídos pela larga faixa agrícola da costa, é que o Império realiza e perfaz sua grande e admirável obra de unificação, organização e legalização do País, como veremos aos estudarmos a evolução das nossas instituições políticas. (VIANNA, 1933, p. 104)

Diante do fim do regime escravocrata, em 13 de maio de 1888, no entanto, ocorre mudança salutar na estrutura social e geográfica do País. Com o desmoronar dessa antiga estrutura que Vianna chama de aristocracia territorial, ocorre a migração dessa classe de aristocratas, agora baseados em territórios incultos pela falta do motor

⁵¹ Grifo do autor.

⁵² Como se constitui a forma das Instituições brasileiras.

energético humano do qual se utilizavam, ou seja, a mão de obra escrava. Essa classe se deslocou para as grandes capitais, buscando uma nova atividade produtiva na seara da indústria, no manusear das questões burocráticas e nas profissões liberais. Nesse sentido é que ocorre “a rápida formação de grandes centros urbanos durante o triênio republicano. Daí a importância das cidades e do seu espírito na compreensão da história do novo regime”.

No que tange aos estudos de cunho antropológico de Oliveira Vianna e suas análises em termos raciais da composição do povo brasileiro, entendemos que, apesar de serem igualmente minuciosos e interessantes, passaram a não ter mais pertinência. A composição racial brasileira foi classificada pelo próprio autor, a partir de determinado momento, como obsoleta no que tange ao reflexo que poderia ter causado na formal social do Brasil; isso diante de novas comprovações que surgiram por intermédio de novas pesquisas.

Ademais, como o próprio autor aponta, diante de contundente polêmica para com tais estudos erroneamente associados a ideias racistas, entendemos que, talvez em outra pesquisa, possamos adentrar por essa seara para clarificarmos de maneira mais detalhada essas questões. Porém o importante aqui é entender que essa fase do trabalho de Vianna não se conecta com a proposta de analisar o pensamento do principal autor que figura nesta pesquisa, Golbery do Couto e Silva.

É necessário analisar as ligações entre a configuração geográfica a partir da colonização e a configuração política que se desenvolve nesse território. Por isso, retomaremos algumas observações de Vianna a fim de estabelecer tais relações e confrontá-las com o pensamento de Couto e Silva.

Já desde os primórdios da colonização portuguesa, o Brasil se consolidou como um país continental. A configuração que se desenhava pelo Tratado de Tordesilhas cortava “a linha da costa brasileira, mais ou menos, na foz amazônica e daí, penetrando pelo interior, iria sair em ponto não muito distante da atual Laguna, no litoral catarinense” (VIANNA, 1933, p. 197), consolidando-se, dessa linha para cá, como “domínio português da América”. Nesse primeiro momento da formação geográfico-política brasileira, contudo, esse território não teve muita importância para os colonizadores europeus. Estando os portugueses muito mais encantados com as chamadas Índias, “o Brasil permanece esquecido da metrópole portuguesa” e “apenas algumas feitorias rudimentares se perdem, anônimas, em vários pontos da vasta costa despovoada” (VIANNA, 1933, p. 197).

Vianna aponta que a colonização brasileira pululava de forma polarizada entre o norte e o sul, destacando que “pequenos focos iniciais se constituem, entretanto, ao norte e ao sul, oriundos desse esforço preliminar de colonização”. Assim, buscava-se iluminar uma anatomia geográfica e política brasileira, ainda em sua preliminar formação. O autor destaca que

O habita variadíssimo, dentro do qual se realiza essa multiplicação dos nódulos da colonização inicial; as condições especiais que se opera essa multiplicação; as causas que lhe dão origem; os objetivos visados; fatores de isolamento e diferenciação, que surgem ulteriormente, reagindo sobre cada um desses nódulos e modificando-os na sua estrutura interna e nas suas condições de vida: tudo concorre para tornar esses núcleos de povoamento, não só dispersos e quase sem contato uns com os outros, ou de contato difícilimo ou intermitente, como profundamente diferenciados na sua composição étnica, nas suas bases econômicas, na sua organização social. (VIANNA, 1933, p. 198-199)

Pela perspectiva geopolítica destacada por Vianna, há um reflexo geográfico na configuração política do Estado brasileiro. Ele entende que parte daí “a dificuldade do problema político, proposto ao tino dos estadistas coloniais”. Então, para a formação política e administrativa do Brasil colonial, aponta que,

Trata-se de organizar um mecanismo de governo administrativo e de governo político, que seja mais adaptado e conveniente a esse conjunto incoerente e heteróclito de nódulos sociais, caracterizados pela sua extrema dispersão, pela crescente complexidade da sua estrutura íntima, pela diferenciação das suas bases geográficas e pela diversidade das pressões externas, a que estão submetidos. Esses fatores todos são levados em conta por aqueles políticos, quando se faz preciso compôr as várias peças do governo geral, como os pequenos aparelhos do governo local e regional. (VIANNA, 1933, p. 199)

Nesse contexto, o autor exemplifica seu pensamento em relação à realidade local que moldava as instituições políticas de acordo com essa anatomia específica. Todavia Vianna demonstra que:

O senso objetivo dos velhos estadistas coloniais mostra-se, neste ponto, na plenitude da sua eficiência. Há, de certo, muita trasladação injustificada de órgãos e peças do velho mecanismo do governo da metrópole para o novo meio americano. Há instituições sem razão de ser aqui, há aparelhos que não podem funcionar regularmente, pela discordância entre a sua finalidade e as condições específicas da nova sociedade a organizar; há peças do mecanismo administrativo, que invéz de regular e normalizar a marcha do núcleo a que se ajustam, a retardam, a embaraçam ou a desviam; outras funcionam como fatores de irritabilidade e dissociação dos pequenos organismos em formação; outras os comprimem em demasia e os afixciam, e são causas, ora de destruição de centros vivazes de vida colonial, ora de um estado permanente de instabilidade e desordem, que se faz germen de futuras e perigosas agitações. (VIANNA, 1933, p. 199-200)

Vianna demonstra que, mesmo diante dos inevitáveis erros na fase de transição de formato administrativo de cunho peninsular, para a realidade da geografia local, os

estadistas das colônias obtiveram sucesso em sua empreitada.⁵³ O autor entende que o modo pelo qual operaram “esse trabalho de adaptação e reajustamento” honrou, porém, sobremaneira o talento político e a capacidade organizadora dos estadistas coloniais.

Como descreve o autor, a administração do Brasil colônia nasce de forma centralizada. Ele destaca que “o mecanismo inicial do governo geral da colônia é extremamente simples. Há o ‘governador geral’, concentrando em suas mãos o ‘governo político’ e o ‘governo militar’ da colônia”. Contudo, com a própria dinâmica de crescimento da massa colonial, essa estrutura administrativa se ramifica em uma configuração certamente de teor mais complexo do que o que se consolidou inicialmente.

Interessante destacar que a gênese da colonização brasileira não ocorreu a partir de um ponto irradiador único. No Brasil colonial, “o primeiro elemento de diferenciação do organismo político-administrativo inicial é a dispersão mesma dos nódulos de povoamento”, depois, “a enormidade das distâncias que os separa e os perde na vastidão imensurável da terra”.

Segundo os estudos de Vianna,

Em vez de ter partido de um centro único, a colonização, como vimos, partiu de vários centros extremamente distantes uns dos outros, tendo cada qual a sua evolução autônoma própria. O problema da organização do governo dessa massa assim rarefeita e ganglionar, numa época em que os meios de inter-comunicação são os mais rudimentares, torna-se, pois, um problema político dos mais árdios e penosos para os homens de estado peninsulares. (VIANNA, 1933, p. 202)

Estaria na própria constituição geográfica do País o impulso para a formação política e administrativa do Estado. Para Vianna – como salienta nas linhas citadas –, essa formação caminha no sentido da centralização política e administrativa, por uma questão de coesão territorial. Couto e Silva, por sua vez, coloca em pauta sua ótica geopolítica em simbiose com a conjuntura política, econômica e social na qual atuou, por isso destacamos a centralização político-administrativa a partir de 1964 e, posteriormente, a descentralização político-administrativa do País, a partir de 1974.

Assim,

⁵³ Os erros iniciais, cometidos por eles na adaptação das velhas instituições peninsulares, são inevitáveis, considerando-se que esses homens trazem uma mentalidade formada num meio inteiramente diferente do meio em que vão exercer a sua ação organizadora, e que os problemas que os defrontam são inteiramente novos, contendo dados e equacionamento para eles absolutamente inéditos e mesmo imprevisíveis. Ademais, faltam a essa nova sociedade, já tão original na sua estrutura e fisionomia, as condições de relativa estabilidade, dentro das quais funcionam os órgãos da superestrutura política da metrópole; a extrema mobilidade e insensibilidade dos grupos, que a compõem, altera a simplicidade da organização administrativa inicial, e a distende, e a complica, e a diferencia, no sentido de um contínuo reajustamento às novas condições da sociedade e do meio (VIANNA, 1933, p. 200-201).

Os homens de estado portugueses procuram, como se vê, resolver os problemas da administração e da defesa militar da colônia, segundo um pensamento de centralização e unidade, de modo a manter unida e coesa essa vasta massa amorfa e ganglionar, que é a população colonial dos primeiros séculos. Contra essa pretensão levanta-se, porém, a fatalidade inexorável, que ainda hoje nos pesa e embaraça, da latitude excessiva do território, criando o problema das distancias insuperáveis e invencíveis. Eles são levados destarte, a abandonar o seu belo sonho de unidade política para realizarem, pela fragmentação do poder e da autoridade, uma melhor administração e uma melhor defesa dos núcleos coloniais. (VIANNA, 1933, p. 206)

Todavia, para destacarmos o conceito de “autoritarismo instrumental” aplicado ao pensamento de Oliveira Vianna, colocamos em pauta o artigo de Ricardo Silva, *Liberalismo e democracia na Sociologia Política de Oliveira Vianna* (2008). Nesse artigo crítico, o autor destaca sua interpretação sobre o pensamento Vianniano:

Em tal modelo de interpretação, as instituições do Estado autoritário idealizados e propostas pelo sociólogo fluminense são apresentadas como instrumentos (meios) adequados para a realização do liberalismo político e da democracia no Brasil. (SILVA, 2008)

Como já acentuado neste estudo, também Silva entende que, para Vianna, “uma vez atingidos seus verdadeiros fins liberais e democráticos, o caráter autoritário do Estado poderia ser questionado e abolido”. Nesse seguimento, Silva procura elucidar no pensamento de Oliveira Vianna, “o que se pode depreender a propósito da natureza da *forma* de Estado considera pelo autor como a mais apropriada à formação brasileira?”.

Para Silva, com relação aos estudos de Vianna,

as instituições do Estado autoritário, elaboradas e justificadas em diferentes momentos de sua obra, são compreendidas como ‘meios’ (ou meros ‘instrumentos’) para a realização de determinados fins; mais ainda: tais instrumentos teriam caráter transitório, devendo ser abandonados após a plena realização dos fins almejados. (SILVA, 2008, p. 240)

O artigo destaca os estudos de Wanderley Guilherme dos Santos⁵⁴ sobre três tipos de correntes de pensamento autoritário no Brasil na década de 1930. Para Santos, na corrente dos Integralistas, com seus argumentos éticos e naturalistas, também figuravam “o autoritarismo justificado por razões de ordem histórico-estrutural (Azevedo Amaral e Francisco Campos, por exemplo)” e numa terceira via entendia que o “sistema político autoritário” seria apenas um meio para se chegar ao fim. Ou seja, uma sociedade liberal.

Na definição de Santos, fica nítida a diferenciação dessas três correntes, e em qual delas se enquadra o pensamento de Oliveira Vianna.

⁵⁴ Foi um Cientista Político brasileiro que atuou na área das Ciências. Foi fundador do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Nasceu no Rio de Janeiro em 13 de outubro de 1933 e faleceu em 25 de outubro de 2019, também no Rio de Janeiro.

Apesar de todas as diferenças, os dois grupos acreditam que o autoritarismo não é uma situação transitória, devido a causas conjunturais. Ao contrário, quanto mais a sociedade progride, mais necessários se farão os regimes autoritários. E nisso, precisamente, reside a diferença entre eles e o grupo que denominei de autoritários instrumentais. (SANTOS *apud* SILVA, 2008, p. 241)

Desta forma, mesmo que na perspectiva de Santos de que o “autoritarismo instrumental” tenha sido utilizado desde a independência do País, “o pleno desenvolvimento da ‘linhagem’ do autoritarismo instrumental só se teria processado após a revolução de 1930, como resposta aos desafios econômicos, sociais, políticos e institucionais da década”. Tal pensamento, segundo Santos, já havia sido concebido “uma década antes, na obra de Oliveira Vianna”.

Segundo o artigo de Silva, para Vianna, não poderia ser possível um sistema liberal no Brasil, porque no País não haveria uma “sociedade liberal”, mas sim, uma sociedade “parental, clânica e autoritária”.

Assim, concluiria Oliveira Vianna, o Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal. Em outras palavras, seria necessário um sistema político autoritário para que se pudesse construir uma sociedade liberal. (SANTOS *apud* SILVA, 2008, p. 243)

Para Silva, seria possível apontar três pontos negativos de liberalismo constitucional para o fortalecimento do Estado no pensamento de Vianna. Para o autor, “o modelo liberal inviabilizaria a elaboração e implementação de uma política orgânica voltada para os interesses nacionais”. Segue o autor “permitindo, ainda, que a política do Executivo central permanecesse”, conclui Silva, “submisso aos interesses das mais poderosas oligarquias regionais”.

No pensamento de Vianna, “as funções legislativas, principalmente nos campos econômico e social”, deveriam se deslocar “dos parlamentos independentes para os conselhos técnicos encastelados no poder Executivo central”. E, dessa forma, “a obra legislativa nas nações modernas deveria estar condicionada, cada vez mais, aos imperativos da razão técnica, escapando assim”, segundo Vianna, “a intermináveis discussões parlamentares, caracterizadas pela indevida intromissão de políticos leigos nos assuntos sobre os quais caberia legislar”. Silva ainda aponta a denúncia de Vianna sobre “a incapacidade técnica das elites propriamente político-partidárias para realizarem a obra da administração e do governo” (VIANNA *apud* SILVA, 2008, p. 246).

Oliveira Vianna também apontava criticamente o sufrágio universal como modelo causador da “desorganização nacional” e como estimulante da “irracionalidade e a incapacidade política do povo brasileiro”. Desse modo, para Silva,

O núcleo da crítica de Oliveira Vianna ao liberalismo político reside em sua análise sociológica da cultura política do povo brasileiro. O “apoliticismo da plebe” seria o fator desconhecido pelos “idealistas utópicos” do constitucionalismo liberal. Faltaria aos nossos propagandistas de modelos constitucionais estrangeiros a consciência “objetiva” da estrutura e do processo de constituição do “povo-massa” no Brasil. Afirmando ter submetido o povo brasileiro a uma “análise objetiva”, conclui que este é incapaz de autogoverno. (SILVA, 2008, p. 247)

Todavia, fica em evidência frisar o afastamento de Vianna da teoria sociobiológica, atendo-se o autor à tese de que a formação social brasileira não teria experimentado “aquele ‘complexo cultural’ que se formou em certos povos europeus (especialmente nos anglo-saxões e, em menor medida, nos germânicos)”, e que, para o autor, “constituiu as condições sociológicas da democracia”, o que não teria ocorrido no Brasil. Dessa forma, Oliveira Vianna aponta, desde o princípio da vida colonial brasileira, para “uma população dispersa nos domínios rurais e inteiramente submissa aos senhores desses domínios, uma população ansiosa pela benevolência desses poderosos chefes de clã e inteiramente dependente de sua proteção” (SILVA, 2008, p. 249).

O autor se afasta então, do chamado “determinismo racial” e aponta para o “determinismo sociológico” como forma de explicar o “apoliticismo” do povo brasileiro. Assim, Vianna pôde consolidar sua tese de que, para o Brasil, estaria mais adequado para sua evolução como sociedade o modelo político de “autogoverno”. No que concerne ao conceito de “autoritarismo instrumental” utilizado por alguns intérpretes do autor, existe a prerrogativa de entender até que ponto as análises sociológicas de Oliveira Vianna não estariam contaminadas por sua direção ideológica.

Como destaca Silva,

A nosso ver, a dimensão ideológica do pensamento político de Oliveira Vianna explicita-se de modo enfático em suas reflexões sobre o Estado, mais especificamente, em suas concepções sobre a forma de Estado “adequada” à realidade brasileira. A riqueza e a densidade de seus ensaios sobre o diagnóstico das deficiências de nossas instituições políticas não são mais notáveis do que sua insistência na proposição de rumos para um processo de reforma institucional, destinado a corrigir tais deficiências. (SILVA, 2008, p. 249)

Destacando a influência do pensamento de Vianna sobre os estudos de Alberto Torres no que diz respeito à questão da ciência relacionada às análises sobre a sociedade brasileira, Oliveira Vianna entende que

Não queria o estudo da sociologia no sentido da ciência pura, de investigação desinteressada das leis da vida social – da investigação pela investigação; mas, sim, como base de orientação pragmática, como um processo de coleta de dados concretos, sobre os quais se deveria apoiar a solução objetiva e realística dos nossos problemas sociais. (VIANNA *apud* SILVA, 2008, p. 252)

Essa imparcialidade científica da sociedade brasileira tem, como destaca Silva, referência anti-weberiana,⁵⁵ a tendência de buscar “uma ciência social capaz de assegurar êxito nas opções entre alternativas práticas” que poderia, segundo Vianna, “ser interpretada como uma herança da Epistemologia naturalista e positivista, emergente no Brasil desde as últimas décadas do século XIX” (SILVA, 2008, p. 252).

Dessa maneira, para transformar seu pensamento em algo pragmático para o Brasil é que, segundo Silva, Vianna procurou “uma ação voltada para a resolução prática dos problemas de organização política do País, especialmente para consecução daquilo que o autor considerava a finalidade principal de seus estudos”. Ou seja, para Oliveira Vianna, seria necessária “uma concepção do Estado brasileiro, enquadrado dentro do Brasil” (VIANNA *apud* SILVA, 2008, p. 253).

Contudo, diante dessas premissas solidamente entendidas por uma ótica científica, para Vianna, o melhor modelo de Estado para o pleno desenvolvimento da sociedade brasileira deveria ser o Estado autoritário. Como aponta Silva,

O modelo do autoritarismo instrumental reconhece e destaca o fato iniludível de que o sistema político que emerge do programa de reformas de Oliveira Vianna é de caráter autoritário. No entanto, conforme já observamos, o modelo sugere que as instituições do Estado autoritário não constituem um fim em si mesmas. Seriam apenas *meios* – meios realistas, por suposto – destinados à criação uma *sociedade liberal*, após o que – e não antes ou ao mesmo tempo – o liberalismo político seria viável. (SILVA, 2008, p. 253)

A questão da condução do Estado por uma elite tecnocrata que abarca o trabalho de Golbery do Couto e Silva reafirma aqui sua influência direta do pensamento de Oliveira Vianna.

O que se supõe ser a meta do Estado autoritário, na ideologia de Oliveira Vianna, é exatamente a liberdade política, que culminaria no autogoverno dos cidadãos pelo exercício consciente e autônomo das liberdades políticas, inclusive da liberdade positiva do sufrágio. Supõe-se que o problema da efetivação da democracia resume-se a uma questão de controle de tempo e de

⁵⁵ Em seu artigo, Silva destaca a ótica de Weber com relação à “tentativa de justificação científica de determinadas posições práticas” (SILVA, 2008, p. 252).

etapas de um processo intencionalmente desencadeado pelas elites estatais. (SILVA, 2008, p. 253)

Sempre tendo em mente a questão da transitoriedade do Estado autoritário para, enfim, segundo o autor, depois de um fortalecimento institucional do País, que *se* pudesse chegar a uma sociedade de viés econômico Liberal e a uma forma de governo estritamente democrática. Como aponta Quatim de Moraes no artigo de Ricardo Silva:

O autoritarismo de Oliveira Vianna é concebido filosoficamente como um *pis-aller*: não representa um valor absoluto (...), mas um meio político para uma terapêutica social. O horizonte ideológico para o qual aponta esta terapêutica é democrático. (MORAES *apud* SILVA, 2008, p. 256)

Silva põe em relevo a concepção singular de Vianna com relação à democracia. Assim, “o ponto importante – e decisivo – a se destacar é que Oliveira Vianna realiza uma operação de desassociação entre democracia e liberalismo político, quando realiza o elogio da democracia ‘adequada’ à sociedade brasileira” (SILVA, 2008, p. 258). Para Silva, seria a “democracia corporativa” o melhor tipo de democracia na ótica de Vianna, na qual “ela nada tem em comum com o conteúdo presente nas diferentes elaborações do modelo democrático liberal”. Dessa forma, “na variante da democracia liberal caracterizada pelo ‘elitismo competitivo’, à maneira de Schumpeter (1984), ao menos fica resguardado o direito de sufrágio às grandes massas da população”. Contudo, quanto ao entender do conceito democrático para Vianna, a democracia “pode perfeitamente realizar-se sem eleições e mesmo sem eleitores” (VIANNA *apud* SILVA, 2008, p. 258).

Para Silva,

Na democracia de opinião pública organizada, almejada por Oliveira Vianna, o que deve estar bem representado é o interesse particular das diversas corporações profissionais. Organizar a opinião correspondente ao fortalecimento de sindicatos e associações profissionais representativos dos diversos setores de algum relevo na esfera econômica. Não se imagine, porém, que tal fortalecimento se reverta em autonomia das corporações diante do Estado, pois o próprio reconhecimento da existência das corporações ocorre no âmbito do Poder Executivo estatal. (SILVA, 2008, p. 253)

Para Oliveira Vianna, o aprimoramento técnico deveria ser o que lastrearia o agente estatal. Os “conselhos técnicos” representariam uma “ação estatal que teria uma dupla superioridade à política tradicional: por um lado, por ser concebido sem a interferência do ‘espírito de clã’ e do ‘faccionismo’ dos partidos políticos” que tanto denuncia Vianna em seus livros. E por outro lado, “os conselhos funcionariam como

uma espécie de ‘cérebro do Estado’ atuando em íntima associação com o Poder Executivo” (SILVA, 2008, 261). Portanto, “mais do que um instrumento do pensamento e da ação do Presidente da República, tais instituições são idealizadas”, segundo Silva, “como um quarto poder, com prerrogativas de intervenção, julgamento e veto sobre os demais poderes da República”.

Sobre os conselhos técnicos para Vianna:

O argumento era de que as transformações operadas nas sociedades contemporâneas, sobretudo as de natureza econômica, impunham, aos executores da política estatal, a necessidade de decisões mais ágeis e tecnicamente mais bem informadas. O princípio da separação e independência dos poderes teria o inconveniente de retardar o processo decisório, além de permitir que políticos facciosos e leigos em assuntos técnicos, abrigados nos Partidos Políticos e nas Câmaras, criassem obstáculos à ação desimpedida dos governos de fato, as elites do Poder Executivo. (SILVA, 2008, p. 261)

Assim, “todos os argumentos do autor a propósito da centralidade e da importância crescente dos conselhos técnicos confluem para a proposição de um amplo e poderoso Conselho Nacional para o Brasil” (SILVA, 2008, p. 263). Esse pensamento teve reflexo direto na concepção da nova Constituição de 1937, sob o Governo autoritário do Estado Novo de Getúlio Vargas na versão do Conselho da Economia Nacional, que não chegou efetivamente a ser posto em prática. Todavia, para operar esses conselhos, para Moraes, entrariam em cena as “elites sociologicamente iluminadas”. Ou, mesmo para Moraes, as “elites meritocrático-tecnocráticas”, que estariam a serviço de um “programa intelectual de reforma científica da sociedade brasileira” (MORAES *apud* SILVA, 2008, p. 265).

O fato é que, para Oliveira Vianna, “a autoridade da ciência social na direção da vida estatal” seria o caminho para salvar o Brasil. Ou, ainda, “sob a luz salvadora da sociologia, deveriam realizar-se as reformas institucionais de que tanto o País precisava”. Em verdade, “para intelectuais como Oliveira Vianna, a proposição de modelos institucionais não implica”, como bem apontou Lamounier, “exercício de imaginação política, mas [...] aplicação de capacidade técnico-científica. A tarefa científica da sociologia é produzir o diagnóstico que conduzirá à sócio-terapia tecnocrática” (LAMUNIER *apud* SILVA, 2008, p. 266).

Podemos concluir que estaria no “idealismo orgânico” de Vianna a chave que levaria “as elites estatais” a “reconhecer[em] que ‘o poder [...] tem de modificar ou suprimir qualquer elemento da ordem social’”, ou seja, “só poderá ser exercido ‘eficientemente dentro de certas condições – obedecendo às leis da ciência social; do

contrário o fracasso é certo” (VIANNA *apud* SILVA, 2008, p. 266). Isso é o que podemos notar no Brasil das últimas três décadas, pelo menos.

3. O PENSAMENTO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA

Para chegarmos ao centro do pensamento político-social de Golbery do Couto e Silva, recorreremos à análise de Oliveira Vianna sobre os momentos de centralização e descentralização político-administrativas do Brasil concebida em seu livro *Evolução do Povo Brasileiro* (1923). Golbery do Couto e Silva atuou como ator político em precisamente dois momentos dos governos militares no Brasil: a partir de 1964 e, posteriormente, a partir de 1974. A partir dessas experiências, procurou estudar e colocar em teoria a relação simbiótica entre fatos e conceitos teóricos relacionados à centralização política em 1964, com a tomada da direção administrativa do País por militares, e a descentralização, a partir de 1974, com a chamada “Abertura Política”, que desaguou na volta do País ao sistema democrático.

Couto e Silva realiza, em seu livro *Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo & a Geopolítica do Brasil* (1981), o mapeamento desses momentos de centralização e descentralização político-administrativa no Brasil desde 1500, com Tomé de Souza, dinâmica que se estendeu até 1964, quando ocorreu a intervenção militar no Brasil. O ápice de centralização política – ou clímax, como denomina o autor – desse período, ao que parece, ocorreu no governo do Marechal Artur da Costa e Silva, mais propriamente, com a decretação do chamado Ato Institucional nº 5 (AI-5), como instrumento jurídico dessa centralização político-administrativa ou mesmo jurídica.

Todavia, foi justamente a partir de 1974, com a posse de Ernesto Geisel como Presidente, e Golbery do Couto e Silva como Ministro-chefe da Casa Civil, que se iniciou o movimento de descentralização político-administrativa que procuraremos trazer à baila neste estudo. Como aponta o próprio Couto e Silva:

Cinco anos são passados e, sem dúvida, novo período de descentralização e abertura se oferece frente a nós. É que essa sucessão, ao que parece interminável, de fases de centralização e fases de descentralização desponta como característica sempre presente na evolução, não só do Brasil, mas de todos os Estados modernos, desde que se não lhe empreste a rigidez de um ritmo regular, seja na amplitude das oscilações, seja na duração de cada fase, antes se lhe reconheçam limites – pisos e tetos – definidos, embora também com frouxidão, por outros fatores, muitos deles nada mais que contingentes ou conjunturais. (COUTO E SILVA, 1981, p. 13)

Esse processo de descentralização viria a culminar na chamada *abertura política*, encaminhando o País de volta à democracia, que retornou em 1985, com a eleição de

um representante civil, Tancredo Neves, para a Presidência da República, mesmo que, ainda, de forma indireta.

Cabe destacar como Couto e Silva aplicou o pensamento de Oliveira Vianna, transformando-o em teoria⁵⁶. Assim, pretendemos entender como Golbery do Couto e Silva se utilizou da mudança de governo para promover a descentralização política no Brasil. Ou, como o próprio autor afirma, em outubro de 1954: “Na descentralização estará, pois, a salvação” (COUTO E SILVA, 1981, p. 19).

Na história mundial, a conjuntura se configurava em um momento tenso, sob a égide da Guerra Fria. Em 1951, Couto e Silva foi “promovido a tenente-coronel” e foi “para a seção de informações do EME”.⁵⁷ A partir de 1952, Couto e Silva seguiu para a Escola Superior de Guerra (ESG) e começou seus estudos sobre Segurança Nacional, iniciando suas palestras na ESG em 1953.

No que diz respeito ao aspecto filosófico do pensamento golberyano, Noeli destaca:

O núcleo basilar sobre o qual se estruturava a ideologia golberyana era justamente a insegurança do homem diante de um mundo que não compreendia e onde lutava para sobreviver – o “atordimento profundo do espírito humano ante o mundo complexo e insondável que o circunda e por vezes o sufoca e até mesmo o agride. (NOELI, 2005, p.2)

Esta angústia existencial talvez seja a gênese que tenha despertado no autor a plena convicção de que a forma mais estável de uma sociedade humana conviver harmonicamente não poderia ser outra que não abrigada na configuração de um Estado-Nação. Assim, diante de um agudo antagonismo no panorama internacional, sob os reflexos da chamada Guerra Fria e as ditaduras totalitárias que se espalhavam oriundas do oriente profundo – inclusive em termos de geopolítica, tema em que Couto e Silva teve forte influência de Oliveira Vianna – não poderia mesmo ser a natureza desse Estado para Couto e Silva, senão forte e centralizado.

A questão do Poder sempre foi de extrema relevância para Golbery do Couto e Silva. Costa afirma que:

El poder se expresa em las relaciones com la naturaleza por la capacidad del hombre de alterarla em beneficio de su designios. Em este caso, el poder deviene, como hemos dicho, del trabajo, o de la ciência, o de la información, o de los mismos seres racionales por su capacidad de influir em el comportamiento de los mismos. Em este caso como destaca COUTO E SILVA, el poder interectúa com la estratégia. (COSTA, 2005, p. 42)

⁵⁶ Chamamos de teoria a observação e a descrição dos movimentos ondulatórios dos quatro setores do Poder Nacional: político, econômico, psicossocial e militar.

⁵⁷ GASPARI (2004).

Couto e Silva afirma, em relação à definição de Estado, ponto que nos interessa, que:

Na realidade, a vida do Estado é multiforme, estendendo-lhe a ação promotora e inibitória ou coercitiva a campos vários e múltiplos setores, todos interdependentes de fato e que mal se enquadram em qualquer das costumeiras demarcações não mais que didáticas – campo político, econômico, psicossocial e militar por exemplo. (COUTO E SILVA, 1981, p. 15)

Ainda segundo Noeli, fica em relevo a tendência organicista⁵⁸ de Couto e Silva. Há de se apontar, então, que Golbery do Couto e Silva entendia a sociedade “como um organismo sujeito a leis que são idênticas ou análogas às que governam o funcionamento dos organismos biológicos”. Então, por essa linha de pensamento, “tudo que contribui para o desenvolvimento e sobrevivência do organismo (sociedade) é visto como natural e positivo.” E “Tudo que perturba seu desenvolvimento ou ameaça sua sobrevivência é visto como patológico, alheio e antinatural” (NOELI, 1996, p. 9).

No texto *O Homem, Criador de Mundos*⁵⁹, Couto e Silva se preocupa em pôr em movimento um processo de ação no qual projetasse o País, não só a sair do seu atraso econômico (e, por que não, cultural) de País semiperiférico, como também de dar ao Brasil destaque no cenário internacional. Nesse contexto, como o próprio autor aponta, “De Goethe nos ficaria o aforismo célebre: ‘No começo – a ação’”.

Em seus estudos, Golbery do Couto e Silva entende que o ponto de início para uma atuação estratégica segura seria, antes de tudo, conhecer a sólida realidade na qual deveria agir. Todavia, essa realidade, invariavelmente, já se configura sob o signo da guerra. É dessa pressão sofrida na realidade que se constitui o mundo do autor, que entende o fenômeno da guerra como motor do processo evolutivo da humanidade:

A segurança nacional exige um planejamento específico e este será, com toda certeza, uma verdadeira escola da técnica a aplicar mais tarde quando entrarmos confiantes e resolutos na era da planificação geral, racionalizando por fim as atividades do Estado e coordenando sabiamente, sem quebra dos princípios democráticos, as iniciativas públicas e privadas. Mais uma vez, a guerra, por si mesma ou pela perspectiva de sua ocorrência, determinará a apuração decisiva de uma técnica nova para o progresso da humanidade. Quem lhe negue esse extraordinário papel, aparentemente paradoxal, que leia as páginas eruditas de Lewis Mumford. (COUTO E SILVA, 2003, P. 314)

Todavia, usando a literatura de Miguel de Cervantes, e aplicando sua analogia, viva em seus dois eternos personagens Don Quixote de La Mancha e Sancho Pança, Golbery do Couto e Silva começa a ajustar sua lente ao mais próximo possível dessa tal

⁵⁸ Ao que tudo indica, neste momento do trabalho de Couto e Silva, organicismo durkheimiano.

⁵⁹ Livro Planejamento Estratégico. Introdução 1.1 – O Homem Criador de Mundos. P. 11- 16.

realidade inconcebível. Desta forma, destacando a ótica de mundo de Don Alonso Quijano, Couto e Silva entende que:

A perturbação paranoica que lhe incendiava de visões fantásticas o pobre cérebro enfermo e o impulsionava à bravura e ao devotamento, mais extraordinário ainda porque sem fundamento algum na realidade banal que os olhos rudes de Sancho testemunhariam fiéis, é bem, afinal, uma imagem, apenas ampliada em escala rabelaisiana, do aturdimento profundo do espírito humano ante o mundo complexo e insondável que o circunda e por vezes o sufoca e até mesmo o agride. (COUTO E SILVA, 2003, p. 300)

Contudo, apontando a subjetividade latente, sobre a interpretação individual de uma realidade coletiva Golbery do Couto e Silva indica que:

Don Alonso Quijano, na exaltação incontida de seus sonhos generosos, que a leitura e a evocação cotidianas dos legendários feitos de um Armadis ou dum Lancelot fariam germinar em sua mente aquecida ao sol peninsular, criara para si mesmo um mundo todo seu, desafiando a realidade prosaica dos tempos que corriam, e nesse mundo colorido de castelões poderosos e prepotentes, de luzidos homens d'armas, de formosas damas sequestradas e filtros infalíveis de amor, de gigantes e fadas, de sortilégios e bruxedos, passou desde logo a agir e a agir afirmativamente, a despeito dos desenganados cruéis e superiores a todas as galhofas, com aquela mesma grandeza d'alma, tão serena como estóica, que animara, em eras passadas, os bizarros cavaleiros andantes da Honra, da Justiça e da Fé. (COUTO E SILVA, 2003, p. 300)

Para concluir que:

Embora! O conflito frontal entre dois mundos irreconciliáveis – o mundo ideal de Quijano e o mundo realista de Sancho – transmutaria brutal o vulto impávido do herói, apesar de toda a positividade de sua atuação voluntariosa, numa simples silhueta gesticulante em meio à paisagem calcinada e hostil. (COUTO E SILVA, 2003, p. 300)

Desta forma, Couto e Silva denuncia a tendência da humanidade, desde seus primeiros passos, a criar sua própria realidade personalizada; apenas um sutil espectro da realidade total em vigor. Todavia, Golbery do Couto e Silva indaga que “não se poderia mesmo interpretar toda a história da cultura da humanidade como um suceder caleidoscópico desses mundos-modelos que, em cada época, traduzem a perspectiva sempre cambiante do Mundo aos olhos sempre cambiantes do Homem?” (COUTO E SILVA, 2003).

Nessa epopeia de Couto e Silva rumo a mais concreta realidade, o autor destaca a visão de mundo, ainda na infante ingenuidade dos grupos humanos primitivos, envoltos por um mundo mágico. Orientados pelo misticismo cego, “regido pelo código rigoroso de seus tabus incontestáveis e povoado de símbolos totêmicos” (COUTO E SILVA, 2003).

E ainda, uma ótica de mundo mais inflexível, orientada pela racionalidade austera e pelo vigor eterno das leis, “retratado na construção lógica aparentemente impecável da geometria euclidiana e sublimado nas equilibradas linhas arquitetônicas de um Parthenon ou no impulso ascensional de um Nikê da Samotrácia”; assim se configurava “o modelo helênico...”. Mais adiante nos passos da história, Couto e Silva descreveria toda a ordenação, ainda com reflexos místicos, durante um sono “longo e colorido”, medieval, “à sombra protetora e amiga das acolhedoras abadias românticas ou das catedrais góticas”, onde se encastelava a confiante “alma contemplativa da Cristandade...” (COUTO E SILVA, 2003)

A partir da reforma protestante e da revolucionária renascença, Golbery do Couto e Silva aponta para “o modelo meio-planglossiano”, que se firmaria ao mundo ocidental, definindo posteriormente, frente ao ortodoxo e até mesmo nivelador cientificismo que:

ao contato de uma euforia enganadora como a que sustentaria o otimismo robusto de toda era vitoriana – modelo simbólico de uma cultura intoxicada pelas seduções estonteantes da Liberdade, confiante nas virtudes excelsas de um individualismo sem regras, e animada de uma fé estranha no poder ilimitado da razão e a dilatar vertiginosamente o campo positivo da ciência e da técnica; (COUTO E SILVA, 2003, p. 301)

E por fim, o que Couto e Silva chama de “o modelo pessimista”. Para o autor, a forma de interpretação de mundo que passa a vigorar no momento em que concebe seu texto. Desse ponto, observa “uma civilização talvez já ferida de morte, assustada e perplexa ante o espetáculo histórico desta quadra agônica em que vivemos verdadeiras tempestades de impulsos inconscientes e bárbaros...” que em fins imediatos venha a “sacudir, galvanizar, a revolucionar as massas ainda embrutecidas e mal despertas agora de seu sono milenar” (couto e silva, 2003).

Para o autor, a realidade de cada época, poderia ser entendida como o que “todos tacitamente admitem, sem mesmo disso se dar conta, do que pelas ideias e mitos, pelas doutrinas, pelas teorias”, apontando para uma sucessão de visões de mundo, conduzidas por um mecanismo dialético de movimentação:

A oposição hegeliana entre a tese e a antítese, quando de fato se define, não só prenuncia dialeticamente a síntese inevitável, mas parece também traduzir, no fundo, a existência real de um consenso de base do qual esta surgirá, sem o que, até mesmo aquela oposição não chegaria sequer a poder manifestar-se, quanto mais a adquirir uma autonomia propulsora. Todo conflito pressupõe, assim, uma semelhança entre contrários, tanto quanto, no justo pensar de Heráclito, é o verdadeiro demiurgo da realidade mutável de nosso eterno devir. E é nesse sentido, muito mais amplo e também mais ortodoxo, que se devem entender as palavras profundas do pensador solitário de Éfeso: “A guerra é a mãe de todas as coisas. (COUTO E SILVA, 2003, P. 304)

E seria desse entendimento das concepções de realidade analisado por Couto e Silva, que o autor aponta a sua própria realidade e o momento em que começa a elaborar suas estratégias de ação no plano material. Golbery do Couto e Silva destaca nesse cenário de nascimento de um mundo novo, o fenômeno da globalização mais veloz, como aponta o próprio autor:

Aos poucos vão sendo, por outro lado, demolidas as barreiras isolacionistas de toda espécie, que compartimentam ainda a grande fraternidade humana – as distancias físicas e as distancias sociais, os obstáculos naturais e os estereótipos disjuntivos, os preconceitos de raça, de cultura, de nacionalidade e riqueza, o artificialismo, dia a dia acrescida, dos novos meios de comunicação adaptados à ductilidade e à fluidez das massas, pelo poder do mimetismo nunca de todo reprimível e pela mobilidade social acelerada segundo ambas as dimensões, a horizontal e a vertical, da estratificação da sociedade moderna. (COUTO E SILVA, 2003, p. 305)

E dessa dinâmica de interação cada vez mais próxima entre todos os níveis de convívio humano, nasce obrigatoriamente um nivelamento mais acirrado entre a humanidade; onde, segundo a visão golberyana, poderia se vislumbrar “uma perspectiva ecumênica... uma consciência verdadeiramente mundial” (COUTO E SILVA, 2003).

De tal maneira, Couto e Silva se ampara no pensamento de Mannheim⁶⁰. Diante do que chama de “maior conflito ideológico que agita e acabrunha toda a humanidade” onde “se manifesta, sobretudo, na definição das atribuições e responsabilidades do Estado”, por um lado, sendo antagonizado pela “crença ainda num providencialismo oculto que saberia, misteriosamente e automaticamente, resolver todas as dificuldades e compor todos os desajustamentos, numa sociedade complexa tão paradoxal” levaria a sociedade a um estado de anomia, como define Couto e Silva mais adiante.

No que concerne à intervenção estatal, Couto e Silva vai ainda mais fundo:

Enquanto que, do outro lado, proclama-se o intervencionismo estatal polimorfo e prepotente como único meio de alcançar a justiça social e, pois, a liberdade e a igualdade integrais, admitindo-se a onisciência e a incorruptibilidade como qualidades incontestes de uma minoria fanatizada a dirigir, pelo terror, uma burocracia paralítica e temerosa, exploram-se todas as armas da propaganda e recorre-se a todos os processos de compulsão para amoldar rigorosamente a vontade individual e a consciência do povo aos cânones traçados pela decisão todo poderosa de líderes carismáticos e sua banda de protegidos, estabelece-se uma economia rigidamente dirigida, multiplicando-se os órgãos estatais de controle, arruinando-se as empresas privadas pela nacionalização dos meios de produção, sufocando-se inteiramente a iniciativa privada e erigindo-se o sistema do monopólio generalizado do Estado, e, no campo internacional, reafirma-se a supremacia do poder como critério final da justiça e do direito, desencadeando-se a

⁶⁰ Karl Mannheim foi um Sociólogo judeu, nascido em Budapeste em 27 de março de 1893 e morto em Londres em 9 de janeiro de 1947.

guerra fria sub-reptícia e sistemática, para enfraquecer e desmoralizar os adversários até que o novo balanço de todas as forças em presença recomende o recurso à guerra cruenta e decisiva, como meio seguro de alcançar, com a vitória, a dominação (COUTO E SILVA, 2003, p. 307-308)

Nessa pincelada de antagonismos ideológicos, Golbery do Couto e Silva entende dois modelos de Estado em conflito. De um lado, um liberalismo apático e impotente, amparado por uma crença intervencionista de origem metafísica, frente às convulsões sociais que se desencadeavam em seu tempo. Tendo como contrapondo, ditaduras socialistas, se afirmando pelo terror e pela força estatal em clamor das injustiças sociais, da miséria e da ignorância. Como destaca Couto e Silva: “de um lado, a negação do planejamento estatal; do outro, a tirania do planejamento pelo Estado”.

Todavia, entendendo que o planejamento estatal é de imperiosa necessidade para a salvaguarda – principalmente diante da conjuntura internacional de agudo antagonismo no contexto da Guerra Fria – do Estado-nação, e mais especificamente da sociedade na qual habita, Golbery do Couto e Silva demonstra que:

o pensamento e a ação do homem terão necessariamente de envolver uma unidimensionalidade estreita e ineficaz para formulas bem mais amplas que integrem solidariamente o econômico, o político, e o psicossocial, sem olvidar os aspectos militares de relevância particular nesta época tumultuária e agressiva das relações internacionais. (COUTO E SILVA, 1981, p. 20)

Contudo, Couto e Silva aponta sua concepção de Estado, não apenas com foco único nos fatores econômicos; entende que a interconexão do que se possa entender como as quatro expressões do Poder Nacional,⁶¹ seria de salutar importância para plena eficiência de um Estado bem estruturado e porque não dizer, planejado. Todavia, o autor destaca que o pensamento econômico autossuficiente, seria inócuo porque:

os modelos ultra-simplificados que constrói, serão sem dúvida insuficientes para conduzir a ação num mundo, em que a atividade econômica é sempre condicionada e muitas vezes motivada, em verdade, por fatores estranhos de natureza política, psicossocial, ou militar. (COUTO E SILVA, 1981, p. 20)

Desta concepção de Estado que Golbery do Couto e Silva nos apresenta, trazemos novamente – agora mais clarificado pelo autor – o que se pôde extrair dos estudos de Mannheim sobre a ineficácia do pensamento linear aplicado a organização da sociedade que se abarque sob a égide de um Estado-nação:

Cada vez mais, nesse mundo complexo com que nos defrontamos, para alcançar quaisquer objetivos de monta, é preciso atuar em larga frente, em ações coordenadas a processarem-se nos vários campos abertos às nossas

⁶¹ Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de Homens e Meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional. (MANUAL ESG, 2014, p. 35)

possibilidades de interferência. Daí a proposta de transformação da mentalidade do homem que Mannheim nos apresenta, discutindo a inadequação atual o pensamento linear, mesmo sob a forma superior de uma corrente circular de causalidade, e apresentando, como tipo evoluído e único compatível com a sociedade moderna, o pensamento planejado, exercendo-se em meio a uma estrutura multidimensional de fatos, desde uma posição dominante, verdadeiramente estratégica. (COUTO E SILVA, 1981, p. 21)

Golbery do Couto e Silva aposta no equilíbrio entre os dois modelos de Estado que vem desmistificando até o momento; desta maneira, nos clarifica que diante do “temor, reagindo ante o intervencionismo do Estado pode levar à anomia, esta outra atitude oposta pressupõe, na verdade, o totalitarismo sem freios”. Então, o equilíbrio para o autor seria, o Estado planejado, mostrando que, ao que parece, essa seria uma configuração de Estado nascida de uma natureza concebida por um movimento dialético entre um Liberalismo anímico e um Totalitarismo despótico e genocida.

Como elucidava Couto e Silva:

Anomia ou totalitarismo – eis aí o dilema que se oferece à sociedade de nossos dias, se não formos capazes de formular, em termos precisos e seguros, um planejamento democrático que, como síntese feliz daquela oposição dialética, abra uma nova era para a história da humanidade, a era do planejamento, de liberdade e de justiça – eficácia e pleno rendimento para as atividades humanas, ampla e livre expansão à personalidade individual consciente de seus deveres sociais, reconhecimento do direito de todos ao gozo real das quatro liberdades que Roosevelt soube anunciar à humanidade como radioso evangelho dos novos tempos. (COUTO E SILVA, 1981, p. 21-22)

Seria nessa premissa que o general Golbery do Couto e Silva entenderia essa tal “realidade indecifrável”. E sob esse espectro de dois mundos ameaçadores, seja pela inoperância de um Liberalismo moribundo que não supriria suas demandas sociais como Elite capaz de dirigir uma Nação subdesenvolvida, em uma conjuntura de ameaças externas agudamente perigosas para as liberdades mais simples do cidadão brasileiro; ou como dito, a ameaça mordaz de um totalitarismo opressor, de Estado policial assassino que se espriava perigosamente pelo globo, no contexto ressaltado nesse momento de redação do autor.

De tal forma, como militar e já atuando como ator político – aqui mencionado – foi que Golbery do Couto e Silva estudou e concebeu as bases de um pensamento voltado à Segurança Nacional e a um maior aprofundamento, no sentido de um planejamento governamental. E nessa perspectiva que povoava a mente dos mais destacados pensadores daquela década (1950), é que Couto e Silva se preocupava por encontrar um caminho que pudesse direcionar ao mais rápido possível, o

desenvolvimento do Estado brasileiro; sem dúvidas através de uma veloz industrialização, frente ao escasso subdesenvolvimento industrial por qual agonizava o País. Golbery do Couto e Silva se perguntava:

Deixemos, porém, em suspenso as conclusões desse debate que hoje em dia se vem travando com ardor cada vez mais acrescido e não indaguemos sequer se, para os países subdesenvolvidos como o nosso, a braços com dificuldades de toda ordem para sair do círculo vicioso da produção estrangulada por falta de equipamentos de base e da carência de capitais para novas inversões pela própria insuficiência da produção – a pobreza econômica perpetuando a pobreza, como assinala Nurske – será possível desencadear o tão almejado processo auto-acelerador do desenvolvimento, sem recorrer a um planejamento racional sob a égide do Estado, que coordene, dentro de rigorosa prioridade na ampliação de recursos escassos, tanto as atividades de caráter propriamente econômico, como as que se devam levar a efeito, paralelamente, no campo da política, da educação e da saúde pública, da assistência social e da defesa do país? (COUTO E SILVA, 1981, p. 22)

Diante dessa fragilidade econômica e estrutural que destaca o autor, e já tendo em conta que a chamada Segurança Nacional, representada pelas quatro expressões do Poder Nacional em: política, econômica; psicossocial e militar. Necessariamente interconectadas para que se desenhe harmonicamente, um Poder Nacional potente e coeso; Golbery do Couto e Silva se prepara para a guerra eminente:

Limitemo-nos, pois, ao âmbito mais restrito da política de segurança nacional, aquela já tantas vezes definida como visando a salva-guardar a consecução dos objetivos vitais permanentes da Nação, contra quaisquer antagonismos tanto externos como internos, de modo a evitar a guerra se possível for e empreende-la, caso necessário, com as maiores probabilidades de êxito. (COUTO E SILVA, 1981, p. 22)

Contudo, Couto e Silva entende esse processo, como preferível “em mãos dos delegados da vontade do povo”. Condenando as distorções, em termos de cenários que desenhariam em tons expressionistas, ameaças externas que em real análise, se configurariam como distorcidamente apresentadas. Desta forma, denunciava que “A guerra sempre serviu de justificativa à ditadura, desde os tempos de Roma antiga. E o napoleonismo é da própria dinâmica dos processos revolucionários profundos”. Por meio dessa afirmação, mais uma vez, denuncia as ditaduras orientais (COUTO E SILVA, 1981, p. 23).

Golbery do Couto e Silva destacava que “ao impor ao mísero povo russo nova carga tremenda de privações e de provações, desde a fome ao terror, desde as masmorras da Lubianca aos campos de concentração da Sibéria”, o compacto partido bolchevista da tomada do Estado de 1917:

batizaria realisticamente o novo regime instituído de “comunismo de guerra”; e ainda hoje o espectro inventado de um cerco imperialista preparado com

vistas ao desencadeamento do massacre que serve de esteio à segregação das cortinas de aço e ao conformismo imposto como camisa de força a uma vasta constelação tão variegada de povos. E não vemos surgir, no palco ventilado da maior e mais sólida democracia do mundo, um complexo maligno de medo, de desconfiança, de vigilância redobrada, de mórbidas suspeições, responsável sem dúvida pelo estranho fenômeno do mccarthyismo turbulento e agressivo? (COUTO E SILVA, 1981, p. 23)

Todavia, delineando a voraz dinâmica da Guerra Fria nas relações internacionais, em termos de “toda a crueza despótica da política de poder”, é que Couto e Silva reconhece o estado de emergência e gravidade por qual despontava a conjuntura em que estava inserido; desta forma, para o autor, o Planejamento da Segurança Nacional, seria fundamental para a “garantia da liberdade do povo e na certeza de que poderá ele livremente eleger o estilo de vida que mais o seduzir”.

Porém, em se tratando de um Estado subdesenvolvido como o Brasil, Golbery do Couto e Silva assinalava a necessidade, desse tão necessário Planejamento, no qual envolveria características peculiares que deveriam ser necessariamente levadas responsabilmente em consideração.

Couto e Silva entendia que:

As relações entre os Estados se expressam hoje, com clareza nunca igualada antes, em múltiplas equações dimensionais de poder e o Poder é, por si mesmo, como todos sabemos, um complexo que largamente extravasa do âmbito restrito das forças armadas para o campo psicossocial, o político, e, sobretudo, o econômico nesta fase histórica de alta mecanização e tecnicidade da guerra. (COUTO E SILVA, 1981, p. 24)

E pondo um peso preponderante no campo econômico para o devido fortalecimento do Poder do Estado, o autor entende que:

a maior, vulnerabilidade das nações daquela categoria reside na fraca acumulação de poder efetivo de que podem dispor, limitadas suas potencialidades estratégicas, principalmente, pelos mesmos fatores estruturais ou conjunturais, tanto endógenos como exógenos, que lhe tem tolhido o ritmo ascensional indispensável para que atinjam afinal a maturidade do pleno desenvolvimento econômico. (COUTO E SILVA, 1981, p. 24)

Contudo, Golbery do Couto e Silva demonstra que, o planejamento da Segurança Nacional em países subdesenvolvidos como o Brasil daquela quadra, necessitariam invariavelmente de uma aceleração no ritmo de seu crescimento econômico, estando o desenvolvimento dos outros campos do Poder Nacional, em consonância com tal dinâmica. E fica delineado no trabalho do autor que, para o Brasil, o maior entrave em dada conjuntura seria a questão estrutural do País; para Couto e Silva, “o que mais está a Segurança Nacional a exigir, num país do tipo do nosso, é sobretudo a ampliação de

nossa infra-estrutura econômica”, e ademais “a redução dos pontos de estrangulamento” da economia nacional, seriam de imperiosa necessidade para um programa eficaz de “desenvolvimento econômico-social”.

Por tanto, Golbery do Couto e Silva, aqui fica mais clarificado ainda, é um ferrenho adepto do planeamento estatal como forma de desenvolvimento de um país, e ainda, fica em destaque a ótica democrática do autor para essa nova perspectiva de planeamento.

[...] o planeamento é de fato o único método de conduzir com eficiência a política de uma nação, o caminho único para a libertação do empirismo e do regime de improvisações dispendiosas e muitas vezes desonestas, o meio seguro de coordenar vontades e congregar esforços na consecução de elevados propósitos comuns. Ademais, aprenderemos a fazê-lo dentro dos moldes democráticos, sem o recurso nem a coação nem ao embuste, mas pelo simples e equilibrado jogo de incentivos de toda ordem [...]. (COUTO E SILVA, 1981, p. 25)

Desta maneira, Couto e Silva prossegue seu planeamento estatal, em destaque no seu livro *Planejamento Estratégico* (1981), de forma bem mais técnica e profunda. Chamando atenção para a simbiose entre as dinâmicas endógenas dos Estados modernos e a conjuntura, sempre cambiante das relações internacionais; palco no qual os Estados interagem ou mesmo antagonizam-se em cruentos confrontos físicos, ou para ser mais pragmático, nos campos político; econômico e também psicossocial. Porém, Couto e Silva demonstra que para iniciar o planeamento da Segurança Nacional, é preciso usar o método das aproximações sucessivas.

O planeamento da Segurança Nacional obedece necessariamente a um processo contínuo de aproximações sucessivas e de frequentes reajustamentos. Nem poderia deixar de assim ser, uma vez que a Conjuntura, tanto nacional como sobretudo internacional, está sempre em continuada evolução e sobre ela só podemos exercer um grau muito relativo de domínio ou controle. O conhecimento a respeito dela é e será sempre mais ou menos imperfeito, devendo os planejadores basear-se, portanto, em estatísticas e informações nem completas nem muito menos indiscutíveis, suplementadas forçosamente por estimativas e avaliações que acarretam, mormente quando se referem a projeções ou previsões sobre o futuro, uma irreduzível margem de erro. (COUTO E SILVA, 1981, p. 27)

Desta forma, Golbery do Couto e Silva destaca dois elementos conceituais básicos, que se apresentam para a confecção em termos técnicos e metodológicos para o planeamento da Segurança Nacional. Para se ter uma dinâmica de fortalecimento do que o autor chama de Potencial Nacional, Golbery do Couto e Silva destaca os chamados, ONP e os ONA. Ou seja, os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP)⁶² e os

⁶² Os Objetivos Nacionais Permanentes nada mais são que a tradução dos interesses e aspirações do grupo nacional, tendo em vista a sua própria sobrevivência como grupo, isto é, asseguradas as três condições

Objetivos Nacionais Atuais (ONA).⁶³ Portanto, para um ponto de partida, Couto e Silva se baseia também, no chamado Conceito Estratégico Nacional (CEN).

Segundo Golbery do Couto e Silva:

De fato, os Objetivos Nacionais Permanentes, pedra fundamental de toda a construção, repousam apenas em uma análise interpretativa dos interesses e aspirações nacionais, mais ou menos conscientes, mais ou menos inarticuladas e por vezes ainda informes, que motivam, em dada época histórica, toda manifestação de um povo como Nação. Tais objetivos se radicam no amplo campo da Política, arte do estadista – são, pois, *objetivos políticos lato sensu*. (COUTO E SILVA, 1981, p. 28)

Em outra perspectiva, para os Objetivos Nacionais Atuais (ONA) Golbery do Couto e Silva entende que esses:

referem-se exclusivamente aos antagonismos que se identificam, seja no campo interno, seja no campo internacional, contrários à desejada consecução daqueles Objetivos Nacionais Permanentes. Fundamentam-se, pois, numa Avaliação Estratégica de Conjuntura, a qual, à luz dos próprios Objetivos Permanentes, põe em foco tais antagonismos, a natureza e o valor das pressões dominantes através das quais eles já se manifestem (pressões atuais) ou possam vir a manifestar-se em futuro não muito remoto (pressões potenciais). Os Objetivos Nacionais Atuais, pertencem, assim, ao campo mais restrito da Política de Segurança Nacional, caracterizado este pela existência de antagonismos e de pressões adversas – são *objetivos estratégicos*. (COUTO E SILVA, 1981, p. 29)

É neste ponto que Golbery do Couto e Silva se mostra preocupado com agressões de origem externa. Entende o autor que, mesmo os Estados fracos, que imaginam estarem fora do escopo de atuação das grandes nações que poderiam estar em antagonismo no Sistema Internacional, não estariam esses, livres de “agressores sempre dispostos a explorá-los em seu benefício próprio”.⁶⁴ Golbery do Couto e Silva ainda alerta para a mutação na atmosfera social endógena nos casos em que um país estivesse formalmente em guerra.

Por outro lado, mesmo em tempo de paz se diferencia do estado de guerra por um sem número de características inconfundíveis, desde a atmosfera geral da vida nacional e o espírito que anima o povo, até a possibilidade aberta, no último caso, ao Estado de ampliar medidas especiais de controle, de polícia,

básicas de autodeterminação, integração crescente e prosperidade, dentro do quadro espacial seja imposto pela tradição histórica, seja requerido por condições julgadas essenciais àquela mesma sobrevivência. (COUTO E SILVA, p. 60)

⁶³ Os ONA são objetivos de natureza nitidamente estratégica que resultam da reação da Conjuntura, tal como sintetizada e avaliada nas Premissas Básicas (pressões contrárias dominantes e valor do Potencial Nacional), sobre os próprios Objetivos Nacionais Permanentes. (COUTO E SILVA, p. 65)

⁶⁴ Já pertence a também à história a era do expansionismo europeu, tanto ocidental como eslavo, otimista e descuidado, que canalizava para plagas longínquas – a Índia fabulosa, o Extremo Oriente a África negra – as ambições e a agressividade das Grandes Potências imperialistas, acordes todas afinal em se repartir o mundo, mediante obscuras guerras coloniais de reduzido custo e cujo noticiário, apenas colorido e exótico, não chegava a perturbar a tranquilidade das consciências nas metrópoles enriquecidas. (COUTO E SILVA, p. 30)

de intervenção no domínio econômico que se não tolerariam, de forma alguma, na paz. (COUTO E SILVA, 1981, p. 36)

E como que profeticamente, apontando hipóteses que poderiam ocorrer em casos de guerra, Golbery do Couto e Silva destaca que “entre os antagonismos a considerar no Conceito Estratégico Nacional, não há por que excluir aqueles motivados pelo descontentamento ativo de grupos dissidentes internos”, sempre que esses descontentamentos vierem a se tornar ameaças aos anseios da Nação; ou como ele mesmo escreve: “desde que daí resultem, ou vir a resultar nítidas pressões desfavoráveis à consecução de reconhecidos Objetivos Nacionais Permanentes” (COUTO E SILVA, 1981).

Contudo, mais uma vez exalando características democráticas, o autor entende que, ficaria excluída dessa dinâmica, “a oposição a partidos políticos minoritários, excedendo-se nos regimes democráticos dentro de normas legais amplamente admitidas e benéficas mesmo a vitalidade e eficácia do sistema institucional”.

Porém, quando se trata de grupos que ameacem a soberania do Estado, Golbery do Couto e Silva é implacável:

Ao contrário, cabe incluir os antagonismos ligados à atuação de grupos importantes, tanto ilegais como aparentemente legítimos, que revolucionariamente se proponham a mudanças do regime – os partidos comunistas nas democracias de hoje, por exemplo, tanto quanto uma organização clandestina de ideologia democrática no Estado soviético – o irredentismo de minorias linguísticas ou étnicas, as aspirações separatistas de certas províncias, a autodeterminação almejada por populações coloniais. (COUTO E SILVA, 1981, p. 37)

E diante de uma longa lista de hipóteses de guerra que Golbery do Couto e Silva apresenta no seu *Planejamento Estratégico*, é mister destacar mais uma gama que o autor elenca como indispensáveis para um efetivo monitoramento da paz interna:

Antagonismos dessa ordem poderão manifestar-se e finalmente diluir-se sem que, a qualquer momento, ameacem a paz interna, por muito que produzam a intranquilidade pública, perturbações da ordem, demonstrações turbulentas de massa, golpes terroristas, motins populares e até mesmo quarteladas; outros, entretanto, poderão culminar na subversão armada, na revolução, na guerra civil, em que já se empenhem forças ponderáveis, regulares, irregulares ou improvisadas, em ações mais intensas e prolongadas que quebrem realmente a continuidade da paz. A estes corresponderão, portanto, Hipóteses de Guerra também. (COUTO E SILVA, 1981, p. 37)

Todavia, no texto de Golbery do Couto e Silva, já desponta sua preocupação com a expansão das ditaduras soviéticas e seus aliados. Como exemplo, o autor aponta para a possibilidade de uma ameaça externa ao Brasil “pelo bloco soviético”, onde seria uma

ameaça em proporções diferentes de um outro Estado; ou mesmo, dessa ameaça soviética existir sem ainda possuir as Américas, um país tomado pelas forças comunistas que vigoravam em tal contexto.

No que concerne aos prazos críticos do qual todo planejamento da Segurança Nacional se vê necessário, Couto e Silva entende que ameaças de origem exógena, “intimamente ligadas a um antagonismo de caráter mais amplo” refletindo a “ameaça comunista de origem extracontinental, mero episódio da luta gigantesca entre EUA e a Rússia”, seria mais complexo a previsão de tais prazos, por faltar fontes sobre as reais posições da conjuntura internacional.

No caso das hipotéticas guerras internas, Golbery do Couto e Silva já apontava para a criação de um Serviço de informação, que a partir de 1964, se materializaria no Serviço Nacional de Informações (SNI). Assim, escrevia o autor:

Não parece seja muito difícil prever-lhes os prazos críticos correspondentes, caso se disponha de um bem aparelhado e eficiente Serviço Nacional de Informações, embora não se deva contar, porém, com uma larga antecipação. (COUTO E SILVA, 1981).

Destacando os conceitos metodológicos de um planejamento de Segurança Nacional brasileiro, como já exposto, Golbery do Couto e Silva concebe o Conceito Estratégico Nacional (CEN). Para o autor o CEN:

é a diretriz fundamental que, em dado período, deve nortear toda a estratégia da Nação, com vistas à consecução ou salvaguarda dos objetivos Nacionais a despeito dos antagonismos que se manifestam ou possam a vir manifestar-se, tanto no campo internacional, como até mesmo no âmbito interno do país. (COUTO E SILVA, 1981, p. 59)

Couto e Silva entende que a Estratégia de uma Nação, pode ter muita proximidade, ou mesmo confundir-se com “a própria Política de Segurança Nacional” que tem a responsabilidade de “preparação no devido tempo e conveniente adequação do instrumento integral da ação estratégica – *o Poder Nacional* – mediante a elevação ou fortalecimento do *Potencial* da Nação e sua transformação oportuna em Poder efetivo”.

E ainda, por outro prisma:

(...) pela concepção e condução, em tempo de paz e durante a guerra, do conjunto de ações estratégicas visando, tanto no âmbito interno como no campo internacional, à superação ou neutralização dos antagonismos que se manifestem contra a consecução ou salvaguarda daqueles Objetivos Nacionais. Pode-se, pois, dizer em síntese que o CEN é a diretriz fundamental da Política de Segurança Nacional, tanto na paz como na guerra. (COUTO E SILVA, 1981, p. 59)

Ainda nessa perspectiva de formulação de uma Política de Segurança Nacional, estruturada pelo Conceito Estratégico Nacional, Golbery do Couto e Silva também espria seus estudos para as chamadas: Áreas estratégicas. Para o autor, “as áreas estratégicas são as zonas geopolíticas de maior sensibilidade onde se irá aplicar a Política de Consecução dos ONA”. E ainda, para concluir Golbery do Couto e Silva aponta para as Diretrizes Governamentais, onde entende que “são Diretrizes nacionais de planejamento decorrentes do CEN e destinadas aos órgãos governamentais de planejamento para a elaboração dos Planos Estratégicos de sua competência – planos políticos, econômicos, militares etc.” (COUTO E SILVA, 1981).

Golbery do Couto e Silva entende ainda, dentro desse quadro expressado de configurações para uma Política de Segurança Nacional que, necessariamente para o pleno sucesso do planejamento, “considerar em profundidade maior o ciclo relativo de fortalecimento ou elevação do Potencial Nacional”. Dessa forma, esse fortalecimento para o autor visa:

(...) de um lado, à consecução, por meios pacíficos, dos Objetivos Nacionais Atuais e sua posterior ampliação; e, por outro lado, assegurar as mais favoráveis equações de poder em face dos prováveis adversários e nos prazos críticos previstos para as Hipóteses de Guerra Consideradas, atuando ao mesmo tempo, preventivamente, a fim de evitar a prematura concretização destas ou sua verificação simultânea. (COUTO E SILVA, 1981, p. 84)

Novamente citando Mannheim, Golbery do Couto e Silva aprofunda em termos sociológicos a complexidade das fazes e etapas do planejamento:

O pensamento planejado a que se refere Mannheim e que está na base de toda a doutrina nova do planejamento social, implica, conforme já vimos, no abandono definitivo do conceito simplista da causalidade linear e no reconhecimento da interação concomitante como o elo complexo e indissolúvel que dá organicidade de fato às estruturas dinâmicas da eterna evolução. Se daí resulta infirmado, de todo, o desdobramento em estruturas parciais umas às outras estanques, bem assim a noção da absoluta independência das ações exercidas em campos diversos, nem por isso se conclua a equivalência em significação tanto daquelas estruturas entre si como destes campos uns em relação aos outros ou a reversibilidade equivalente entre ação e reação que já se buscou abonar no domínio sociológico por uma simples extensão análoga do princípio newtoniano. (COUTO E SILVA, 1981, p. 89)

Dentro dessa ótica, ao que tudo indica de referência organicidade durkheimiana, Couto e Silva entende que:

em dado momento histórico, em dada etapa do desenvolvimento estrutural, para cada situação conjuntural, bem se pode distinguir também uma hierarquia de instituições, de estruturas parciais, de campos, de valores sociais, fazendo com que sobressaiam em cada equação dinâmica os parâmetros peculiares a certas ações nitidamente dominantes, com poder de arrastamento quase que irresistível, motivando repercussões das mais

imprevistas nos setores mais distantes e diferenciados, colorindo todo o processo social ao despertar a gama variada de seus harmônicos em todas as dimensões do contexto em que se manifestam e, por outro lado, gozando de uma autonomia maior, um grau de liberdade muito superior, uma menor plasticidade às influências alheias. (COUTO E SILVA, 1981, p. 89)

O autor faz uma análise, da mutação social que as pressões econômicas causaram sobre a composição das sociedades humanas do ocidente, principalmente a partir da Revolução Industrial, “subordinando às suas exigências particulares – e sem dúvida mesquinhas – toda a vigília dos sábios, toda a dedicação dos mestres, toda a imaginação dos artistas, desorganizando a família tradicional para melhor atender a seus fins materialistas”.

Desta forma, no campo da religião, “distorcendo os preconceitos religiosos, como Tawney e Max Weber demonstraram em análises sociológicas hoje em dia já clássicas”. Com o intuito de “[...] impor melhor ainda o seu primado de indiscutível e recorrendo também ao cataclismo da guerra para assegurar-se exauridas fontes de novas matérias-primas ou garantir o monopólio de amplos mercados consumidores”.

No que tange ao que o autor aponta como “planejamento de caráter social – e sobretudo, o que vise à Segurança Nacional – importa, em si mesmo, numa projeção para o futuro mais ou menos audacioso”, implicaria uma fé e certeza sobre “os acontecimentos e as cousas e de confiança também na validade dos conceitos fundamentais em que se estrutura a própria técnica de planejamento adotada”. Para Golbery do Couto e Silva:

se deva concluir que o conhecimento do “mundo-como-natureza”, esquematizado em leis, fórmulas, teorias e sistemas que a ciência friamente investiga e elabora no plano da causalidade, se demonstrará de todo insuficiente estéril se pudermos, ao mesmo tempo, de uma interpretação viva do momento que passa, à luz de uma perspectiva fisiognômica do passado – o conhecimento, muito mais intuitivo que racionalista, do “mundo-como-processo-histórico”, único que nos permite perscrutar o futuro nas linhas mestras de um destino condicionador de todas as atividades humanas. O passado projeta sua sombra para o futuro e a fatalidade impõe sempre limites à liberdade – liberdade para agir com êxito e, pois, liberdade para planejar com objetividade e realismo. (COUTO E SILVA, 1981, p. 164)

Todavia, Golbery do Couto e Silva, também mantinha sua visão e análise em uma perspectiva mais global. No capítulo de seu livro sob o título de *Morte e Transfiguração das Civilizações e Culturas*, o autor compõem seu entendimento sociológico da evolução da sociedade humana; e desta concepção pode-se entender categoricamente o

alinhamento de seu pensamento social ao de Oliveira Vianna, destacado no início desse estudo. No que tange a matéria, aponta o autor:

Ora, não há muito, sem dúvida, que o já quase tradicional conceito otimista da evolução monolinear da Humanidade segundo uma curva de progresso continuamente ascendente – o desenrolar predeterminado de um plano divino na história teológica de Bossuet, a transformação paulatina do homogêneo inicial ao heterogêneo coerente do evolucionismo de Spencer ou a sucessão dos três estados na dinâmica social de Comte – se viu definitivamente ultrapassando por uma concepção muito mais realista e menos estultamente orgulhosa – a da pluralidade de culturas – a qual veio a realizar, de verdade, no campo das ciências históricas, revolução comparável à da descoberta copernicana contra o geocentrismo ingênuo dos antigos. (COUTO E SILVA, 1981, p. 165)

Desta forma, Couto e Silva entende por uma ótica spengleriana que, nessa marcha civilizacional de heterogêneas culturas que convivem, e muitas das vezes, se digladiam sob o manto da história. Apocalipticamente, após o ponto máximo de ascensão de suas evoluções, o declínio e a morte que se aproximariam, de textura opaca, empanado por uma áurea fúnebre de fim. Seria essa para Golbery do Couto e Silva, a fase final de “civilização”, esgotada de poder criador, céptica, pessimista, friamente intelectual, utilitária, imperialista “megalopolitana”, sociedade mecânica mantida coesa apenas por uma “vontade arbitrária, marca decisivamente o começo do fim”.

E sem se descuidar de uma nova conjuntura que se avilta no âmbito das relações internacionais, Golbery do Couto e Silva percebe que:

inaugura-se a era sangrenta dos Estados contendores e constitui-se afinal o Império, formula corrompida, rígida, despótica e vazia, única que poderá sobrepor-se à anarquia generalizada, mas que não resistirá aos embates do tempo. (COUTO E SILVA, 1981, p. 167)

E perante essa nefasta encruzilha por qual, perpassava, e quem sabe ainda nos – nós humanidade – encontramos. Nessa marcha rumo à autodestruição que angustiadamente, parece Couto e Silva ter descoberto; qual seria a chave para tal enigma? Contudo, seria em Eugenio D’Ors, e seu evangelho humanista alimentado pela pulsação perene de Ortega Y Gasset, e mesmo, aos sinais catastróficos de Spengler, que o autor acharia no próprio arsenal spengliano, a saída desse labirinto:

Certo é que um espírito tão lúcido como o de Eugênio D’Ors que ora mantém bem alta na cultura hispânica a tradição humanista de Ortega Y Gasset, Unamuno e Menéndez y Pelayo, pôde, em sua sistemática das constantes históricas, contrapor-se decisivamente à tese relativista de Spengler; mas, se o fez, foi sem dúvida por emprestar ao termo Cultura um conceito inteiramente diverso, e mesmo original, quando a define como a “tradição ecumênica da Humanidade”, e a condiciona a “dupla consciência da solidariedade humana no tempo” – a História pura e simples – “e da solidariedade humana no espaço”, por sobre todas as distinções de raças, de nações, e de povos. A ser assim, não poderia haver senão uma Cultura única.

Mas não esqueçamos que o próprio Spengler, valendo-se de um quase olvidado conceito naturalista de Goethe, distinguiu bem as várias culturas que se tem sucedido na história da humanidade, a ideia da cultura, uma e indivisível, “primofenômeno” de todas aquelas e que a todas permeia e fundamenta e impulsiona como ideal supremo a atingir: E na curva envolvente a todos os ciclos de evolução das culturas se poderá mesmo vislumbrar um progresso definitivo da Humanidade, como quer Will Durant. (COUTO E SILVA, 1981, p. 167)

Para Couto e Silva, a civilização ocidental, e também a sociedade brasileira daquela conjuntura, correria perigo, pelo vácuo de atuação do que chamava de “elites”, a “minoría criadora” cuja “vida inteira deve ser uma incessante invenção (...)”. Desta maneira, diante dessa falta de lideranças e a ruptura de hierarquia e organização, “no seio do grupo social e o nascimento de um proletariado interno e um proletariado externo”, estaria aí colocado um turbilhão de interesses contrários e antagônicos, sob a liderança do que o autor chamava de “salvadores pela espada”, lutando por colocar em prática o “Estado Universal”. Desta forma, pondo em desarmonia a “Paz Ecumênica” que balançava como que luzes em cais penumbrado, colocando desta maneira a esperança contra a violência. E mais uma vez o autor se depara com uma nova porta nesse labirinto, agora mais clarificada por Arnold Toynbee,⁶⁵ em que esclarece o seguinte:

Em vez, pois, do ritmo fatal das três pulsações e mais de cisão-e-união que tem normalmente acompanhado a desintegração das civilizações humanas, poderá sobreviver – assim ele o espera e crê – à agonia tremenda em que já hoje se galvaniza o mundo Ocidental, o esplendor sem igual de uma ‘transfiguração’ mística, tal como no poema sinfônico de Ricard Strauss às pancadas surdas e téticas que compassam os progressos da morte, sucedem por fim as frases sublimes e os temas triunfais que saúdam gloriosamente a vitória do Espírito sobre a matéria perecível. (COUTO E SILVA, p. 169)

E como evidência da preocupação de Couto e Silva com um possível desaparecimento da civilização ocidental, diante da agonizante conjuntura que nos narra o autor; buscando uma ortodoxia mais pura na bibliografia de Couto e Silva, destacamos o pensamento de Arnold Toynbee, autor de grande influência no pensamento golberyano:

Das quase vinte civilizações conhecidas pelos historiadores ocidentais modernos, todas elas, salvo a nossa, aparecem como mortas ou moribundas; e quando diagnosticamos cada caso, in extremis ou post mortem, contatamos,

⁶⁵ “O processo de desagregação não se opera de modo continuo, mas aos solavancos, em espasmos alterados de derrota, recuperação e derrota. Na penúltima recuperação, a minoria dominante consegue deter a mortal autolaceração da sociedade impondo-lhe a paz de um Estado universal. No interior de sua estrutura, o proletariado cria uma igreja universal e, depois da derrota seguinte, na qual a civilização que se desagrega afinal se dissolve, a igreja universal pode sobreviver para tornar-se a crisália de onde emerge, finalmente, uma nova civilização.” (TOYNBEE, 1955, p. 24)

invariavelmente, que a causa da morte ou foi a guerra ou a luta de classes, ou ambas combinadas. Até agora estes dois flagelos conjugados tem sido mortais ao ponto de matar 19 em 20 representantes dessa espécie, recentemente evoluída da sociedade humana. (TOYNBEE, 1955, p. 24)

Contudo, mudando o foco para os estudos de Couto e Silva relacionados, a própria sociedade brasileira; no livro *Geopolítica do Brasil*, tendo como destaque o capítulo, Principais Modificações Estruturais da Sociedade Brasileira em Face da Evolução do Ambiente Mundial e, Em Particular do Panorama Americano. Couto e Silva aponta as mutações e transformações ocorridas na história da sociedade brasileira, colocando em pauta também tais fenômenos, com dinâmica simbiótica ao panorama internacional, e, com maior aderência, ao panorama americano da década de 1950.

No que concerne à própria assimetria social interna da época em que Couto e Silva se debruça sobre a matéria, o autor assinala:

Um universo brasileiro em que coexistem, lado a lado, formações sociais e complexos culturais diversos, em grau muito distinto de evolução, como oferecendo ao observador uma recapitulação viva, ao largo do espaço territorial imenso, da própria seriação temporal desigualmente concluída. (COUTO E SILVA, 1981, p. 70)

Desta forma, Couto e Silva faz suas análises tendo como parâmetro, a divisão que o próprio autor trabalha no que se refere à anatomia ou a concepção de como se organiza o que já destacamos aqui como, ponto basilar no trabalho do autor, ou seja: o Poder Nacional. Nos parece de interesse para o estudo essa visão mais aprofundada do autor sobre o panorama social brasileiro por essa perspectiva sociológica. Desta forma Golbery do Couto e Silva entende que:

No campo econômico, ultrapassadas, embora nunca de todo, as formas pré-capitalistas, a partir das mais rudimentares – a caça e a pesca primitivas, a simples coleta dos frutos da terra, a lavoura itinerante e predatória com todo o seu complexo da queimada -, e através do pastoreio extensivo e rude, aos azares de uma natureza propícia, e que criaria, no Nordeste, a singular “civilização do couro” de que nos fala Capistrano, e, nas lindas meridionais, moldaria a figura bizarra do gaúcho; dos amplos latifúndios dos senhores do Centro-sul, verdadeiras autarquias oniprodutivas instaladas em grandes domínios fazendeiros sob a produção de seus clãs guerreiros, tal como descreve Oliveira Vianna; (...) (COUTO E SILVA, p. 71)

Couto e Silva remete ainda, aos estudos de Gilberto Freyre, quando se refere a “monocultura patriarcal baseada no trabalho servil”, destacado para o autor como trabalho definitivo de Freyre em *Casa Grande & Senzala*. E prossegue o autor:

(...) da mineração aventureira e ávida que esgotaria, em pouco tempo, os mais ricos *placers*, sob a vigilante cobiça de um fisco inexorável – a sociedade brasileira vai atingindo agora os mais elevados tipos estruturais, pela

industrialização intensiva, não confinada aos meros bens de consumo mas alicerçada na grande indústria de base, com vistas as inegáveis potencialidades amplas de um mercado interno faminto de produtos de toda ordem e, não menos, às possibilidades de uma concorrência, se bem que ainda muito dificultada de início, no próprio campo internacional. (COUTO E SILVA, 1981, p. 71)

E destaca por fim:

Não mais a exclusiva produção de bens primários, de matérias-primas e outros produtos de exportação, sujeita a todas as escorchadoras imposições do exterior e jungida inteiramente, nos moldes das clássicas *plantations*, aos interesses imediatistas de empresários e capitalistas estrangeiros. Não mais a secular renovação de ciclos econômicos – o pau-brasil, o açúcar, o ouro, a borracha, o café agonizante – conduzindo afinal à estagnação e ao desalento, após um período, mais ou menos efêmero, de euforia e riqueza. (COUTO E SILVA, p. 71)

Para Golbery do Couto e Silva, essa assimetria endógena em termos de graus de desenvolvimento por qual o País passava naquela conjuntura; inexoravelmente traria reflexos negativos, para a própria dinâmica de harmonização e expansão dos setores econômicos do Brasil. Assim como também poderia causar anomalias e fenômenos sociais que poderiam levar – ainda sem enfatizar a conjuntura internacional da Guerra Fria –, à tão perigosa e combatida pelo autor: anomia social.

Para o autor, era “certo que o desenvolvimento econômico acelerado, na ânsia de queimar etapas”, poderia conduzir “as mais sérias crises – de crédito, de divisas, a inflação, as sucessivas greves, insatisfação e motins” agravaria: “(...) em muitos casos, fundamentais pontos de estrangulamento do sistema – o constante *deficit* de energia, a insuficiência alarmante de todos os serviços urbanos, a falta de técnicas, a deficiência de mão-de-obra capaz (...)” (COUTO E SILVA, 1981, p. 71).

E também oneraria, “terrivelmente, as sempre reduzidas disponibilidades de um equipamento de circulação constantemente em forte retardo com relação à demanda;” aumentaria “cada vez mais o alarmante descompasso entre uma agricultura atrasada, de rendimento ainda muito baixa, e uma indústria em promissor avanço, a despeito mesmo dos gravames iniciais que lhe” tolheriam “a produtividade” aumentaria “dramaticamente, o perigoso desnível entre as várias regiões do país, exacerbando os contrastes e criando zonas marginais e áreas-problemas – uma periferia nitidamente subdesenvolvida em derredor de alguns núcleos vigorosos” complementa o autor; “de elevado ritmo de expansão econômica”.

Todavia, parece existir no pensamento de Golbery do Couto e Silva, o antever de uma nova aurora de liberdade econômica e de desenvolvimento para o País. O autor

entendia que “o desenvolvimento pela industrialização”, faria “prenunciar, afinal, uma libertação mais efetiva em relação aos grandes centros externos, motores do dinamismo econômico mundial”, o que para Couto e Silva, se aplicaria “em benefício da unidade e da coesão nacionais, na articulação cada vez mais distantes ou mais excêntricas, a núcleos propulsores radicados no próprio território”; e como que corroborando sua visão mais holística de em todo, por uma concepção geopolítica e ao nosso ver, inegavelmente embebida nos pensadores brasileiros da década de 1930 em diante, mais especificamente em Oliveira Vianna – autor que permeia a obra de Couto e Silva -, o autor legitima seus anseios acima de tudo, “orientados por genuínos propósitos nacionais”.

Por uma perspectiva do que se pode denominar como, expressão política do chamado Poder Nacional; Couto e Silva demonstra, ao que tudo nos põem a entender, pelas largas pegadas de Oliveira Vianna; “a espetacular sucessão de formulas adotadas para as instituições, tanto nacionais como locais, até chegar-se à república federativa e ao regime representativo”, e ao presidencialismo enfim.

Apontando para as questões relativas às dinâmicas partidárias, o autor destaca que:

Por sob a dinâmica partidária, o estilo tão criticado e tão criticável da vida pública, o funcionamento precário do sistema opinião pública-governo-e-propaganda, a ingerência tão poderosa e sutil do poderio econômico – é o inegável processo de maturação política das massas, cada vez mais adensadas nos grandes e médios centros populacionais e, dia a dia, graças à penetração dos múltiplos meios de comunicação e difusão de ideias, mais atentas e mais participantes da vida pública. (COUTO E SILVA, 1981, p. 72)

E prossegue o autor em sua análise de evolução social brasileira, afirmando que:

O velho senhor de engenho, patriarca todo-poderoso, já há muito se foi, como vai passando também à história do passado a figura tradicional do “coronel” do interior; as velhas e orgulhosas aristocracias rurais cederam inteiramente a dianteiras novas elites – a burguesia comercial, os “bacharéis”, os barões industriais – que nem chegaram a firmar-se solidamente no usufruto remansos das posições conquistadas, em face de pressões novas que lhes chegam de baixo, agressivas e arregimentadas, e da sempre crescente infiltração nas suas fileiras de elementos estranhos, aspirados pela elevada capilaridade social que o meio, cambiante ao extremo e mesmo frequentemente convulsionado, admite e propicia. (COUTO E SILVA, 1981, p. 71)

Para Couto e Silva, “o ideário político” que se renovavam “também e não menos aceleradamente, ao influxo de indisfarçáveis imposições econômicas” também recebiam irradiações das mudanças conjunturais no âmbito das relações internacionais que ocorriam no momento histórico no qual o autor redigia suas ideias.

No que se manifesta o autor, referindo-se à expressão psicossocial do Poder Nacional, em determinada análise, Couto e Silva destacava que depois de “enormes tropeços e de muitos erros” a educação ganhava novos horizontes. “difundindo-se em âmbito cada vez mais amplo e desviando-se de um academicismo de ostentação para formas mais técnicas e bem mais produtivas em geral;” desta forma, Couto e Silva apontava para as inoportunas crises econômicas e políticas, que refletiam com vigor em problemas sociais, no sentido de cristalizar classes antagônicas bem distintas “e cada vez mais conscientes de sua existência como grupos em oposição”, completava o autor:

(...) o sentimento profundo da unidade nacional, o orgulho pela terra e pela gente, um espírito nacionalista sem dúvida muito a flor da pele e o seu tanto primário, sujeito por isso mesmo a distorções bem ou mal inspiradas, são fatores, entretanto, de um enrijecimento benéfico da estrutura psicossocial da Nação. (COUTO E SILVA, 1981, p. 73)

Contudo, saindo um pouco da ortodoxia de configuração de Poder Nacional na qual o autor despoja suas análises, e por que não estratégias e táticas; Couto e Silva faz alusão ao setor demográfico do Brasil de então. Para o autor, registrava-se:

um crescimento quase explosivo da população e, a despeito do tumultuar irrequieto das migrações internas descontroladas e do persistente êxodo rural, avança para o interior, lenta, desordenada, irregular, mas constantemente, a vaga vitalizadora do povoamento, cobrindo hoje, quase sem grandes lacunas que valham, embora com densidade média ainda bastante fraca, toda uma faixa litorânea de seus 500 quilômetros de largo, do Rio Grande do Sul ao Maranhão. Evoluímos, pois – e não pouco –, da tênue colonização periférica que caracterizava ainda o Brasil nos começos do século XVII, para a ocupação de ampla base de partida, favorável à manobra que teremos de realizar, da incorporação real do imenso domínio do interior, praticamente ainda o deserto, à comunidade internacional. (COUTO E SILVA, 1981, p. 73)

Todavia, diante dessa análise da região doméstica do Brasil que o autor nos aponta, Couto e Silva, confrontava a então realidade brasileira, com o mundo que nos rodeava, o qual “sofria o impacto tremendo de duas revoluções industriais que acabariam por alterar-lhe profundamente todos os padrões dimensionais, a escala toda do espaço e do tempo, avizinhandos”. E ainda segundo o autor, “as mais distantes paragens e pondo em íntimo contacto as mais apartadas culturas”. Para Couto e Silva:

Submergiriam, nos cataclismos de duas guerras de projeções mundiais, as Grandes Potências orgulhosas de outrora e os pólos da dinâmica econômica, política e militar que galvaniza o mundo todo, transferiram-se bruscamente a regiões novas, inaugurando estilos completamente diversos nas relações internacionais. Despertaram afinal os povos da Ásia de seu contemplativo marasmo secular e as populações milenarmente exploradas da África encontram o caminho da redenção na áspera luta contra um colonialismo em franca decomposição, mas que se nega, entretanto, a reconhecer a derrota. (COUTO E SILVA, 1981, p. 73)

Contudo, quando se refere aos países latino-americanos, Couto e Silva destaca o longo período de dificuldades por qual passou e passava a região em questão; em busca ainda de um desenvolvimento mais substancial em termos de “padrões culturais e políticos e em busca do revigoramento de suas também débeis estruturas econômicas.” Todavia, o autor via nessa busca conjunta, um motivo para a dissolução das antigas querelas e antagonismos, tão ordinários nas dinâmicas interestatais, e entendia o renascer, “um sentimento de solidariedade continental, sob o calor das práticas de uma “boa vizinhança’ compreensiva e sem subterfúgios”.

E conclui o autor:

A América latina toma consciência de fato de sua inegável expressão geopolítica, não só potencial mas já atual, enquanto que a sombra projetada pelos Estados Unidos da América, elevados estes, agora, à categoria de líderes, portanto, ampliadas a uma escala universal, deixa aos poucos de gerar os mesmos receios que tanto vicejaram em épocas anteriores. E ressentimentos - que os há, e fortes - são até de outra ordem; reclama-se hoje, neste particular, uma ajuda e uma assistência que, em verdade, nem mesmo seriam sequer consideradas em épocas mais distantes. (COUTO E SILVA, 1981, p. 73)

3.1 Intervenção Militar de 1964: A Sístole

Na década de 1970, Golbery do Couto e Silva assumiu o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil do quarto presidente militar, general Ernesto Geisel. A partir de 1974, o Governo Federal, ou, pelo menos, o Chefe do Executivo brasileiro, junto com seu Chefe da Casa Civil, começariam o processo de distensão política, “lenta, gradual e segura”, no País. Essa dinâmica se equivaleria aos momentos aqui em análise de centralização e descentralização político-administrativa no Brasil, desde 1500; minuciosamente analisado pelo sociólogo Oliveira Vianna, e aqui posta em relevo pelo trabalho teórico de Golbery do Couto e Silva.

Couto e Silva, destacando discurso do presidente Ernesto Geisel, ao receber os recentes governadores eleitos em 1975 no Palácio do Planalto, apontava que:

O Brasil, desde a implantação da República, é uma nação federativa em que se respeita e cultiva a autonomia dos estados, como se proclamam e reconhecem as vantagens do municipalismo criador. Não se conseguiria, entretanto, esgotar, nessa fórmula, necessariamente abstrata e genérica, o dilema, sempre presente e de equilíbrio continuamente mutável, entre centralização e descentralização administrativas. Mestre Oliveira Vianna, em seus estudos da evolução das instituições políticas brasileiras, mostrou bem a eterna oscilação entre esses dois polos da centralização mais rígida e da descentralização mais elástica que teria balizado períodos sucessivos da vida

nacional e, numa visão geopolítica desses fatos históricos, assinalou a importância do fator circulação através de base física tão imensa. (COUTO E SILVA, 1981, p. 5)

Essa composição na qual Couto e Silva se baseia para, ao que parece, reconduzir o Brasil da década de 1970 ao processo e ao próprio patamar de País redemocratizado, tem seu lastro na obra *Evolução do Povo Brasileiro* (VIANNA, 1923). Partindo da administração centralizada de Tomé de Souza, que se estenderia “ao ritmo secular” de um sistema unitário de governo, chegaria a Mem de Sá, pondo em contraponto no sentido descentralizador a chamada “dualidade de governo em 1572, até a chegada do primeiro vice-rei em 1640”.

Destacando o pensamento de Vianna, Couto e Silva entende que:

O pensamento dominante dos estadistas coloniais é da unidade; a duplicidade do governo é sempre uma solução provisória, uma situação excepcional, de que eles procuram sair o mais breve possível. (COUTO E SILVA *apud* VIANNA, 1981, p. 5)

Diante da ininterrupta proliferação de novos estados-membros na configuração institucional do País, e a própria metamorfose dos estados já existentes, como “o vice-Reinado implantado no Rio, sofrendo, por sua vez, amputação de São Paulo” e ainda o próprio isolamento territorial do Rio Grande do Sul, levaria Vianna a entender que:

Durante a fase colonial, o meio geográfico não pulveriza e gangliona unicamente a sociedade; pulveriza e gangliona também o poder político e o subordina progressivamente à sua inexorável fatalidade dispersa. (COUTO E SILVA *apud* VIANNA, 1981, p. 7)

Diante disso, Couto e Silva procura salientar o pensamento vianniano que aponta para uma “conciliação entre o princípio de unidade do governo e a tendência regionalista e desagregadora, oriunda da extrema latitude da base geográfica em que se assenta a população”. Como ponto nevrálgico desta concepção, entende como de extrema gravidade o ponto que Vianna destaca como “um máximo absoluto de base física com um mínimo absoluto de circulação social e política” (COUTO E SILVA *apud* VIANNA, 1981, p. 7)

Essa preocupação de unidade e possível fatalidade de uma desagregação “contra a formidável ação dispersiva dos fatores geográficos”, seria mantida como filosofia, perdurando todo o período do governo imperial.

Couto e Silva se apropria das palavras de Oliveira Vianna:

Para tanto, “a ação catalítica da pessoa real” como “força centrípeta”, expediente político que aqui viria aportar por mero “acidente”, ao sabor de “uma arrancada do imperialismo napoleônico”, acabaria “da(ndo) aos

construtores da nacionalidade a chave da solução do tremendo problema de nossa unidade política”, permitindo-lhes assim “neutralizar a ação dispersiva dos fatores geográficos e mant(er) unida a nação durante os dois Impérios.” (COUTO E SILVA *apud* VIANNA, 1981, p. 7)

A partir do pensamento de Vianna, fica em evidência que, mesmo com a centralização poderosa do Império sob a administração do País, não estaríamos perto de resolver o problema central daquela quadra de atuação dos governantes. Ou seja, “o problema preexistente da dispersão da massa social”. Mais especificamente, “o fator geográfico, com sua ação desintegradora e fragmentadora”, que habitava o cenário em questão, ainda perdurava como ponto nevrálgico para o fortalecimento do Estado.

Dessa maneira, para concluir o apontamento no sentido da centralização político-administrativa e a figura catalizadora do soberano, ficaria em evidência que:

O prestígio catalítico do soberano neutraliza, aparentemente, a sua ação dispersiva; mas ele continua a agir no seu trabalho subterrâneo. Permanece latente até o fim do Império; de quando em quando explode, denuncia-se, provocando pequenas rupturas locais na formidável superestrutura de monarquia unitária. Balaiada, Cabinada, Sabinada, etc.,” outra cousa não são, com efeito, senão manifestações daquela “represália das causas geográficas comprimidas na sua ação”, de que fala Vidal de La Blanche... “Estabelecer um máximo de unidade política sobre um máximo de base física, sem o indispensável máximo de circulação, é, evidentemente, violar as condições naturais da atividade político administrativa: sem o prestígio da realeza... os estadistas conservadores não o teriam conseguido. (COUTO E SILVA *apud* VIANNA, 1981, p. 9)

No tocante à dinâmica da descentralização, Vianna apontava para uma espécie de dialética contrária, que automaticamente faria pressão antagônica ao processo centralizador, no sentido de moldar e conceber “novas instituições políticas”. Diante disso, é mister destacar as tentativas de “descentralização pelo municipalismo”, como aponta Couto e Silva, “buscada pelo Código do Processo, de 1832”, e também pela:

descentralização pelo provincialismo promulgada pelo célebre Ato Adicional, o qual não restaria, porém, à grande reação conservadora de 1840, com sua demolidora lei interpretativa. Haveria que se esperar o prestígio da fórmula monárquica, alvo, então, de ataques renovados em todas as latitudes do globo, e, ainda, o desgaste de seu grande fetiche no Brasil, o monarca-filósofo, sábio e austero, ora envelhecido e enfermo. A República surgiria, pois, sem maiores abalos, aos olhos de um povo alheio e bestificado, para tentar novamente, no quadro agora de uma circulação melhorada, a velha equação colonial: manter-se a “integridade da nação pela fragmentação do poder (COUTO E SILVA *apud* VIANNA, 1981, p. 9)

Com a proclamação da República, em 1889, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, novamente, a dinâmica de centralização político-administrativa ocorre no País, seguida pela ditadura militar de Floriano Peixoto, perpassando o período chamado de

encilhamento.⁶⁶ Nesse momento, novamente, o País experimenta a inexorável tendência dialética de movimento pendular que encontraria na Revolução Federalista ou Revolta Armada, em 1893, nova diástole no processo de descentralização que ocorrera desde 1500 no País, segundo Vianna.

Todavia, essa dinâmica se estenderia nessa mesma fórmula até uma nova centralização, em 1930, com a chamada Revolução de 30, tendo como refluxo a Revolução Constitucionalista de 1932, seguida da Revolução Comunista de 1935, que desaguardaria na chamada ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937. Com a volta de Vargas ao poder de forma democrática, em 1945, o processo manteria sua fórmula ortodoxamente inalterada até, por fim, uma nova centralização político-administrativa, que viria a ocorrer com a intervenção civil-militar de 1964.

Couto e Silva destaca:

Estariam por vir, ainda, na esteira do largo período de revoluções intermitentes que se abria em 1922, a ditadura improvisada e breve de 1930, e a fase longa do Estado Novo de 37, ao influxo já, estas, da nova vaga autoritária e fortemente centralizadora que varreria o mundo todo, levando-o afinal ao tremendo holocausto da II Guerra Mundial. Na onda da intoxicação liberal que se seguiria à vitória aliada, desmornaria, mais tarde, o arcabouço ultracentralizador do Estado Novo getulista, e a Constituição de 46 viria a consagrar os velhos ideais descentralizadores e autonomistas, com drástico cerceamento do poder executivo em face do legislativo e redução do poder central da União, o que acabaria, muitos outros fatores contribuindo largamente, ao mesmo tempo, na quase anomia de 1963-64. (COUTO E SILVA *apud* VIANNA, 1981, p. 11-12)

De tal modo Couto e Silva prossegue com sua análise já sobre o novo fenômeno da centralização político-administrativa com a intervenção militar no Estado brasileiro, a partir de 1964. Faz-se mister destacar que o autor e também participante do movimento que levou à concretização do fato em questão entende o fenômeno como uma expressão autônoma e sem direcionamento proposital das forças que atuavam na dinâmica:

A Revolução de 31 de março, sem quaisquer propósitos definidos de centralização ou de autoritarismo – ela que, afinal, nem pensava em durar mais que um simples instante de redenção –, seria gradativamente empurrada a esposá-los, afirmar e reafirmá-los: a princípio, como simples expedientes temporariamente indispensáveis à própria manutenção da economia altamente inflacionada e combatida e, pouco depois, às investidas irracionais de um terrorismo urbano-rural sem compromissos quaisquer com a realidade nacional; lentamente, reinterpretados esses meros expedientes como elementos essenciais à reconstrução nacional e à criação, afinal da grande potência emergente de nossos sonhos. (COUTO E SILVA p. 1981, p. 12)

⁶⁶ Termo pelo qual é conhecida a política econômica do governo provisório de Marechal da Fonseca.

Nesse ponto, optamos por destacar parte da teoria de Couto e Silva que se refere ao fenômeno do *Movimento Ondulatório das Quatro Expressões do Poder Nacional*. Como o autor afirma, a centralização do Estado a partir de 1964 ocorreu de forma autônoma, digamos, sem o direcionamento oportuno de seus operadores. Focaremos no exemplo a seguir.

Em teoria, aponta Couto e Silva:

Apelemos, agora, a uma visão dialética, Marx excluso se quiserem. Imbricados como são, verso e anverso de um mesmo processo único apreciado em sentidos opostos, tese e antítese imersas numa síntese que é o que lhes assegura, através de si mesma, a existência de ambas – a centralização como a descentralização estão presentes, as duas, a cada momento, o processo evolutivo de qualquer delas acarretando, inexoravelmente, o surgimento de fatores intrínsecos da outra que assim nasce da primeira, em seu seio é gerada e dela se alimenta, crescendo até afirmar-se e inverter, afinal, os termos da equação de equilíbrio permanente em que se traduz a coexistência de ambas em sua imanente oposição. (COUTO E SILVA, 1981, p. 18)

É importante destacar, no que concerne à questão da centralização e da descentralização de forma autônoma, que:

Na fase ascendente da centralização produzem-se, portanto, germes da própria descentralização, obstáculos que começam desde logo a opor-se à primeira, mas sem força de retarda-las, quanto mais detê-la; tudo se passa assim, até que a centralização atinja seu clímax; a partir de então, fatores em oposição ou obstáculos começam a preponderar, freando o processo de centralização cada vez mais, até reduzi-lo a inoperância. (COUTO E SILVA, 1981, p. 17)

Nesse ponto, Golbery do Couto e Silva destaca o conceito de burocratização de Max Weber, ainda perpassado pelos estudos de Robert Michels, nos quais a burocracia superengrenada marca o momento de centralização na dinâmica dos Estados, e acabaria por se transformar em seu clímax de centralização, em própria barreira para a continuação desse processo. Para o autor, a burocracia

acaba por se lhes tornar o freio decisivo ao próprio crescimento, passando a constituir obstáculo intransponível pelas dificuldades que cria, dia a dia, multiplica ao cuidar muito mais de si mesma, de suas mesquinhas querelas de poder e prestígio entre grupos influentes diversos e de sua preservação e continuísmo, do que do próprio processo de centralização racionalista e planejador, a que deveu nascimento e a isso, é, aliás, até confortador... (COUTO E SILVA, 1981, p. 17)

Para concluir,

Com a burocracia em expansão, auxiliada pela sofisticação incessante dos meios de comunicação e de reprodução, difusão, arquivo e recuperação imediata de informações e documentos, tudo se passa como se aumentasse aceleradamente a entropia do sistema, multiplicando-se as perdas devidas a ruídos parasitas na vasta teia, essencial, da rede de controle e comando. (COUTO E SILVA, 1981, p. 18-19)

Couto e Silva entende que, no processo de centralização, assim como no de descentralização, existe um ponto não totalmente definido do que chama de *climax*. Nesse momento específico e não totalmente delineado de flexão ou inflexão máximos, estaria o antídoto em movimento contrário da dinâmica que se apresenta. Para Couto e Silva,

assim prosseguiriam e acabariam mesmo as cousas, se as forças em oposição, geradas pela própria dinâmica dialética do sistema, não passassem a manifestar-se e atuar cada vez com maior intensidade, freando o processo, segundo mecanismo anteriormente apontado. (COUTO E SILVA 1981, p. 24)

Interessante e salutar destacar, nesse ponto do estudo, esse apontamento de Couto e Silva: o autor entende que existem duas formas que podem conduzir ao processo de centralização e de descentralização de um Estado. Uma delas seria o processo natural, usando o conceito dialético como elemento de morfologia do fenômeno.

Como aponta Couto e Silva:

essa dinâmica de centralização e descentralização nem início definido nem fim apresenta sequer cada fase daquelas; antes, domina aí a fluidez permanente e incontornável dos processos cumulativos. Mais fácil talvez seja assinalar-se-lhes o máximo ou clímax, em momento talvez pouco expressivo dentro de uma faixa, larga e difusa, de maximização. (COUTO E SILVA, 1981, p. 15)

Podemos, então, observar que no próprio trabalho do sociólogo Oliveira Vianna e sua interpretação dos processos sucessivos de centralização e descentralização estatal, a partir de 1.500 no Brasil, caberiam análises sucintas de cada período para se detectar a anatomia e a peculiaridade de cada movimento em termos de centralização e descentralização naturais, utilizando a teoria da *dinâmica dialética do sistema* e, também, acompanhando o mesmo fenômeno, utilizando a Teoria do *movimento ondulatório das quatro expressões do Poder Nacional*, sendo operada diretamente por forças inteligentes que moldariam a forma do Estado de acordo com o que se desejaria.

No caso do Brasil da década de 1960, tendo um forte reflexo do panorama internacional, levando em consideração a chamada Guerra Fria, em um primeiro momento, parece ter havido o fenômeno da centralização natural pela dinâmica dialética. Podemos observar que tal dinâmica também foi habilidosamente operada, de forma artificial, já no conceito do Movimento Ondulatório das quatro expressões do Poder Nacional, mais especificamente quando Golbery do Couto e Silva fundou e se tornou dirigente do Ipes.

Todavia, voltando ao momento de descentralização, Couto e Silva destaca novamente o discurso do presidente Geisel, do qual era Ministro-Chefe da Casa Civil – e muito provavelmente autor do texto:

A era do planejamento estatal, do qual não poderá prescindir, daqui por diante, qualquer país que não deseje soçobrar na estagnação e na miséria, antes se esforce por impulsionar o desenvolvimento integrado da Nação nos campos político, psicossocial e econômico. E o planejamento, em sua elaboração e em sua execução, que exige, de qualquer forma, dose larga de coordenação e de controle, tanto maior quanto menos desenvolvido e, pois, mais vulnerável a pressões externas, for o país de que se trate. (COUTO E SILVA 1981, p. 12-13)

Ainda levando em consideração o discurso do presidente Geisel, Couto e Silva complementava seu texto assinalando os fenômenos da centralização e da descentralização na administração do País e também um esboço sobre a anatomia das características do povo brasileiro:

(...) o Brasil de nossos dias ingressou, já se vão muitos anos, num período de supremacia indiscutível da centralização sobre a descentralização, modelando em tal sentido os conceitos, nem por isso traídos, do federalismo e da autonomia estadual... Temos sabido, graças a Deus e à flexibilidade que Ele concedeu à nossa gente, adaptar-nos agilmente, desde os remotos tempos coloniais e passando pelo Império e a 1.^a República, a essa permanente oscilação entre centralização e descentralização que tão bem caracteriza a evolução do povo brasileiro. (COUTO E SILVA, 1981, p. 13)

No tocante à Teoria especificamente desses fenômenos pela ótica golberyana, colocaremos em foco o conceito de *retardo cultural* que Couto e Silva extrai da sociologia de Ogburn.⁶⁷ Tal conceito ascende como de grande importância, pois será um parâmetro teórico, ou mesmo instrumento sociológico por qual mediremos os fatos políticos, econômicos, sociais e até mesmo na esfera militar, que permearam as dinâmicas de centralização político-administrativa do Brasil a partir da década de 1960 e da própria descentralização que tem seu clímax mais visível a partir de 1974. Aprofundando nos conceitos teóricos, Golbery do Couto e Silva destaca que:

Na realidade, a vida do Estado é multiforme, estendendo-lhe a ação promotora, controladora e inibitória ou coercitiva a campos vários e múltiplos setores, todos interdependentes de fato e que mais se enquadram em qualquer das costumeiras demarcações não mais que didáticas – campos político, econômico, psicossocial e militar, por exemplo. Mesmo admitida uma destas qualquer, a verdade é que a centralização ou a descentralização, como processo que se propague desigualmente em meio anisótropo⁶⁸, e apesar da aceleração e desaceleração sucessivas que caracterizam ambas,

⁶⁷ William Fielding Ogburn, foi um sociólogo norte-americano (1886 - 1956). Seu legado intelectual estaria na teoria da mudança social, onde o papel da tecnologia seria primordial. Contudo, os reflexos da dinâmica social afetariam essas variáveis tecnológicas.

⁶⁸ Corpo cujas propriedades físicas dependem da direção segundo a qual são avaliados: os corpos cristalizados são geralmente anisótropos.

uma em posição à outra, no entanto, como verso e anverso que são de uma mesma realidade e nada mais – não deixarão de apresentar, de um campo a outro, avanços e retardos mais ou menos pronunciados, todos aliás sempre em variação. Em dado momento o processo de centralização (ou descentralização) estará mais avançado, ora um pouco menos. E isso corresponde à noção de *retardo cultural* de que trata a sociologia de Orgburn. (COUTO E SILVA, 1981, p. 15)

O que nos dispomos a explicar aqui nesse estudo é o exercício de aplicar a teoria apontada por Couto e Silva aos fatos históricos que possam corresponder aos devidos setores sociais abarcados nessa clivagem. Isso se refere tanto ao primeiro momento, antes da intervenção dos militares amparados por parte da sociedade brasileira no Poder Executivo do País, quanto ao segundo momento, a partir de 1974, em que ocorreu um novo processo de descentralização político-administrativa no Brasil, mais conhecido como Abertura Política.

Todavia, para Golbery do Couto e Silva:

O fenômeno do *retardo cultural*, ao manifestar-se no seio de um complexo integrado e, por definição, sistêmico e onde opera o mecanismo realimentador do feedback e a regulação do tipo homeostático, traz consigo a noção de um potencial catastrófico de ruptura ou deslocação do sistema e, portanto, o conceito de limites impostos à magnitude daquele retardo. Ao atingir esta certa dimensão, é evidente que passará a atuar como fator de desaceleração e freada do processo todo, com repercussão nos demais campos, a menos que o processo em marcha tenha tal vigor que desencadeie impulsos renovados no setor retardado, reduzindo-se, em consequência, a defasagem freadora. (COUTO E SILVA, 1981, P. 15)

Podemos citar um fato histórico: com a chamada Bomba do Riocentro,⁶⁹ correu-se o risco do que o autor chama de *ruptura ou deslocação do sistema*. O ano era o de 1982, e a descompressão política já estava bem adiantada, pois havia começado efetivamente em 1974, no governo Geisel. Contudo, a não aceitação do processo de abertura política por parte de alguns militares que possuíam, ainda, certa influência sobre o governo naquele momento do presidente João Baptista Figueiredo, acarretou no atentado em questão. A Bomba do Riocentro teve um reflexo expressivo contra a chamada Abertura Política; inclusive, foi o motivo principal da autoexoneração do Ministro Golbery do Couto e Silva do cargo que ocupava no governo Figueiredo.

⁶⁹ No dia 30 de abril de 1981, duas bombas explodiram no centro de convenções Riocentro, em um evento que reunia aproximadamente vinte mil pessoas que assistiam a um show musical como forma de protesto ao Regime Militar. Dois militares do exército acabaram sendo as únicas vítimas, lançando suspeitas sobre uma orquestração terrorista de direita no episódio. Fonte: <https://oglobo.oglobo.com/brasil/bomba-no-riocentro-dossie-revela-farsa-de-militares-6823282>

Esse perigo de ruptura poderia ter contaminando as posições já avançadas dos outros setores do Poder Nacional, como o econômico e o psicossocial, provocando, como o autor explica, uma reação em cadeia, e o perigo de retrocesso no avanço de descentralização desses setores citados. Porém os fatos históricos reafirmam que, novamente, como aponta Couto e Silva, havia vigor suficiente no processo em marcha que pode desencadear novos impulsos renovadores ao setor retardado, ou seja, o político-militar, para que o processo por fim se consolidasse em seu todo.

Para concluir esse pensamento, Golbery do Couto e Silva destaca:

Conselho aos estadistas, estrangeiros e planejadores: evitem deslocções no sistema e o perigo de rupturas, cuidando em que o processo, seja de centralização ou descentralização, não se retarde em excesso num dos campos qualquer em relação aos demais. (COUTO E SILVA, 1981, p. 17)

Desta forma, enquadrando o pensamento à conjuntura histórica dos meses anteriores à deposição do Presidente João Goulart, podemos destacar a anatomia social dos quatro setores do Poder Nacional e a posição desses setores dentro do quadro social de então.

Como primeiro ponto o setor Político, estava nas mãos antagônicas de quem orquestrava essa teoria em relevo. João Goulart representava o tipo de político populista, herdeiro de Getúlio Vargas, e, naquele momento, aproximara-se de Estados expansivos em termos de geopolítica e ideologia, contrários ao pensamento dos setores conservadores da sociedade brasileira.

Como segundo ponto, os setores Econômico, Psicossocial e Militar eram alinhados em pensamento e ideologia antagonicamente ao setor Político. Nesse sentido, a teoria de Couto e Silva era o diapasão que afinava esses setores e, colocando-os a gravitar em torno do Ipes, Golbery do Couto e Silva conseguiria o movimento de centralização que explica em sua Teoria.

Para Golbery do Couto e Silva:

(...) o Brasil, com a revolução 1964, ingressou, quase sem o perceber, numa fase de centralização acelerada que iria permear todos os campos e setores da atividade do Estado, do político ao econômico e deste ao primeiro em reforço recíproco, extravasando-se, aos poucos, a todos os recantos da sociedade nacional em manifestações psicossociais telecondicionadas, senão até mesmo comandadas, desde o Governo central. (COUTO E SILVA, 1981, p. 17)

Nessa perspectiva, quase todo o empresariado brasileiro – setor econômico – se alinhou às diretrizes do Ipes, como se pôde verificar no livro do historiador e cientista político uruguaio René Armand Dreifuss: *1964: A Conquista do Estado*. Para se ter uma

dimensão desse alinhamento, a folha de pagamentos do Ipes, em 1963, girava em torno de 900 mil dólares por mês.

No setor Psicossocial, o Ipes trabalhava com estímulos na direção da centralização pretendida, utilizando fortemente a contrapropaganda sob a sociedade civil. Mesmo a imprensa e órgãos como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foram agudamente a favor da deposição do Presidente João Goulart. Um exemplo interessante da concretização dessa Teoria eram as chamadas Marchas conservadoras, que pediam a saída do então Presidente. Ou seja, articulação, no sentido da engenharia social no setor Psicossocial, em direção à centralização do Estado Nacional.

Naturalmente, o setor militar, sob os tenebrosos ventos da guerra fria, e da ameaça socialista à própria soberania nacional, que se espalhavam sobre as democracias de molde ocidental e ditavam um novo tipo de organização política, econômica e social, na qual uma ditadura – do proletariado – se faria necessária para, posteriormente, chegar-se ao estado paradisíaco de uma sociedade sem classes, e naturalmente sem a existência do Estado-nação.

Podemos aqui exemplificar com bastante – neste primeiro momento – simplicidade as diretrizes teóricas oriundas do pensamento de Golbery do Couto e Silva, sobre o primeiro fenômeno sociológico que nos propomos a analisar, ou seja, a centralização política brasileira a partir de 1964, cristalizada na História pela intervenção militar no Poder Executivo da República dos Estados Unidos do Brasil. A dinâmica dos três setores do Poder Nacional (econômico, psicossocial e militar) em posição antagônica ao setor Político, que se propagava em movimentos ondulatórios em direção ao centro, ao que parece, clarifica-se neste estudo inicial fulminante de Golbery do Couto e Silva.

Todavia, no que tange às análises teóricas de Couto e Silva, o autor apontava que:

aí está por que, em geral, o processo centralizador, tanto como o de descentralização, avançará – se avançar – como num movimento ondulatório – nunca progredindo linearmente, portanto – através dos campos todos em que se veja, artificialmente embora, decomposta a realidade, de si mesma íntegra e indivisível. (COUTO E SILVA, 1981. p. 17)

Portanto, na dinâmica política e social ressaltada, parece-nos que o evitar das “deslocações no sistema” ocorreu realmente, mas, em relação ao “perigo de rupturas” houve, contudo, não a ruptura especificamente. Entendemos como ruptura a possibilidade de ter havido algum tipo de resistência do governo de João Goulart à intervenção militar na Presidência da República do Brasil. Assim, a ruptura seria a do

setor político do Poder Nacional. Ela necessariamente causaria maior contrariedade na sociedade em análise, talvez em forma de fortes convulsões sociais.

Como isso não ocorreu, a centralização do Estado se consolidou de forma mansa e pacífica nos quatro setores do Poder Nacional. O próprio Golbery do Couto e Silva respondeu sobre a possibilidade de haver resistência pelo então governo de Goulart, à intervenção sobre o Estado brasileiro: “Vai cair, como um castelo de Cartas” (TENDLER, 1984).

Para Couto e Silva, com a intervenção militar a partir de 1964,

Anemiava-se a estrutura federativa, já de si há muito combalida, e o municipalismo nada mais viria a ser do que mero conceito a que se continuaria a render homenagem, vazia agora de qualquer conteúdo mais denso. Em nome de um planejamento estatal, proclamado embora como devendo ser democrático e nada mais que indicativo, e da segurança nacional episodicamente ameaçada, de fato, por inesperado surto terrorista, o processo de centralização político-administrativa progrediria a largos passos, à medida que novos impulsos inflacionários e repetidas dificuldades no balanço de pagamentos, mesmo que decorrentes, em larga proporção, de incontroláveis fatores externos, voltassem a desequilibrar o sistema econômico sob pressão insuportáveis. (COUTO E SILVA, 1981, p. 22)

Para não deixar de citar Max Weber e sua visão analítica dos sistemas burocráticos, Couto e Silva apontava para:

A máquina estatal paternalista, a cuja interferência se recorreria mais e mais em todas as circunstâncias e desde os mais longínquos rincões, ver-se-ia expandida cada dia mais para atender tais exigências e as exigências, também, de um controle permanente e eficaz de suas acrescidas ramificações tentaculares. Expandir-se-ia pujante, a burocracia, quase nunca bem orientada e esclarecida, atuando em muitos casos em rebeldia disfarçada ou persistente resistência passiva para exclusivo benefício próprio. Essa lamentável realidade avultaria, sobretudo, com a administração indireta, a de novas empresas públicas ou de economia mista, tanto na União como nos Estados, dotadas todas de estatutos privilegiados e larga dose de autonomia, não de todo visível, aliás. (COUTO E SILVA, 1981, p. 15)

3.2 Abertura Política no Brasil a partir de 1974: A Diástole

Após o período de maior centralização política do Estado brasileiro sob o Governo do general Médici, com a ascensão do general Ernesto Geisel⁷⁰ à presidência da República, põe-se em movimento a dinâmica contrária ao que vimos na primeira parte deste estudo. O movimento de centralização do Estado, portanto, coordenado em seus quatro setores do Poder Nacional, são operados no sentido contrário ao que vinham

⁷⁰ O general Geisel, assim como Golbery do Couto e Silva, participou do primeiro governo militar do Presidente Castello Branco. Esse grupo de militares chamados de castelistas, eram mais moderados e entendiam que a intervenção militar deveria ter sido muito menos extensa.

sendo estimulados; ou seja, na direção da descentralização política, econômica; psicossocial e, principalmente, militar.

E a reação natural à excessiva centralização far-se-ia, assim, em nome de uma eficiência a exigir decisões imediatas justo ao nível de execução, clamando por uma descentralização que acarretaria, em círculo vicioso, inevitável reforço à própria cadeia de controle... A hipertrofia do Executivo acabaria por anular a atividade legislativa do Congresso, quase que limitado a chancelar projetos de iniciativa do poder maior, quando não se abstendo perante a ele. Em assuntos decisivos, o Poder Executivo substituir-se-ia até mesmo ao Judiciário no julgamento e punição de quem se insurgisse contra ele, recorrendo para tanto a diplomas de exceção. Nesse quadro de crescente centralização, a inércia própria da máquina administrativa estatal aumentaria dia a dia, entorpecendo o próprio processo de tomada de decisões [...]. (COUTO E SILVA, 1981, p. 23)

Para Couto e Silva, “em meados da década de 1970, talvez se haja atingido o máximo de centralização político-administrativa”. A partir de 1974, mais especificamente com a chegada do Presidente Ernesto Geisel, “esforços conscientes do Governo Federal somar-se-iam àquelas tensões freadoras, surgidas naturalmente no seio do próprio sistema” (COUTO E SILVA, 1981, p. 24). Para Golbery do Couto e Silva, a partir desse momento, o processo de descentralização de origem natural começaria a despontar. No setor psicossocial, por exemplo, sendo contagiado “aos poucos”, atingindo “as várias camadas da população, a partir de seus quadros dirigentes, e despertando assim iniciativas, protestos e reações em favor de uma descentralização que mal se esboçava então, mas dia a dia, iria se afirmando” (COUTO E SILVA, 1981, p. 24).

Não é de admirar-se, pois, que o esforço descentralizador, conscientizado, do Governo viesse a assumir o figurino de uma abertura política democratizante, desencadeada justamente através da liberalização progressiva dos controles da censura, nem tão pouco, que esse estágio inaugural do processo exigisse, para que não escapasse a qualquer controle, prazo bastante longo e condução vigilante e ativa. (COUTO E SILVA, 1981, p. 24)

O primeiro exemplo que gostaríamos de apontar nessa dinâmica de descentralização a partir de 1974 seria a do fim da censura à imprensa, partindo do campo Político.

O campo visivelmente mais retardado e onde surgiriam, desde cedo, reações até mesmo inspiradas ideologicamente ante o alvo fácil do autoritarismo crescente e indisfarçado seria o campo político, sobretudo em seu setor fronteiro da comunicação social. A censura à imprensa, de difícilíssimo, quase impossível manejo, que se requeria ao mesmo tempo inteligente e eficaz, atrairia a pressão quase insuportável dos ataques mais veementes, mobilizadores de generosas simpatias e múltiplos apoios, donde contundentes e produtivos. (COUTO E SILVA, 1981, p. 24)

Colocando em perspectiva ainda essa dinâmica de descentralização pela qual o autor estava ligado diretamente enquanto agente público, Couto e Silva destaca ainda o momento de outros dois setores do Poder Nacional. Para o autor, na década de 1980:

Tanto mais se faria isso imperioso, quanto fortes pressões continuariam advindo dos outros campos: sob dramáticas ameaças de crise séria, em consequência de renovados impulsos inflacionários e desequilíbrios irredutíveis no balanço de pagamentos, cruelmente afetado pela multiplicação incessante do preço do petróleo – o campo econômico; e sob tensões crescentes, sobretudo nas explosivas periferias dos grandes centros populosos e nas zonas do interior mais perturbadas por sucessivas calamidades climáticas – o campo psicossocial. (COUTO E SILVA, 1981, p. 25)

Para Golbery do Couto e Silva:

Tais pressões trabalhariam todas intensamente no sentido de maior centralização, pois requereriam maior rigidez de todo o sistema de controle social e apontariam, alarmantes, para os perigos de deslocação e ruptura da estrutura social, sujeita a tensões insuportáveis no quadro do binômio centralização – descentralização. (COUTO E SILVA, 1981, p. 25)

O fim do AI-5⁷¹ também representa claro movimento de descentralização Política do Estado brasileiro. O processo seguiu com a anistia aos exilados políticos, em 1979, e a tese do pluripartidarismo posta em prática também no fim da década de 1970. Nessa ocasião, o Governo orquestrou a transição do bipartidarismo instaurado em 1965 no governo Castelo Branco, para o pluripartidarismo que permitiu a criação de novos partidos políticos no País.

As cartas estavam lançadas, porém. A descentralização, mediante liberalização da censura à imprensa – primeiro passo – e da abertura democrática ainda não completada hoje e que se lhe seguiria quase inevitável, viria a instituir-se na área política e de maneira decisiva, renunciando seu extravasamento, mais cedo ou mais tarde aos demais campos onde se manifestavam resistências ainda bastante fortes, sobretudo no setor crítico da economia. (COUTO E SILVA, 1981, p. 25)

Couto e Silva entedia a posição governamental em uma posição central. Para operar a distensão política que se irradiaria para os outros setores do Poder nacional no sentido da descentralização, o Governo encontrava-se em “uma situação duplamente bipolar – Governo *versus* oposição, Revolução *versus* anti-revolução – sujeita, a todo momento, a perigosas radicalizações, sempre difíceis de dissolver ou neutralizar” (COUTO E SILVA, 1981, p. 26-27). Dessa análise nasceria a *Teoria da Ferradura*, na qual o autor entenderia que:

⁷¹ Qual o legado político que Geisel estava na iminência de passar ao seu sucessor que escolhera a dedo? Não havia dúvida de que o presidente e o general Golbery levaram o projeto de liberalização mais longe do que muitos observadores consideraram possível em 1974. *Habeas-corpus* restaurado, AI-5 revogado, a maioria dos refugiados políticos novamente no Brasil, censura suspensa – eram realizações expressivas para um governo militar. (SKIDMORE, 1988, p. 407)

Governo seria, por definição, a revolução no poder ou revolução institucionalizada e legal; a oposição, bifronte, ficaria teoricamente, seja à direita, capitaneada pelos que se intitulariam revolucionários legítimos – os eternos puros, falcões, ou jacobinos, a linha dura –, seja à esquerda, em larga faixa bem matizada onde se situariam subversivos, contestadores, insatisfeitos e saudosistas. (COUTO E SILVA, 1981, p. 27)

Ele conclui, então, que:

Mas, ideológicos ou estrategicamente adversos, esses dois grupos, na prática, frequentemente se aliam – demonstrando mais uma vez quanto a esquerda e a direita estão bem mais próximas uma da outra do que das forças do centro, nesse espectro de tendências políticas que não é, de forma alguma, retilínea, antes obedece aos moldes de uma circunferência quase fechada. (COUTO E SILVA, 1981, p. 27)

Para Golbery do Couto e Silva, diante dessa polaridade conjuntural, para o Governo, só havia uma estratégia possível:

em oposição central forte entre os dois grupos de opositores: mantê-los, sempre que possível, separados e alternar ações de contenção, senão de contra-ataque, entre um e outro, garantindo para si mesmo, espaço de manobra cada vez maior e, pois, maior liberdade de ação para concretização de seus próprios objetivos políticos, sem interferências desastrosas ou perturbadoras. (COUTO E SILVA, 1981, p. 27)

Além da demissão do general Sylvio Frota – que na época exercia o cargo de Ministro do Exército e fazia pujante oposição ao projeto de Abertura Política do Governo Geisel, e ainda era candidato à presidência da República – houve o afastamento de outros agentes contrários ao processo de Descompressão, como o general Euler Bentes Monteiro e o Chefe do gabinete Militar da Presidência da República, Hugo Abreu. Como exemplo simples dos antagonismos no campo concreto da política naquela conjuntura, fica o depoimento do general Hugo Abreu ao então presidente Ernesto Geisel:

Nossa conversa foi tranquila. Na maior parte do tempo, eu falei e ele escutou... Iniciei minha exposição de forma até certo ponto contundente. Minhas primeiras palavras foram mais ou menos estas: “Presidente, as coisas chegaram à situação atual muito menos por culpa de Frota do que de Golbery e Figueiredo”. (ABREU, 1979, p. 129)

Contudo, esse fenômeno colocou mais uma equação estratégica em confronto com as diretrizes descentralizadoras do Governo:

A eliminação de um e qualquer daqueles grupos, reforçando o esquema bipolar, levaria, no entanto, à definição de uma só frente de oposição, contínua e não desbordável, contra a qual só caberiam, daí por diante, manobras medíocres de simples empuxo frontal, senão de mútuo desgaste pelo atrito. (COUTO E SILVA, 1981, p. 27-28)

Para Couto e Silva, diante do antagonismo bipolar, depois da desmobilização oposicionista de dentro do Governo, restaria à oposição política única, em sua totalidade qualificada como de esquerda. Golbery do Couto e Silva, ainda atuando em posição central no Governo recorre à chamada *tese do pluripartidarismo*:

A estratégia recomendaria – como requeria, aliás, também, a própria intenção democratizante – pronta desarticulação do sistema oposicionista, propiciando-se o surgimento de múltiplas frentes distintas, em relação às quais voltasse a ser possível levar a cabo novo tipo, mais ampliado, da mesma manobra em posição central que fora penhor do êxito alcançado na fase anterior. A heterogeneidade inata da oposição facilitaria alcançar-se tal objetivo, nem por isso menos essencial também ao progresso da própria causa democratizante e liberalizadora, tão insistentemente patrocinada pelos setores mais articulados das elites nacionais, de longa data abeberadas nos velhos ideias individualistas e liberais. Em termos políticos, estaria aí, à disposição, a tese vigorosa do pluripartidarismo, instituído afinal pelas reformas dos fins de 1979. (COUTO E SILVA, 1981, p. 27-28)

Dessa estratégia, nasce à condescendência pragmática do Governo o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo então metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse período, era considerado como perigo iminente a força política do então exilado político Leonel Brizola; sendo entendido pelo Governo como efetivamente perigoso em termos de ideologia, ainda naquela conjuntura histórica pela qual passava o Brasil e as relações internacionais. Golbery do Couto e Silva incentivou o crescimento do PT, assim como entregou a sigla PTB⁷² nas mãos da sobrinha-neta de Getúlio Vargas, Ivete Vargas.

Mesmo diante de uma nova oposição, que certamente se comporia cada vez mais atomizada, Couto e Silva trabalhava no sentido da volta ao pluripartidarismo “recolocam-se, afinal, os partidos em seu papel original de principais atores do campo político [...] (COUTO E SILVA, 1981, p. 32). Assim como outras frentes auxiliares que figuravam em oposição ao Governo, deveriam, aos poucos retomar suas funções originais. Assim, elas deveriam ser restituídas “no setor religioso, na área sindical, no campo das entidades de comunicação em massa, nos meios intelectuais, etc.”

Inspirado nas estratégias napoleônicas, Couto e Silva articulava o Governo para o pleno êxito do processo de descentralização político-administrativa em andamento:

Tratar-se-á, em nosso caso, de manter e ampliar uma área central de manobra, essencial à promoção, em tranquilidade segura, de nossos objetivos, mediante a aplicação, em sucessão irregular, de golpes inopinados contra as várias frentes circundantes, cada uma de per si. Desta forma, buscar-se-á balizar, desde logo, limitações às ações adversárias permitidas, ampliando-se gradativamente, a seguir, nosso espaço de segurança e manobra. (COUTO E SILVA, 1981, p. 33)

⁷² Partido Trabalhista Brasileiro, fundado por Getúlio Vargas.

Levando em perspectiva – ao que parece – essas estratégias foi que, em 1980, o Regime Militar levou à prisão o então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva.⁷³

O Sindicato dos Metalúrgicos e Lula ganharam surpreendente notoriedade, sendo este descrito por grande parte da imprensa (ajudada em alguns casos por sugestões do Planalto, isto é, Golbery) e pelos progressistas da Igreja como legítimo representante, não comunista, da classe trabalhadora. Lula de repente tornou-se o mais conhecido líder trabalhista desde 1945. (SKIDMORE, 1988, p. 401)

Em abril de 1980, Lula organizou mais uma greve dos trabalhadores, visando a um aumento salarial acima da inflação da época. Lula e mais doze pessoas envolvidas na organização da greve foram detidos pelo Governo militar. Para Golbery do Couto e Silva, “na frente sindical”, seria preciso “liquidar-se um vigoroso movimento grevista que, preferindo a opção revolucionária da confrontação à opção democrática da negociação”, apontava, “extravase para a contestação de caráter político, desmoralizando-lhes as principais lideranças e, também, os chefes de entidades auxiliares que”, segundo o autor, “saindo do seu campo de ação legítima e legal, indevidamente se intrometam no episódio, [...]” (COUTO E SILVA, 1981, p. 34).

Couto e Silva se referia ao então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva:

Quanto aos sindicatos, o problema é agravado por não termos ainda uma elite sindical em condições de bom nível de atuação, sem revanchismo ideológico. Há necessidade de líderes autênticos – como o senhor Lula poderia ter sido. Francamente, achava-o um bom líder sindical, mas, no fim, acabou decepcionando – a mim, pelo menos – atraído que foi para as atividades mais políticas que propriamente sindicais. (COUTO E SILVA, 1981, p. 521)

No setor psicossocial, o movimento de descentralização político-administrativa seguia com liberdade à imprensa e promessas de liberdades políticas como o voto direto.⁷⁴ Para Golbery do Couto e Silva, esse movimento de descentralização político-administrativa, oriundo do setor político, seria irradiado para o setor psicossocial, ou seja, “tal situação política com que nos defrontamos hoje – o pluripartidarismo em processo: de afirmação legal, de um lado; de permeação de toda a sociedade de raízes definitivas e sólidas em bases municipais e estaduais”, de outro lado (COUTO E SILVA, 1981, p. 28).

⁷³ O mais famoso desses novos líderes foi Luiz Inácio da Silva, conhecido pelo apelido de “Lula”, que era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, subúrbio industrial de São Paulo, com uma grande concentração de indústrias básicas, especialmente a automobilística (SKIDMORE, 1988, p. 398-399).

⁷⁴ Em 1982 o Regime Militar concedeu a liberdade para o cidadão escolher diretamente os governadores dos estados brasileiros.

No que se refere à “frente estudantil, desconhecer entidades não legalmente representativas, alianças estranhas de mestres e alunos e quaisquer pressões contestatórias em relação a medidas”, segue o autor, “anunciadas pelas autoridades competentes, levando-as tranquilamente a seu termo [...]” (COUTO E SILVA, 1981, p. 34).

No campo econômico, a própria dinâmica do sistema liberal clamava pela abertura política, contudo, no ano de 1980, ano em que o texto foi escrito, Couto e Silva apontava para uma maior dificuldade no processo de descentralização, pois indicava que “A batalha ingente contra a inflação e os sérios desequilíbrios do balanço de pagamentos” prosseguiram incansáveis, sem mesmo ainda ter em perspectiva “elementos objetivos para renovadas esperanças – de resultados promissores, na segunda metade do ano” (COUTO E SILVA, 1981, p. 28). Nessa ponta do processo, Golbery do Couto e Silva ainda mantinha preocupação com o “fosso de retardo cultural entre a marcha institucional para a democracia que se deseja mais progressista e liberal e participativa e a rigidez da frente econômica, a exigir, esta, maior amplitude e eficiência dos controles governamentais” (COUTO E SILVA, 1981, p. 27-28).

Considerando as dificuldades apontadas pelo autor, ainda como um ator de um determinado contexto político, é que Couto e Silva descreve, curiosamente, sua predileção por essa dinâmica no sentido de descentralizar-se da União. O autor entende que:

Momentos muito mais favoráveis não foram, dantes, aproveitados, por motivos que aqui não nos cabe pesquisar. Mas isso, de qualquer forma, não justificaria o retardar-se ainda mais aquele processo descentralizador, já há muito reclamada como necessário e urgente. Além do que, as pressões contrárias, hoje fortes e quase insuportáveis, voltariam a acumular-se aceleradamente pondo em risco a resistência de todo o sistema, nessa enorme panela de pressão em que, como já teria sido assinalado em tempos passados, veio a transformar-se o organismo nacional, após década e meia de crescente compressão. (COUTO E SILVA, 1981, p. 30-31)

Couto e Silva referia-se ao período denominado como Milagre Econômico, ocorrido no governo do general Emilio Garrastazu Médici. Como o próprio autor afirma: “Teria sido melhor se a abertura tivesse começado em 1972, coincidindo com o período de otimismo com o desenvolvimento” (VEJA, 1980, p. 27).

Ao que parece, o campo político-militar⁷⁵ foi o que mais se encontrava retardado. Sofrendo uma resistência bastante forte aos impulsos liberalizantes do Estado, as Forças

⁷⁵ Aponto essa definição como campo político-militar, porque a partir de 1964 a administração política do País passou a ser exercida por militares. Naturalmente, na fase da descentralização político-administrativa do Brasil, esses dois setores do Poder Nacional, pareciam quase que fundidos um no outro.

Armadas reagiam com veemência ao processo de abertura. Foi com a demissão do então Ministro do Exército Sylvio Frota – militar radical – em 1974 e o afastamento do general Hugo Abreu que houve maior avanço nesse setor na direção da Descentralização Político-militar.

Contudo, as resistências continuavam aqui caracterizada pela chamada Bomba do Rio Centro. Episódio que, ao que parece, levou Golbery do Couto e Silva a pedir demissão do Governo Figueiredo, por exigir do Presidente a franca apuração dos fatos e plena punição dos envolvidos como exemplo de legitimidade do Governo, coisa que não foi atendida.

Nessa nova dinâmica no sentido da Descentralização, o que pudemos notar foi, novamente, o risco de ruptura do movimento ondulatório de Golbery do Couto e Silva, nos campos políticos, e agora – nessa fase do estudo – fortemente no militar, como foi demonstrado. Como fenômeno relevante nessa última dinâmica, entendemos que seja o ponto nevrálgico para se detectar de forma mais clara a Abertura Política no País a atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Desse órgão ligado diretamente à Presidência – campo Político –, contudo, também com forte influência militar, houve ampla resistência ao processo de abertura política por várias questões e exemplos que, neste momento, não teremos espaço para desenvolver. Todavia, no que toca a esse seguimento, orientamo-nos pela pesquisa do cientista político norte-americano, Alfred Stepan, em seu livro: *Os Militares: Da Abertura à Nova República* (1986).

Contudo, como prática de pesquisa, arriscamo-nos a apontar um novo caminho a seguir após a plena concretização deste humilde estudo: o da consonância entre a conjuntura internacional e os reflexos dessa conjuntura na configuração interna dos Estados nacionais, ou vice-versa. Nesse sentido, como não poderia fugir desse entorno, destacamos, mais uma vez, o pensamento de Golbery do Couto e Silva no âmbito das Relações Internacionais (COUTO e SILVA, 1982, p. 21):

Corresponderá o período de introversão a uma fase centralizada e o de extroversão, ao revés, à de descentralização, como intuitivamente talvez pareça? Se consideramos, porém que, um Estado de governo centralizado se acha, de fato, melhor aparelhado para conduzir ações decisivas, bem coordenadas, no exterior – a dúvida instala-se desde logo quanto a essa conclusão.

Fiquemos, por hora, com as dinâmicas restritas aos movimentos ondulatórios de Golbery do Couto e Silva no seio da sociedade e do Estado brasileiro. Ou, como o

próprio as define: “como que pulsa vivo, o coração do Estado, na sequência interminável de diástoles e sístoles – sujeita como tal a arritmias, isquemias e enfartes, bradi e taquicardias, quando não a fibrilações altamente perigosas”.

Oliveira Vianna ainda lembraria: “O passado vive em nós, latente, obscuro, nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige ainda hoje com sua influência invisível, mas inelutável e fatal” (VIANNA, 1973, p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de maior convergência entre o pensamento de Oliveira Vianna e o de Golbery do Couto e Silva talvez resida no conceito Sístoles e Diástoles no Estado brasileiro. Ou seja, a concepção da dinâmica de centralização e descentralização político-administrativa concluída por Oliveira Vianna e utilizada por Golbery do Couto e Silva, no sentido de construir sua Teoria do Movimento Ondulatório das Quatro Expressões do poder Nacional, no que concerne à Centralização, a partir da década de 1960 e, em sentido contrário, na descentralização, a partir da década de 1970.

Para Oliveira Vianna, essa dinâmica vinha ocorrendo no País desde 1500, ano de sua descoberta. Na ótica de Golbery do Couto e Silva, esse conceito se transformou em analogia sob o mote *Sístoles e Diástoles na vida dos Estado*. Transfigurando uma visão organicista, em termos sociológicos talvez, essa referência aqui aludida por nós, no entanto, seria apenas uma conclusão mais óbvia entre termo e corrente; fica em evidência que, por essa seara, caberia sim um maior aprofundamento no pensamento sociológico de Couto e Silva nesse sentido.

O fato é que a influência do trabalho do sociólogo fluminense teve reflexo claro na formação e também na própria aplicação, além da consolidação de pensamento em ação no Brasil, pois figura em lastro candente a atuação política de Golbery do Couto e Silva no País, pelo menos, a partir da década de 1950. Os manifestos do Exército redigidos por ele, que tanto impacto tiveram sobre o Governo de Getúlio Vargas e sobre sua própria existência, que o digam.

Por intermédio do contato com outros autores de recorte conservador, também podemos notar uma convergência de pensamentos em termos de centralização administrativa e política do Brasil, sobretudo a partir da década de 1930. Ademais, parece ser ponto em comum também a motivação desse modelo de organização para o Brasil, ou seja, sua constituição geográfica e todos os elementos naturais que gravitam em torno dessa questão.

Estaria aí a base da Geopolítica de Golbery do Couto e Silva? Matéria pela qual até o atual momento ainda é referenciado como um dos mais destacados estudiosos do assunto? Parece-nos que a afirmação positiva seria a hipótese mais plausível.

Como foi mais bem explicado no decorrer desta dissertação, no que concerne ao pensamento de Visconde do Uruguai, para um melhor entendimento e por conseguinte para se conceber um modelo de governo mais compatível com cada sociedade em específico, “fica em evidência a peculiaridade de cada povo, assim como as questões geográficas e ambientais,” e também “as questões de espaço e tempo, para que se possa adentrar uma análise sobre o aspecto da centralização político-administrativa de uma dada organização”, assim afirma Uruguai.

Alberto Torres também se amparava nas questões geográficas para entender a sociedade na qual convivia. Dessa forma, “Confeccionando um amplo estudo geográfico sobre o território nacional [...] Ele aponta os reflexos da materialidade telúrica, nas questões ligadas à economia e ao próprio comportamento social da época”.

Da mesma forma como já – de maneira até exaustiva – mencionado neste estudo, Oliveira Vianna também se pauta nas questões geográficas para desenvolver suas análises sociais. Para o sociólogo, afastando-se do método ortodoxo evolucionista para entender o Brasil, ateve-se ao princípio de que toda força motriz que direciona essa decantação social em composição heterogênea, e a própria velocidade de sua evolução em agrupamentos humanos, provém de forças cósmicas do universo. “Assim como Vianna, Golbery do Couto e Silva também entende que “não há atualmente lugar para monocausalistas em ciências sociais” (COUTO E SILVA, 1981, p. 27) Ou como explica melhor Couto e Silva:

Ora, não há muito, sem dúvida, que o já quase tradicional conceito otimista da evolução monolinar da Humanidade segundo uma curva de progresso continuamente ascendente – o desenrolar predeterminado de um plano divino na história teológica de Bossuet, a transformação paulatina do homogêneo inicial ao heterogêneo coerente do evolucionismo de Spencer ou a sucessão dos três estados na dinâmica social de Comte – se viu definitivamente ultrapassando por uma concepção muito mais realista e menos estultamente orgulhosa – a da pluralidade de culturas – a qual veio a realizar, de verdade, no campo das ciências históricas, revolução comparável à da descoberta copernicana contra o geocentrismo ingênuo dos antigos. (COUTO E SILVA, 1981, p. 165).

Todavia, para os dois autores, além das questões geográficas e da possibilidade de fragmentação territorial do País, motivos pelos quais a condução do Governo deveria ser de modo centralizado – mesmo que momentaneamente –, e a questão do desenvolvimento econômico seria talvez ainda mais importante nessa dinâmica. É mister colocar em destaque que os dois autores viveram em contextos diferentes, mesmo que não muito distantes. Oliveira Vianna, antecessor, absorveu os reflexos da Segunda Guerra Mundial, e teve influência, mesmo que discreta, do Estado Novo de

Getúlio Vargas. Golbery do Couto e Silva chega a sua maturidade intelectual sob os ventos tenebrosos da Guerra Fria, e teve sua atuação e influência nos rumos do Brasil, de forma mais proeminente, a partir de 1964, com a chegada dos militares ao poder no País.

Dentro do panorama traçado por Gildo Marçal Brandão, e sua concepção sobre o Pensamento Político Brasileiro (PPB), podemos destacar novamente os conceitos de: idealismo orgânico – conservadorismo; idealismo constitucional – liberalismo e o materialismo histórico – socialismo. Assim, podemos colocar em evidência uma pequena síntese sobre os autores aqui estudados e principalmente em que linhagem de pensamento podemos enquadrar a teoria de Golbery do Couto e Silva. Tanto Visconde do Uruguai quanto Alberto Torres e Oliveira Vianna já figuram nos estudos de Brandão como pensadores da corrente denominada idealismo orgânico, destacados como pensadores conservadores.

Tendo entendido o vulto de influência desses autores sobre a formação intelectual de Golbery do Couto e Silva, e destacando seu próprio pensamento político, social e econômico, como realizado neste estudo que se aproxima do encerramento, entendemos que Golbery do Couto e Silva também deva ser considerado um autor que se consolida como um idealista orgânico, ou mesmo como um pensador conservador brasileiro.

Contudo, podemos ainda destacar algumas nuances ou mesmo caminhos diferentes, a partir dessa confirmação das características similares entre esses quatro autores em pauta. Se, para os três autores conservadores anteriores a Golbery do Couto e Silva, seria necessário um Estado forte e centralizado, governado por uma fórmula única pautada pelas características singulares de nossa geografia e de nossa formação social única, como forma de transição para um modelo de governo anatomicamente caracterizado por uma economia liberal. E ainda, junto com Vianna, Couto e Silva entendia que seria necessário que a direção do Estado brasileiro fosse coordenada por uma elite bem preparada, para que se consolidasse por efetivo, empreendendo uma veloz transformação nas instituições e na própria sociedade brasileira.

Porém, para Golbery do Couto e Silva, um novo caminho de organização política e econômica se vislumbrava no horizonte, ou seja, a economia de planejamento. Principalmente em seu livro *Planejamento Estratégico* (1955), Couto e Silva destacava – amparado nos estudos do sociólogo Karl Mannheim – a necessidade de se chegar a uma espécie de síntese por uma ótica dialética entre um sistema liberal frágil e ineficaz, por um lado, e o espraiamento de ditaduras orientadas por economias planificadas de

origens orientais, por outro lado. Dessa configuração nasceria um Estado Forte centralizado por força da conjuntura internacional, orientado pelo planejamento estatal.

Assim, fica em evidência, talvez, uma das mais claras divergências entre o pensamento de Golbery do Couto e Silva e Oliveira Vianna. Enquanto, para o segundo, a transição por um Estado centralizado, guiado por uma política conservadora seria o caminho mais seguro para um País com as características do Brasil chegar a uma formação política e econômica de recorte mais liberal, para o primeiro, a transição deveria ser na direção de uma terceira via. Descrente na eficácia igualitária de um sistema liberal e crítico às ditaduras socialistas, embora, até certo ponto, concordasse com uma velocidade mais considerável na evolução econômica desse modelo, condenava a falta de liberdade individual e as barbáries cometidas em nome do igualitarismo utópico sob a tutela de um Estado ditatorial, mesmo que, nos manuais, por uma perspectiva de transição também, só que para uma sociedade sem Estado soberano que a abarcasse.

Ou seja, para Golbery do Couto e Silva, entre a anomia e o totalitarismo, estaria no Planejamento Estatal a saída para uma nova sociedade. Interessante também destacar, nesse momento, mais um ponto de distanciamento entre Couto e Silva e Vianna. Enquanto Golbery do Couto e Silva constrói sua formação social do Brasil estribado no conceito de centralização e descentralização político-administrativa concebido por Oliveira Vianna, seus estudos como militar e estrategista acompanham a evolução do pensamento estratégico ocidental.

E é justamente no auge da Guerra Fria que inicia seus estudos sobre o Poder Nacional, inspirado na grande estratégia norte-americana. Dando corpo aos conceitos ligados às estratégias concebidas na Escola Superior de Guerra sob a concepção da Doutrina de Segurança Nacional, dessa configuração de Estado, em que – naquela conjuntura – as quatro expressões do Poder Nacional se solidificam e se tornam tentáculos do Estado, modificando não só a forma como os Estados passam a se organizar endogenamente, como também modifica o conceito de guerra, saindo do patamar único da expressão militar e se entrelaçando por entre os setores político, econômico e psicossocial do Poder Nacional.

Justamente sobre essa forma de organizar o Estado é que destacamos o conceito de Sístoles e Diástoles de Golbery do Couto e Silva. A partir dessa dinâmica de organização do Estado, na qual os reflexos do cenário internacional tiveram forte influência na composição de nossa sociologia política, foi que Couto e Silva, como

mostra este estudo, conduziu essas quatro expressões em formação ondulatória. Em um primeiro momento, no sentido da centralização político-administrativa, e, no segundo momento, a partir de 1974, na direção da descentralização político-administrativa do Brasil, até ao ponto de redemocratização do País, em 1986, com a eleição de um civil para a Presidência da República, vinte e um anos depois da tomada pelos militares da cadeira presidencial brasileira em 1964.

PÓS-ESCRITO

Como poderemos entender por quais motivos um pesquisador procura enveredar seus estudos por determinado objeto, fenômeno ou autor? No meu caso, acho que, antes mesmo de me interessar pelos estudos de Golbery do Couto e Silva, já havia adentrado na seara das Ciências Sociais como bacharel em Relações Internacionais por um impulso vocacional inato mesmo de minha pessoa. E foi justamente no curso de graduação em Relações Internacionais que me deparei pela primeira vez de forma acadêmica com o pensamento de Golbery do Couto e Silva, enquadrado na disciplina Geopolítica e, no mesmo curso, também veio à tona o nome Golbery do Couto e Silva, só que dessa vez como ator político na disciplina Política Externa Brasileira.

Então, após a conclusão do bacharelado em Relações Internacionais e atendendo à vontade de prosseguir na área acadêmica, principalmente no campo da pesquisa, foi que busquei estender meus estudos para uma pós-graduação no formato de mestrado. Anos se passaram nessa tentativa até que, finalmente, pude conhecer o programa de Mestrado do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), na Universidade Candido Mendes (UCAM) e, com a devida aprovação no exame de seleção, pude começar meus estudos no Mestrado de Sociologia Política do IUPERJ.

Dentre algumas coincidências na minha trajetória acadêmica e até profissional com alguns aspectos da carreira de meu avô, talvez a maior seja essa: elegendo Golbery do Couto e Silva como o autor principal dos meus estudos em sociologia política. Fica aqui registrado o fato de o Reitor da UCAM, Professor Sr. Cândido Mendes de Almeida, e Golbery do Couto e Silva terem ficado amigos na década de 1970 e, como registrado na História e até em alguns pontos deste humilde trabalho, participado às vezes do mesmo lado, às vezes em lados opostos da chamada Abertura Política no Brasil a partir de 1974. O Professor Candido Mendes, articulando o Processo principalmente no setor da Igreja Católica Brasileira, e Golbery do Couto e Silva, de dentro do Governo Militar, como Ministro-Chefe da casa Civil do Presidente Ernesto Geisel.

Foi nessa época que nasceu a ideia entre os dois amigos da fundação de um centro de estudos políticos. Contudo, da ideia, ficou apenas parte da biblioteca de Golbery do

Couto e Silva doada ao amigo Candido, que se encontra hoje no Acervo Golbery do Couto e Silva, no quinto andar da UCAM, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Diante disso, procurei me dedicar aos estudos voltados mais ao setor da Sociologia Política de Golbery do Couto e Silva, no entanto, ainda não pude encontrar na seara acadêmica algum trabalho que tenha abordado os conceitos teóricos que aqui busquei. É que, para mim, um internacionalista que procura entender a dinâmica política no âmbito das relações internacionais, principalmente na esfera interestatal, a forma como se constitui cada Estado-nação em seu âmbito doméstico, ou mesmo a sua constituição em relação a sua geografia, densidade demográfica, economia e muitos outros aspectos que a disciplina geopolítica pode abarcar, poderá indicar como será o comportamento desse Estado na esfera internacional. Ou seja, é o Poder Nacional de cada Estado que aponta sua posição no Sistema Internacional. Para nós, mais por convicção do que por ideologia, um sistema – não de todo, mas sim – anárquico.

Este estudo, Golbery do Couto e Silva me apresentou em seus livros. Dessa maneira, já tinha em mente me dedicar a essa parte dos estudos dos Estados Nacionais, ou seja, na sua região endógena, para, no próximo passo, o de doutoramento, voltar-me ao campo das relações internacionais e buscar, pela ótica dos estudos de geopolítica do mesmo autor aqui em ênfase, Golbery do Couto e Silva, abordar também o mesmo fato destacado em nosso estudo atual: a intervenção Militar de 1964 no Brasil. Só que, a partir desse novo degrau, trazendo à baila a conjuntura internacional da época, e ampliando os estudos sobre tal fenômeno. Portanto, buscando trazer uma nova perspectiva de abordagem sobre a Revolução de 1964 no Brasil, ou o “Golpe de Estado”, se preferirem, tão amplamente divulgado até os dias atuais; contudo, ao que parece, tecnicamente pouco elucidado no âmbito das ciências acadêmicas.

Por fim, apesar de ser neto do autor aqui abordado em meus estudos, seu trabalho intelectual foi e continua sendo o principal motor de minha busca por novas pesquisas que venham a saciar, pelo menos em determinado ponto, minha ânsia por conhecer e entender cada vez mais o mundo no qual habitamos e vivemos, e, quem sabe, se for a vontade de Deus, poder ajudar, num primeiro momento, pela via acadêmica, um mínimo que seja, não só nosso Povo, nossa Nação, mas toda a humanidade no sentido de evitar as guerras, se possível. Todavia, para nós Povo brasileiro, empreendê-las com o máximo de precisão se, irremediavelmente for; de imperiosa necessidade! Assim como nos ensina, Golbery do Couto e Silva.

REFERÊNCIAS

Artigos

ABREU RAMOS, Plínio de. Golbery do Couto e Silva. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-golberi-do-couto-e>. Acesso em: 29 set. 2019.

ARAÚJO, Luiz Antonio. O mês de abril em que Lula foi preso – 38 anos atrás. **BBC Brasil**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43651286>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

ASSUNÇÃO, Vânia N. Ferreira de. 1999. **O Satânico doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, 1999.

BINDER, Francieli Dayana. O verdadeiro espírito das leis de Montesquieu. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, mai., 2018. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.590690&seo=1>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

BISOTTO, Eduardo Bisotto. A Panela de Pressão Vai Chegando ao Limite. **Sul Connection**, 2016. Disponível em: <<http://www.sulconnection.com.br/noticias/2889/a-panela-de-presso-vai-chegando-ao-limite.2016>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

FONTANA, Felipe. O Diagnóstico Sobre o Brasil: Oliveira Vianna e a sua Primeira Grande Contribuição à Ciência Política Brasileira. **Florestan**. Disponível em: <File://C:/Users/NETO/AppData/Local/Packages/microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbw/tempState/Doeloads/21-72-1-PB.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

GONÇALVES, Danyelle Nilin; MACHADO, Eduardo Gomes; ALBUQUERQUE, Jose Lindomar Coelho. A interpretação da teoria de Gramsci por Carlos Nelson Coutinho: uma leitura crítica. **Revista de Ciências Sociais**, v. 35 n. 2, 2009.

MENESES, Jaldes Reis de. Carlos Nelson Coutinho: a hegemonia como contrato. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo n. 116, oct./dec., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/06.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

NUNES FEREREIRA, Gabriela. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, n. 37, 1996.

PORTAL G1. Lula se entrega à PF e é preso para cumprir pena por Corrupção e Lavagem de Dinheiro. **Portal G1**, 07 de abril de 2018 Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/são-paulo/noticia/lula-se-entrega-a-pf-para-cumprir-pena-por-corrupção-e-lavagem-de-dinheiro.ghtml>>. Acesso em: 7 jul. 2019.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. **Sociologias**: Porto Alegre, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/n13/23565.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império. **Fundação Alexandre de Gusmão**. Disponível em: <Funag.gov.br/biblioteca/download/853-O_Visconde_do_Uruguai_e_sua_atuação_diplomatica_para_a_consolidacao_da_politica_externa_do_imperio.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019

Livros

ABREU, Hugo. **O Outro Lado do Poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ARON, Raymond. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1991.

BIRKER, Walter Marcos Knaesel. **O Realismo de Golbery**. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2002.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagem do Pensamento Político Brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 2, 2005.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. Geopolítica Brasileira e relações Internacionais nos anos 50: O Pensamento do general Golbery do Couto e Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

COSTA, Darc. **Estratégia Nacional: La Cooperación Sulamericana como Camino para La Inserción Internacional de la Región**. 1.ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura Política nacional. O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

COUTO E SILVA, Golbery. **Planejamento Estratégico.** 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

FIGUEIREDO, Lucas. **O Ministério do Silêncio.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

GASPARI, Elio. O Mago da Abertura. **Revista veja**, 1980.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada: As Ilusões Armadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada: As Ilusões Armadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A Ditadura derrotada: O Sacerdote e o Feiticeiro.** São Paulo: Companhia das letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LYNCH, Cristhian Edward Cyril. Cartografia do pensamento Político Brasileiro: Conceito, História e Abordagem. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, 2016.

PARET, Peter. **Construtores da estratégia Moderna.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

PLATT, Washington. **Produção de Informações Estratégicas.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Livraria Agir Ltda., 1974.

POPPER, Karl. **A Sociedade Aberta e Seus inimigos.** 1.ed. Rio de Janeiro: editora Itatiaia, 1974.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

SPENGLER, Oswald. **A Decadência do Ocidente**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1973.

STEPAN, Alfred. **Os Militares: Da Abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TENDLER, Silvio. **Jango**. 1h57. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 1984.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo Brasileiro**. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1973.

VIANNA FILHO, Luiz. **O Governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

WEBER, Max. **Ciência e política**. São Paulo: Editora Martin, 2004.